

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: dezembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Japão não quer prolongar protocolo de Kyoto – Carta Capital – 01/12/2010	3
Vozes e mãos femininas se levantam em Cancún – Emilo Dogoy – Carta Capital – 01/12/2010.....	3
Desmatamento na Amazônia registra menor área em 23 anos – Sítio Eletrônico do MMA - 01/12/2010.....	16
Negociações climáticas versus atitudes empresariais – Paula Scheidt – Carta Capital – 06/12/2010.....	25
Agronegócio está angustiado com a COP 16 – Sítio eletrônico do MST – 07/12/2010	40
“Mudança é para destruir florestas”, diz Marina Silva – Sítio eletrônico do MST – 08/12/2010.....	43
"Os ruralistas não pensam no futuro do planeta", afirma Aziz Ab'Saber – Sítio Eletrônico do MST – 08/12/2010	50
Em Cancún, ministra destaca importância da economia verde no mundo – Sítio do MMA - 09/12/2010.....	53
Reunião no MMA prevê ações do Programa de Conservação da Biodiversidade em 2011 – Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2010	55
Decreto assinado pelo presidente Lula estabelece redução de emissões até 2020 – Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2010	56
Declaração Oficial da Delegação Brasileira na COP-16 – Sítio Eletrônico do MMA - 11/12/2010.....	62
Operação Arco Verde beneficia Amazônia – Sítio Eletrônico do MAPA – 12/12/2010.....	65
Queda do desmatamento é quase o dobro na região da Arco Verde – Sítio Eletrônico do MMA - 13/12/2010.....	68
Brasil foi protagonista em conferências internacionais da ONU – Sítio Eletrônico do MMA - 15/12/2010.....	76
Na COP-16, ONGs brasileiras destacam biocombustíveis e combate a desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA - 06/12/2010	77
ONU declara 2011 como o Ano Internacional das Florestas – Sítio Eletrônico do MMA - 17/01/2011.....	80
Mercado por críticas, Código Florestal só será votado em 2011 – Sítio Eletrônico do MMA - 20/12/2010	84
Plásticos biodegradáveis não fazem milagres – Leticia Freire – Carta Capital – 28/12/2010.....	95

Japão não quer prolongar protocolo de Kyoto – Carta Capital – 01/12/2010

O Japão jogou água fria nas negociações da conferência, quando anunciou ser contra a prorrogação do Protocolo de Kyoto. O PK é o organizador do mercado de carbono e agora precisa ser prorrogado após o ano 2012. Sem o Japão, um grande comprador de crédito de carbono, o mercado sumiria.

O representante japonês insistiu que a conferência de Cancún deveria negociar um tratado amplo e geral para todos os aspectos das mudanças climáticas e não apenas para o mercado de carbono. De qualquer modo, foi um desalento geral, principalmente porque as negociações para o acordo geral continuam a passo de tartaruga sobre melado.

Vale lembrar que os projetos de crédito de carbono existente ou em análise continuariam a valer e ter seus créditos reconhecidos.

Uma comissão de cientistas do mundo todo alertou que o planeta aquecerá 4 graus centígrados antes de 2060, muito antes do que se pensava até então. O IPCC, o painel científico da ONU, mostrou estudos sobre a aceleração do aquecimento e da violência do clima.

O Brasil continua com sua posição de liderança entre os negociadores, perante os quais vem afirmando, há anos, que tem diminuído drasticamente suas emissões, embora não seja obrigado pela Convenção do Clima.

Vozes e mãos femininas se levantam em Cancún – Emilo Dogoy – Carta Capital – 01/12/2010

Cancún, México, 1/12/2010 – A hondurenha Analucy Bengochea e outras mulheres da etnia garífuna partiram do zero para enfrentar o demolidor furacão Mitch em 1998, na costa atlântica dessa nação centro-americana.

“Não estávamos preparadas para enfrentar o desastre. Não tínhamos acesso a projetos ou doações”, disse ao TerraViva a ativista Analucy, integrante do Comitê de Emergência Garífuna e coordenadora regional da Groots International, uma rede de grupos femininos de base.

Doze anos após o Mitch, as organizações de mulheres da costa hondurenha no Atlântico são modelos de esforços para adaptar-se às consequências da mudança climática e ajudar a mitigá-la nesta zona que habitualmente é cenário de intensos ciclones tropicais.

Entre 29 de outubro e 3 de novembro de 1998, o Mitch golpeou Guatemala, Honduras e Nicarágua, matou cerca de 11 mil pessoas e causou prejuízos econômicos de US\$ 5 bilhões.

O comitê desenvolveu um programa de moradia solidária, que já permitiu construir 300 casas, administrar um banco de sementes nativas, para contar com material biológico em tempos de desastres e oferece assessoria para organizações semelhantes na Indonésia, após o tsunami de 2004, e no Haiti e Chile, países que sofreram fortes terremotos este ano.

A organização hondurenha está para começar um projeto regional que também envolve Guatemala e Índia na redução de riscos por desastres, com apoio do Banco Mundial.

Com apoio da Groots, surgida em 1989, o Comitê trabalha com cerca de 16 mil pessoas (75% mulheres) em 16 comunidades. Outro projeto é a plantação de mangues para restaurar praias prejudicadas em duas comunidades.

A Groots anunciará em Cancún uma plataforma comunitária para a prevenção de desastres, a partir da experiência que seus grupos acumularam em Honduras, Peru, Jamaica, Indonésia e Índia.

É uma das muitas atividades paralelas à 16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática que acontece em Cancún, no México, desde o dia 29 e termina no dia 10.

No Estado de Chiapas, a União de Mulheres Indígenas da Região de Simojovel, o Grupo de Mulheres da Selva e Mulheres Alternativas da Serra de Chiapas trabalham juntos contra os impactos da mudança climática em uma zona açoitada nos últimos anos por geadas inusitadas e copiosas chuvas.

A sorte das mulheres de Chiapas está ligada aos meteoros. O Estado, um dos mais pobres do México, tem 72 municípios muito expostos a desmoronamentos e inundações, e em outubro de 2005 foi atingido pelo furacão Stan.

“As mulheres plantam café, lidam com sistemas de poupança e empréstimo, centros de ecoturismo e albergues educacionais para os jovens”, contou ao TerraViva Teresa Cortés, consultora da Oxfam México, que capacita e financia a Federação Indígena Ecologista de Chiapas, à qual pertencem as três organizações.

Devido ao dano causado por Stan e das enchentes de 2007, a Oxfam ajudou esses grupos a criarem um modelo de prevenção e gestão de riscos climáticos. Agora estão na fase de traçar um mapa desses riscos.

A Federação reúne 18 organizações e 3.500 pequenos cafeicultores organizados em cooperativa em 26 municípios. Estas exportam café orgânico certificado para Holanda, Suíça e Alemanha. Com US\$ 40 mil entregues pela Oxfam, os grupos de mulheres estão renovando os cafezais.

Na África do Sul as mulheres sofrem as alterações climáticas mais do que os homens, segundo a pesquisa “Gênero e mudança climática: um caso de estudo na África do Sul”, feito pela acadêmica Agnes Babugura para a fundação alemã Heinrich Böll.

As mulheres trabalham mais e por mais horas, caminham longas distâncias para obter água e assumem mais responsabilidade financeira para sustentar as famílias. “Há uma distribuição desigual de papéis e responsabilidades. Mas as mulheres estão mais informadas e são mais inovadoras para enfrentar os impactos da mudança climática”, disse à IPS Agnes, em Cancún.

O estudo se concentrou em dois municípios, Umzinyathi e Umhlathuze, na província de Kwazulu natal, habitada por mais de nove milhões de pessoas, das quais mais de cinco milhões são pobres.

Na COP 16 as mulheres reclamam políticas de gênero consistentes nos acordos que forem adotados e no financiamento. “Vamos cobrar que sejam destinados fundos comunitários para desastres”, disse Analucy. “Estamos resgatando a tradição participativa nas comunidades, estamos no processo de dar poder às mulheres”, destacou Teresa. Envolverde/IPS

Lucro na Mata – Eduardo Savanachi – Isto É Dinheiro rural – dezembro de 2010

Descubra como faturar alto explorando, de forma ambientalmente sustentável, as áreas de floresta da sua fazenda

Em tempos em que a preservação do meio ambiente se tornou um dos pontos mais delicados para o avanço da agricultura brasileira, nenhum produtor que se preze está disposto a derrubar áreas de sua propriedade que não estejam dentro dos limites estabelecidos em lei, seja por consciência ambiental, seja por temor das pesadas multas que isso pode gerar. Dentro dessa realidade, o melhor mesmo é encontrar formas de lucrar com a mata em pé. **Algo possível com a adoção de práticas de manejo e implantação de gestão florestal que, em alguns casos, pode trazer uma renda até maior do que a obtida com a cultura tradicionalmente plantada.** Esse modelo agrícola ganhou um empurrão a mais com uma nova linha de financiamento anunciada pelo governo e que liberará, a partir da safra 2010/2011, recursos da ordem de R\$ 2 bilhões para práticas conservacionistas adotadas nas propriedades rurais. A linha de crédito faz parte do programa Agricultura de Baixo Carbono e pode ser usada para investimentos em recuperação de áreas de pastagens, sistemas de integração lavoura-floresta e lavourapecuária- floresta e na recomposição de áreas de preservação permanente, entre outros. Práticas que fazem da floresta não apenas um bem para a natureza, mas um ótimo negócio para os produtores.

Um dos exemplos de maneiras de lucrar com a área de preservação é o chamado plano de manejo. “Trata-se de um modelo de extração de madeiras, feito de forma estudada e sustentável, que ajuda na regeneração da mata nativa”, explica o diretor da Triunfo, Jandir Sandin. Há dez anos, sua empresa está instalada no Estado do Acre onde atua com os produtores fazendo o corte e a comercialização da madeira. “As árvores extraídas nesse modelo geram uma madeira certificada pela Forest Stewardship Council (FSC), que estabelece uma série de normas”, conta o empresário.

De acordo com Sandin, para adequar a fazenda ao plano de manejo é preciso seguir alguns passos. O primeiro deles é a realização do georeferenciamento da área. Com esses dados é gerado o chamado inventário florestal da propriedade, que indica a quantidade de árvores que podem ser exploradas naquela área. Essas informações permitem o pedido da licença ambiental e o início da extração. “Na prática o produtor cede a área para nossa empresa explorar a madeira e recebe um percentual sob essa produção.” Para se ter ideia, dependendo da quantidade de árvores e do seu diâmetro, o lucro pode chegar a R\$ 1 mil por hectare.

Descubra como faturar alto explorando, de forma ambientalmente sustentável, as áreas de floresta da sua fazenda

POR EDUARDO SAVANACHI



Ouro na floresta

R\$ 2 bilhões é o montante da linha de crédito do governo para ações conservacionistas

R\$ 1 mil é a rentabilidade média por hectare de quem adota o plano de manejo em sua área

R\$ 800 é o valor do investimento médio, por hectare, para recuperação planejada de APP's

A maior parte dessa madeira é exportada, principalmente para a União Europeia. A Triunfo é uma das maiores exportadoras do País, com um volume de 36 mil metros cúbicos de madeira por ano. “Pretendemos aumentar nossa produção, que hoje vem 95% de áreas de manejo da agricultura, nos próximos anos. É algo muito atrativo para os produtores.”

Uma outra forma que vem atraindo produtores é a recuperação planejada das reservas legais ou áreas de preservação permanente. Nesse modelo, o produtor estabelece o plantio de árvores nativas, intercalando com o plantio de variedades comerciais, como o eucalipto. “Em cada ciclo de cinco a dez anos, ele pode cortar uma quantidade de eucaliptos, que oferece uma boa rentabilidade”, avalia o chefe-geral da Embrapa Florestas, Helton Damin da Silva. Segundo o pesquisador, a prática é indicada principalmente para produtores da região Centro-Oeste, onde a exploração da área nativa já atingiu seu limite. “É uma forma de aliar a recuperação dessas áreas com possibilidades de negócios”, ensina Silva, que explica ainda que a própria mata nativa também pode oferecer ganhos. “O ideal é replantar árvores nativas frutíferas. Com elas se pode criar um banco de sementes e comercializá-las para áreas produtoras de frutas, como a região Nordeste. Temos estudos que avaliam a rentabilidade dessa prática em até R\$ 1 mil por hectare”, diz. **A barreira está nos investimentos, que podem variar de R\$ 800 a R\$ 1.000 por hectare.** “Na maior parte dos casos, os produtores fazem parcerias com empresas, que exploram as sementes ou o eucalipto. Dessa forma, dividem-se os custos e o projeto se torna mais viável.”

Há ainda a possibilidade de negociar o crédito de carbono das áreas de florestas, mas, segundo Silva, é algo que precisa ser mais bem ajustado. “Esse é um mercado que ainda não está maduro. Existe muita burocracia, o que impede que boa parte dos produtores tenha acesso a esse tipo de venda”, ressalta. “Mas é algo que pode ser interessante no futuro, já que a demanda por esses créditos é crescente”, avalia.

Todomundo reconhece que o Brasil tem as melhores credenciais do planeta para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento da agropecuária. Basta dizer que nas duas últimas décadas nossas áreas protegidas mais do que duplicaram, chegando hoje a 175 milhões de hectares.

Nesse mesmo período, a produtividade total na agricultura brasileira cresceu 5% ao ano, ante menos de 2% ao ano na maioria dos grandes produtores agrícolas, incluindo os EUA. Só que, infelizmente, em vez de buscar a plena conciliação entre o desenvolvimento agrícola e a proteção ambiental, estamos contrapondo esses dois gigantes de forma absurda. O maior exemplo é a interpretação que vem sendo dada ao Código Florestal Brasileiro, fruto de dezenas de alterações desde a publicação da lei em 1965, até por medida provisória que foi reeditada na mesma medida 67 vezes! Essa interpretação vem gerando inacreditável insegurança no campo sem conseguir induzir a preservação ambiental.

Exemplos dos problemas que se somam neste momento são: 1) Risco de perda de normas e áreas de terras férteis, com grande aptidão agrícola, cultivadas há mais de um século nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, o que pode levar ao aumento dos custos de produção e dos preços da terra; 2) impedimentos ao licenciamento e à regularização ambiental e limitação ao acesso a linhas de crédito e bancos; 3) gigantesco passivo judicial e a criminalização em massa de produtores rurais; 4) imensa confusão jurídica, falta de clareza nas regras de aplicação e cumprimento do código e continuidade do desmatamento descontrolado.

Desde 2005 diversas tentativas para solucionar as imperfeições mais nefastas do Código Florestal foram conduzidas por ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, parlamentares e representantes da sociedade civil. Por inúmeras vezes quase se chegou a um acordo mínimo aceitável, fracassado pela falta de coordenação das partes envolvidas e pelo foguetório de factóides midiáticos que apenas causaram mais fumaça, radicalizando o debate.

Olhando para o que está sobre a mesa e para o conceito de sustentabilidade no século 21 – traduzido na difícil combinação entre eficiência econômica, responsabilidade ambiental e equidade social –, um Código Florestal moderno para o Brasil seria aquele que incorporasse as seguintes premissas:

- Compensação das reservas legais no bioma – Reservas florestais legais referem-se à obrigação

de recompor a vegetação nativa em 20% da área de cada propriedade agrícola na maioria do território nacional, 35% nos cerrados da Amazônia Legal e 80% na floresta amazônica, uma exigência que não encontra paralelo em nenhum país. Sem entrar nesse mérito, que torna o Brasil a nação

mais preservacionista do planeta, a questão que se coloca é se não faz mais sentido formar grandes aglomerações florestais no bioma, em vez de se buscar a tarefa irracional de recompor “ilhas desconectadas” de vegetação em cada propriedade.

Essa alternativa criaria incentivos econômicos que trariam ganhos efetivos ao meio ambiente, gerando renda para a floresta “em pé”, desenvolvendo um mercado eficiente de compensações ambientais e reduzindo o custo para os produtores rurais. É o caso da Cota de Reserva Ambiental e dos mecanismos de servidão florestal, ambos

negociáveis no mercado, que poderiam gerar uma verdadeira revolução ambiental no País, especialmente após a

indicação das áreas prioritárias de conservação pelo poder público.

- Restauração das áreas de preservação permanente (APPs) nas propriedades – Trata-se do princípio da restauração plena das matas ciliares e outras APPs, definidas pelo geógrafo de

cada propriedade (nascentes, cursos d'água, áreas com alto declive, etc.). Essa restauração seria incentivada pela possibilidade do cômputo das APPs na área da reserva legal e pela remunera-

ção dos serviços ambientais, desde que elas fossem devidamente recuperadas e que isso não permitisse novos desmatamentos.

Claro que essa solução também deveria respeitar casos clássicos de ocupação sustentável, como o café e a maqui no topo e encostas de morros, o arroz irrigado de várzea, o boi pantaneiro e outros.

- Respeito à lei vigente no tempo – Parece desnecessário, mas sempre é preciso reafirmar o princípio constitucional de que a lei não pode retroagir no tempo, ou seja, não se pode obrigar alguém a recuperar algo que foi removido quando era permitido ou mesmo estimulado pela lei. Essa interpretação do Código Florestal pode ser comparada a uma norma absurda que obrigasse todos os prédios urbanos já construídos na cidade de São Paulo a terem, no máximo, cinco andares, cabendo unicamente aos proprietários atingidos adequar-se à lei, sem nenhuma indenização.

Essas premissas foram incorporadas pelo relatório do deputado Aldo Rebelo, que deveria estar sendo analisado pelo Congresso neste momento. Entendo que a existência de pontos polêmicos no relatório não desmerece o trabalho realizado e não justifica a recusa de uma negociação no curso de sua votação, momento legítimo para a participação dos representantes eleitos pela sociedade. O fato é que soluções simples podem ser encontradas para melhorar o Código Florestal, desde que as pessoas efetivamente leiamos o documento e rompamos com os preconceitos e posições apriorísticas, buscando soluções concretas e adotando a racionalidade e o bom senso como norte.

Deixar de votar o relatório este ano significa um novo retorno à estaca zero com a nova legislatura, agravando a confusão e os conflitos no campo e nas florestas brasileiras em 2011, com insegurança jurídica, disputas judiciais e desmatamento descontrolado.

Poderíamos já ter entrado no século 21 nessa matéria e estar neste momento efetivamente concentrados em produção e exportação agrícola combinadas com conservação e restauração de florestas, seguindo a vocação óbvia ululante do Brasil.

Código Florestal, da aberração à inovação – Marcos Sayawa Jank – Estado de São Paulo – Opinião – 01/12/2010

Todo mundo reconhece que o Brasil tem as melhores credenciais do planeta para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento da agropecuária. Basta dizer que nas duas últimas décadas nossas áreas protegidas mais do que duplicaram, chegando hoje a 175 milhões de hectares.

Nesse mesmo período, a produtividade total na agricultura brasileira cresceu 5% ao ano, ante menos de 2% ao ano na maioria dos grandes produtores agrícolas, incluindo os EUA. Só que, infelizmente, em vez de buscar a plena conciliação entre o

desenvolvimento agrícola e a proteção ambiental, estamos contrapondo esses dois gigantes de forma absurda. O maior exemplo é a interpretação que vem sendo dada ao Código Florestal Brasileiro, fruto de dezenas de alterações desde a publicação da lei em 1965, até por medida provisória que foi reeditada na mesma medida 67 vezes! Essa interpretação vem gerando inacreditável insegurança no campo sem conseguir induzir a preservação ambiental.

Exemplos dos problemas que se somam neste momento são: 1) Risco de perda de grandes áreas de terras férteis, com grande aptidão agrícola, cultivadas há mais de um século nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, o que pode levar ao aumento dos custos de produção e dos preços da terra; 2) impedimentos ao licenciamento e à regularização ambiental e limitação ao acesso a linhas de crédito bancários; 3) gigantesco passivo judicial e a criminalização em massa de produtores rurais; 4) imensa confusão jurídica, falta de clareza nas regras de aplicação e cumprimento do código e continuidade do desmatamento descontrolado.

Desde 2005 diversas tentativas para solucionar as imperfeições mais nefastas do Código Florestal foram conduzidas por ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, parlamentares e representantes da sociedade civil. Por inúmeras vezes quase se chegou a um acordo mínimo aceitável, fracassado pela falta de coordenação das partes envolvidas e pelo foguetório de factóides midiáticos que apenas causaram mais fumaça, radicalizando o debate.

Olhando para o que está sobre a mesa e para o conceito de sustentabilidade no século 21 – traduzido na difícil combinação entre eficiência econômica, responsabilidade ambiental e equidade social –, um Código Florestal moderno para o Brasil seria aquele que incorporasse as seguintes premissas:

- Compensação das reservas legais no bioma – Reservas florestais legais referem-se à obrigação

de recompor a vegetação nativa em 20% da área de cada propriedade agrícola na maior parte do território nacional, 35% nos cerrados da Amazônia Legal e 80% na floresta amazônica, uma exigência que não encontra paralelo em nenhum país. Sem entrar nesse mérito, que torna o Brasil a nação

mais preservacionista do planeta, a questão que se coloca é se não faz mais sentido formar grandes aglomerações florestais no bioma, em vez de se buscar a tarefa irracional de recompor “ilhas desconectadas” de vegetação em cada propriedade.

Essa alternativa criaria incentivos econômicos que trariam ganhos efetivos ao meio ambiente, gerando renda para a floresta “em pé”, desenvolvendo um mercado eficiente de compensações ambientais e reduzindo o custo para os produtores rurais. É o caso da Cota de Reserva Ambiental e dos mecanismos de servidão florestal, ambos negociáveis no mercado, que poderiam gerar uma verdadeira revolução ambiental no País, especialmente após a

indicação das áreas prioritárias de conservação pelo poder público.

- Restauração das áreas de preservação permanente (APPs) nas propriedades – Trata-se do princípio da restauração plena das matas ciliares e outras APPs, definidas pela geografia de

cada propriedade (nascentes, cursos d’água, áreas com alto declive, etc.). Essa restauração seria incentivada pela possibilidade do cômputo das APPs na área da reserva legal e pela remuneração

dos serviços ambientais, desde que elas fossem devidamente recuperadas e que isso não permitisse novos desmatamentos.

Claro que essa solução também deveria respeitar casos clássicos de ocupação sustentável, como o café e a maçã no topo e encostas de morros, o arroz irrigado de várzea, o boi pantaneiro e outros.

• Respeito à lei vigente no tempo – Parece desnecessário, mas sempre é preciso reafirmar o princípio constitucional de que a lei não pode retroagir no tempo, ou seja, não se pode obrigar alguém a recuperar algo que foi removido quando era permitido ou mesmo estimulado pela lei. Essa interpretação do Código Florestal pode ser comparada a uma norma absurda que obrigasse todos os prédios urbanos já construídos na cidade de São Paulo a terem, no máximo, cinco andares, cabendo unicamente aos proprietários atingidos adequar-se à lei, sem nenhuma indenização.

Essas premissas foram incorporadas pelo relatório do deputado Aldo Rebelo, que deveria estar sendo analisado pelo Congresso neste momento. Entendo que a existência de pontos polêmicos no relatório não desmerece o trabalho realizado e não justifica a recusa de uma negociação no curso de sua votação, momento legítimo para a participação dos representantes eleitos pela sociedade. O fato é que soluções simples podem ser encontradas para melhorar o Código Florestal, desde que as pessoas efetivamente leiamos os documentos e pautas de preceitos e posições apriorísticas, buscando soluções concretas e adotando a racionalidade e o bom senso como norte.

Deixar de votar o relatório este ano significa um novo retorno à estaca zero com a nova legislatura, agravando a confusão e os conflitos no campo e nas florestas brasileiras em 2011, com insegurança jurídica, disputas judiciais e desmatamento descontrolado.

Poderíamos já ter entrado no século 21 nessa matéria e estar neste momento efetivamente concentrados em produção e exportação agrícola combinadas com conservação e restauração de florestas, seguindo a vocação óbvia ululante do Brasil.

ONU busca plano B que amplie pacto do clima – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2010

Sem prazo para fechar um novo acordo global de corte de emissões, a ONU já começa a traçar um plano B para que o mundo não fique sem nenhuma proteção ao clima após 2012, quando vence o Protocolo de Kyoto. A chefe da Convenção do Clima das Nações Unidas, Christiana Figueres, alertou ontem os delegados contra o chamado "buraco de implementação", o período entre 2012 e a entrada em vigor de um eventual novo tratado. Tal brecha deixaria os mercados de carbono numa situação difícil, já que o preço da tonelada de CO₂, que é o objeto desses mercados, depende de regulamentação internacional para ser fixado.

TOALHA

JOGADA

Em Copenhague, os governos concluíram que não será possível fechar um acordo sobre metas de redução de emissões tão cedo, e resolveram concentrar os esforços em Cancun na aprovação de outros elementos do futuro tratado -deixando o tema espinhoso do corte de emissões para o futuro. Como Kyoto levou oito anos entre assinatura e entrada em vigor, há uma possibilidade real de que o eventual novo tratado só passe a valer bem depois da expiração do

protocolo atual.
Há na mesa várias propostas para contornar o problema. Uma delas seria a extensão das metas atuais dos países signatários de Kyoto (5,2% de corte em suas emissões em relação aos níveis de 1990) por mais dois anos. Outra seria a chamada "implementação provisória", algo previsto no direito internacional, que permite pôr o tratado para funcionar mesmo sem a aprovação pelos parlamentos nacionais.
"Alguns países têm dificuldades com isso", afirma o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo.
O problema é que, para que a implementação provisória aconteça, será preciso que os países concordem com uma segunda fase de Kyoto, que dure até 2020. Japão e Canadá já disseram que não aceitam um novo período para Kyoto. O segundo condicionou sua aceitação à adesão dos EUA -o que é impossível. Os países em desenvolvimento, porém, estão pressionando pelo segundo período. Contam com a simpatia da União Europeia, que fixou uma meta unilateral doméstica de 20% de redução até 2020 e não perderia nada com a extensão de Kyoto. "É improvável que se aprove um segundo período de Kyoto em Cancún", diz Wendel Trio, do Greenpeace.

**Com investimento, Brasil pode ter energia 93% renovável – Claudio Angelo –
Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2010**

DO ENVIADO A CANCÚN

A matriz energética brasileira pode se tornar 93% renovável em 2050 se o governo tomar as decisões de investimento corretas. A conclusão é de um relatório elaborado pelo Greenpeace e divulgado ontem em Cancún. Segundo o documento, intitulado "Revolução Energética", o país pode eliminar as usinas a óleo e a carvão da matriz, economizando pelo menos R\$ 100 bilhões no período ao adotar ações de eficiência energética. O Brasil tem hoje a matriz energética mais limpa do mundo, gerando 84% de sua eletricidade por meio de usinas hidrelétricas, que emitem pouco gás carbônico. O problema é que essa matriz tem ficado cada vez menos limpa. Na última década, o governo tem investido em novas térmicas a óleo e gás natural, e planeja para 2030 aumentar ainda mais a participação dessas fontes. Usando dados do plano energético nacional para 2030 e extrapolando-o para 2050, o Greenpeace estimou que, se nada for feito, a participação das hidrelétricas na matriz cairá para 56,3%. O gás natural vai de 4,4% para 16%, e a energia nuclear, de 2,79% para 5,31%.
"O governo vai construir hidrelétricas na Amazônia até onde for possível, depois vai usar combustíveis fósseis e nuclear", diz Ricardo Baitelo, do Greenpeace, autor principal do relatório.
No cenário proposto pela ONG, as hidrelétricas caem ainda mais, para 46% em 2050 - mas são substituídas por um aumento expressivo do parque eólico (que ocuparia 20% da matriz) e das usinas de biomassa (16,6%). Segundo Baitelo, o Brasil deveria se concentrar na energia dos ventos, que está mais competitiva: o preço do megawatt eólico nos leilões de energia mais recentes tem ficado em torno de R\$ 130. É mais do que os cerca de R\$ 80 da hidrelétrica de Belo Monte,

mas menos do que certas usinas térmicas. (CA)

Paraíso ameaçado - Catarina Alencastro* - O Globo – Ciência – 01/12/2010

A elevação do nível do mar causada pelas mudanças climáticas provocará a destruição de mais de 300 resorts turísticos de luxo na região do Caribe, como revela um novo estudo divulgado ontem na Convenção do Clima, em Cancún.

Aeroportos, usinas energéticas, estradas e cultivos localizados em áreas mais baixas, bem como grandes regiões turísticas, das ilhas serão severamente atingidas e até completamente perdidas, com graves implicações para as economias de cada país e o bem-estar de centenas de milhares de pessoas, de acordo com o relatório.

O relatório sugere que, somente para as 15 maiores nações de língua inglesa, os custos dos danos e dos trabalhos de reconstrução provocados pela elevação do nível do mar até 2080 alcançaria US\$120 bilhões.

Danos a aeroportos e usinas de energia Com uma elevação do nível do mar de um metro, o que hoje é considerado altamente provável até o fim do século, “pelo menos 149 resorts de luxo seriam seriamente danificados ou perdidos” no Caribe, juntamente com 21 aeroportos da Comunidade Caribenha (Caricom) e 35 dos 44 portos da região. Se o mar subir dois metros — o que não é, de forma alguma, considerado impossível —, “pelo menos 233 resorts de luxo se perderiam”. Seriam registrados ainda danos graves ou perda total em nove usinas de energia, 31 aeroportos e 710 quilômetros de estradas.

Quando se coloca na conta, além da elevação das águas, o efeito da erosão, os danos se revelam muito piores. Com uma elevação de um metro, a erosão estimada alcançaria de 50 a 100 metros. Com isso, o número de resorts de luxo destruídos poderia chegar facilmente a 307.

Com apoio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido e a Organização dos Estados do Caribe Oriental, o estudo foi produzido pela Caribsave, uma parceria entre o Centro para Mudanças Climáticas da Comunidade Caribenha e a Universidade de Oxford. Coordenado por Murray Simpson, do departamento de meio ambiente da Universidade, o estudo é considerado o mais detalhado já feito sobre os impactos da elevação do nível do mar na região.

— Somos países mais vulneráveis do mundo, embora sejamos menos poluentes, afirmou Antonio Lima, embaixador de Cabo Verde nas Nações Unidas, falando em nome de todos os países insulares.

No segundo dia de conferência, os avanços ainda pareciam muito incertos. Enquanto não há sinalização de que Cancún trará um acordo fixando novas metas de redução de CO₂ para os países desenvolvidos a partir de 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto, nos bastidores delegados já vêm cogitando alternativas para preencher o vazio. Uma delas é a adoção de uma regra segundo a qual não é preciso o consenso dos 194 países membros da convenção para que uma decisão seja adotada. O tema é polêmico e conta com a rejeição de pelo menos 50 países. Outro tema que vem sendo debatido a portas fechadas é o que poderá ser feito enquanto novas metas não são acordadas. Segundo o negociador chefe do Brasil, embaixador Luiz Figueiredo, a adoção de um segundo período de compromisso de Kioto é urgente. Mas caso isso não aconteça nos próximos dois anos, todo o arcabouço legal sobre como os países devem cortar suas emissões não ficará invalidado.

— Os países têm regras com base em Kioto. Isso não vai acabar em 31 de

dezembro. Eles vão continuar a fazer reduções.

É claro que isto não é sustentável no longo prazo.

(*) A repórter viajou a convite da CNA

Uma nova arquitetura para o clima - Israel Klabin, Rubens Ricupero e José Goldemberg – O Globo – Ciência – 01/12/2010

No atual cenário internacional, que une crise econômica a impasses nas negociações sobre meio ambiente, só temos uma certeza: o fim do modelo Kioto de negociações internacionais e dos mecanismos de implementação do princípio do “poluidor pagador”.

Não estamos sós na avaliação. Em fevereiro de 2010, um grupo acadêmico produziu um relatório sobre políticas climáticas chamado Hartwell Paper. O objetivo era reavaliar as políticas climáticas após a grave crise econômica de 2008-2009. Esse documento foi uma parceria do Instituto de Ciência, Inovação e Sociedade da Universidade de Oxford, com a London School of Economics. “Uma boa crise não deve ser desperdiçada”, é um dos conselhos que o Hartwell Paper fornece, com a nossa total aquiescência. O foco central está na crítica às políticas climáticas atuais, à maneira pela qual são negociadas e como são compreendidas e praticadas por vários governos sob o guarda-chuva da Convenção do Clima.

As conclusões do Hartwell Paper são: essas políticas falharam e não controlaram ou reduziram as concentrações de gases de efeito estufa; o acordo que emergiu em Copenhague tem status incerto, seus compromissos e consequências não são claros; nenhum acordo de grande consequência foi alcançado, e o próprio mecanismo de diplomacia multilateral passou a ser questionado.

O peso dos emergentes não pode mais ser ignorado, e países como China, Brasil, Índia e África do Sul tomaram iniciativas e expressaram visões distintas. Alguns procuram implementar políticas domésticas ou bilaterais, cujos resultados podem ser mais facilmente alcançados. O que deverá acontecer em Cancún? Nenhum de nós acredita que algo diferente seja proposto e, muito menos, mecanismos importantes sejam implementados a tempo de reduzir as emissões no curto prazo.

Devemos reavaliar as soluções preconizadas até agora para a questão ambiental. O desafio é como alcançar objetivos ambiciosos com harmonia política. Propomos abordagens específicas para cada aspecto do problema ambiental. Devemos

distinguir as questões: florestas, qualidade do ar, poluição das águas, adaptação às mudanças climáticas, energia, etc, cada qual seguindo sua própria agenda.

Os objetivos principais de uma nova agenda climática deveriam ser três: energia adequada (limpa, acessível, segura e de baixo custo), modelos de desenvolvimento que não comprometam os sistemas naturais e adaptação das sociedades aos impactos de eventos climáticos extremos.

Apesar do estabelecimento de mercados de crédito de carbono e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), as emissões aumentaram nos últimos 20 anos. O aumento das emissões em países em desenvolvimento, que não têm compromissos de redução em Kioto, é a principal explicação. Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia, em 2015 a emissão resultante da queima de combustíveis fósseis desses países ultrapassará pela primeira vez as emissões

dos países ricos somados. Dessa maneira, não podemos ser coniventes com o mau uso da tese de “responsabilidade diferenciada”, isto é, por serem menos ricos e por terem iniciado seu processo econômico tardiamente, os países em desenvolvimento teriam um direito moral à poluição, e que impor restrições seria uma espécie de

dumping ambiental por países de economia avançada. Não é preciso, para que os países pobres se desenvolvam, gerar a poluição que os ricos produziram em dois séculos. Os perigos iminentes implicam responsabilidades conjuntas. Devemos procurar mecanismos aplicados nacionalmente que promovam o desenvolvimento, dentro de conceitos de uma economia limpa, a serem debatidos e apresentados na Rio+20.

É possível um salto na renda e bem-estar ao adotarmos tecnologias já disponíveis e práticas da nova economia. O Brasil tem por hábito se apropriar depressa de evoluções tecnológicas e conceituais que alimentam o modelo econômico e os padrões de consumo do mundo desenvolvido. Foi essa também a espoleta que a China usou para a rápida evolução e absorção da modernidade de seu desenvolvimento. Isso ainda é possível para nós, porém em outro modelo de mercado e de novos conceitos de soberania que, em vez de nacional, se apresentaria como co-responsabilidades de um sistema global com baixa emissão de gases-estufa.

Podemos aprender com bons modelos pelo mundo. O Brasil tem exemplos para apresentar. O programa de etanol de cana-de-açúcar, a redução do desmatamento da Amazônia nos últimos anos e o acesso à eletricidade em zonas rurais conseguiram resultados positivos na área socioambiental. Acreditamos que outros países podem dividir experiências exitosas em prol de uma verdadeira mudança de paradigma. Mudança climática é um problema perverso: não é facilmente identificável, sua complexidade não se reduz a modelos simples, as causas estão entranhadas nos sistemas sociais e econômicos que adotamos. Uma “guerra à mudança climática” não chegará a lugar algum. É utópico pensar que há uma razão científica única. O que tentamos hoje é administrar a situação da melhor maneira possível e evitar cenários de maior risco.

A opinião pública já começa a entender que, embora difusos, os impactos das mudanças climáticas afetarão nossas vidas nos próximos anos. Os autores do Relatório Hartwell fizeram uma proposta interessante, que converge com nossas próprias ideias sobre mudanças no modelo econômico vigente. O ponto central é o mecanismo de precificação do carbono, inicialmente pequeno, porém progressivo, de acordo com os custos do impacto ambiental produzido por cada setor que iria para um Fundo Global vinculado à inovação e ao desenvolvimento de tecnologias limpas. Com esse mecanismo será possível propiciar energia barata universal, motor fundamental para a inclusão social sustentável — não é pouca coisa, mas é possível.

(*) Israel Klabin e Rubens Ricupero são membros do Conselho Curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo

Lula:Regularização fundiária para combater desmatamento – Sítio eletrônico do MDA - 01/12/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nesta quarta-feira (1), em Brasília (DF), o conjunto de ações do governo federal para reduzir os índices de desmatamento e viabilizar a conservação da biodiversidade na região Amazônica e outros biomas. Ao lado da ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, Lula destacou a regularização fundiária de trabalhadores rurais como estratégia de proteção ambiental. O presidente mencionou o Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a concessão de unidades de conservação ambiental a associações de extrativistas, ação promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em solenidade realizada no Palácio do Planalto, foram assinados contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) que vão beneficiar 2.609 famílias de ribeirinhos, extrativistas e seringueiros de Rondônia, Acre, Santa Catarina, Ceará e São Paulo. As áreas somam mais de 538 mil hectares. Das oito unidades de conservação concedidas, três foram repassadas pelo MDA, por meio do Incra. As outras cinco haviam sido transferidas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Com o documento, essas famílias tiveram sua situação ocupacional regularizada dentro de unidades.

Desde 2003, o Governo Federal já regularizou a situação fundiária de 23 Unidades de Conservação por meio de contratos de Concessão de Direito Real de Uso que abrangem mais de 1,4 milhão de hectares. O trabalho já beneficiou diretamente 29.732 famílias.

Novas unidades

Além da regularização de comunidades tradicionais que vivem em unidades de conservação, o ICMBio recebeu outras cinco áreas de proteção ambiental. O MDA/Incra repassou a Floresta Nacional Santa Rosa do Purus (AC), a reserva biológica Uatumã (AM) e os Parques Nacionais da Serra da Cutia (RO) e Montanhas do Tumucumaque (AP). A SPU repassou o Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha (PE).

Com a transferência das áreas pelo MDA/Incra, 21 assentamentos de reforma agrária terão suas áreas de reserva legal regularizadas, cobrindo 114 mil hectares de terra, onde estão assentadas 4.908 famílias de trabalhadores rurais.

Projetos diferenciados

A partir de 2003, o governo federal modificou a matriz produtiva da maioria dos assentamentos de reforma agrária. De lá pra cá, foram criados os chamados Projetos Ambientalmente Sustentáveis, formado por assentamentos agro-extrativistas, agro-florestais e de desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é manter a mata original de pé, conciliando a produção de alimentos e o equilíbrio ambiental das áreas. Atualmente, mais de 36 milhões de hectares de terras estão destinados para esta categoria de assentamentos, atendendo a 176 mil famílias.

Desmatamento na Amazônia registra menor área em 23 anos– Sítio Eletrônico do MMA - 01/12/2010

O desmatamento na Amazônia Legal voltou a cair pelo segundo ano consecutivo, registrando a menor área desmatada dos últimos 23 anos, desde que o monitoramento passou a ser feito via satélite, em 1988. Os 6,4 mil Km², estimados pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), para o período de agosto de 2009 a julho de 2010,

antecipam as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Mudanças Climática em cinco anos.

Esses dados serão apresentados na COP-16, em Cancún, no México, na semana que vem, e credenciam o Brasil a elevar o tom nas negociações internacionais em torno da redução de emissões.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse, em cerimônia realizada nesta quarta-feira (1/12), no Palácio do Planalto, onde foram anunciados os novos números, que o Brasil inverteu seu papel nas negociações internacionais. Segundo ele, o País era cobrado e agora tem o que mostrar em termos de taxas de desmatamento e redução de emissões, enquanto os países desenvolvidos não apresentam reduções e, ainda, emperram as negociações na Convenção.

Para a ministra Izabella Teixeira, a nova queda nas taxas de desmatamento é "o coroamento da política ambiental do Governo". Ela lembrou que em oito anos aumentou significativamente o percentual de áreas protegidas na Amazônia. Lembrou, ainda, que foram firmadas sólidas parcerias com vários setores da sociedade, como parte de uma mudança de patamar na agenda ambiental. Para ela, a preservação ambiental "não é prerrogativa do Ministério do Meio Ambiente, mas um dever de todos".

"É um orgulho entregarmos o governo com uma queda nas taxas de desmatamento expressiva", avaliou. Ela reafirmou que "o mundo precisa dar uma resposta a altura do Brasil", referindo-se às negociações em curso em Cancún. "São números absolutamente fantásticos", comemorou Izabella.

Já o presidente, no mesmo tom, afirmou que não basta fazer política de desmatamento em Brasília, "é preciso levar isso para a prática". Lula lembrou uma das frases que marcaram a trajetória de Chico Mendes: "o melhor jeito de cuidar da floresta é cuidar da gente que mora na floresta".

A queda do desmatamento, medida pelo Prodes, registra o corte raso, etapa final do desflorestamento, em áreas maiores de 6,55 hectares. Em relação ao período anterior, a queda foi de 13,6%. Entre agosto de 2008 e julho de 2009 o monitoramento havia registrado 7,4 mil hectares desmatados.

A trajetória de redução é atribuída pelo Diretor do Departamento de Combate e Controle do Desmatamento, Mauro Pires, à ação Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), integrado por 14 ministérios e coordenado pela Casa Civil.

O desmatamento caiu em sete dos nove estados da Amazônia Legal, faltando ainda a consolidação dos dados anuais do Amapá e Roraima. O Pará, que também registrou queda nas taxas de desmatamento, foi o estado que mais desmatou no período, chegando a 3,7 mil km². Acre e Amazonas tiveram aumento na taxa: Acre aumentou de 216 KM² para 273 Km² a área desmatada. Amazonas de 405 Km² para 474 Km².

COP 16 discute fundo de adaptação às mudanças climáticas – Sítio Eletrônico da CONTAG – 02/12/2010

O terceiro dia da COP 16 foi marcado pelo debate sobre a consolidação do fundo de adaptação às mudanças climáticas com o aporte de recursos pelos países industrializados. Esse tema começou a ser discutido ainda na Conferência de Copenhague. A expectativa é mobilizar 100 bilhões de dólares por ano até 2020 para

financiar projetos de mitigação dos efeitos das mudanças de clima, especialmente nos países pobres.

Os países menos desenvolvidos estão fazendo uma série de críticas pelo fato de que os países ricos ainda não deram sinais concretos de que aceitam aportar recursos para esse fundo. No ano passado, os Estados Unidos acenaram com a possibilidade de investir 1,7 bilhão de dólares neste ano. A União Européia também assumiu o compromisso de doar mais 7,2 bilhões de euros nos próximos três anos para financiar projetos de adaptação às mudanças climáticas e de redução das emissões. Porém, essas manifestações não saíram do papel até o momento.

A União Européia confirmou a liberação de 2,2 bilhões de euros. No entanto, 47,9% é de fato doação, o restante financiamento. A pressão por investimento dos países que apresentam situações mais críticas pode criar dificuldades ao Brasil em captar recursos, em virtude de possuir maiores possibilidades socioeconômicas.

Agricultura e meio ambiente – A secretária de Meio Ambiente, Rosicleia dos Santos, constata que os temas relacionados com a agricultura, meio ambiente e mudanças climáticas não têm pautado os debates na COP 16. “Apenas cinco de 243 estudos que serão apresentados durante a conferência tratam dessa relação”, lamenta.

Um deles é de autoria da Universidade de Cornell (EUA) e enfatiza a capacidade de reter carbono no solo pelas explorações agrícolas, quando se adota práticas conservacionistas adequadas. Sem essa abordagem se torna difícil criar as bases para repensar o modelo da agricultura vigente que consome muitos insumos. A dirigente da Contag considera que a adoção dessas práticas pode ser um dos elementos auxiliares para descarbonizar as cadeias de produção. “Essa discussão incipiente nos leva a pensar que ainda existe um grande caminho a ser percorrido”, avalia Rosy.

Fonte: Elizário Toledo, assessor da Contag, de Cancun.

Inclusão social e conservação ambiental - WAGNER COSTA RIBEIRO – Folha de São Paulo – Opinião – 02/12/2010

Passado o período eleitoral, chega o momento de avaliar as perspectivas do novo governo. Cerca de 20 milhões de eleitores consideraram as questões ambientais no primeiro turno, o que pode ser entendido como um recado à presidente eleita, Dilma Rousseff.

Por isso, os temas socioambientais deveriam ter mais destaque no governo que se instalará em breve.

Foram notórios alguns avanços na gestão Marina/Minc/Isabela, dois dos quais ganharam destaque internacional: a diminuição do desmatamento na Amazônia e a mudança da posição brasileira nas negociações sobre mudanças climáticas, que resultou na apresentação de metas claras de redução de gases de efeito estufa para o Brasil. No cenário interno, porém, permanecem dificuldades que terão que ser enfrentadas. Está em curso uma reforma do Código Florestal que pode fazer com que as metas de conservação da biodiversidade e de redução de emissões de carbono não sejam cumpridas.

Outro aspecto que deve ser abordado é o desmonte do sistema de licenciamento

ambiental, o que facilitaria a implementação do PAC. Muitos grupos ambientalistas e pesquisadores entendem a necessidade de reformar o Código Florestal. É evidente que um país com as dimensões do Brasil não pode ter uma métrica única para a conservação ambiental. Cada ecossistema exige uma área diferente para manter suas características, de modo a não comprometer sua reprodução. Além disso, os pequenos proprietários são expressivos em Estados como o Rio Grande do Sul, muitos dos quais responsáveis pela produção de alimentos para a cesta básica da população brasileira. É preciso encontrar uma metodologia que concilie a conservação ambiental sem inviabilizar a manutenção da população camponesa onde vive, bem como sua atividade agrícola. Isso é muito diferente de perdoar grandes proprietários de terras que não cumpriram o que a legislação estabelece para produzir para exportação. É justamente esse segmento social, muito mais capitalizado que o anterior, que pode financiar a recuperação ambiental de suas terras. Em relação ao licenciamento ambiental, não foram poucas as ocasiões nos últimos oito anos em que se assistiu a uma tentativa de desqualificação de órgãos ambientais quando os projetos em discussão eram propostos pelo governo. Está em tramitação um projeto de lei que pretende deixar o licenciamento para a escala estadual, o que gera enorme preocupação, pois em muitos Estados não existe capacidade técnica instalada para analisar com isenção os pedidos dos empreendedores. Esses aspectos, entre outros, devem ser tratados com firmeza pela presidente eleita. O Brasil está em um momento especial, foco de atenções de outros países e de investidores. É preciso deixar claro que o desenvolvimento social, que é necessário e prioritário em nosso país, não será conquistado à custa da manutenção de um sistema de produção que destrói as reservas naturais do território brasileiro. Temos a oportunidade de lançar novas bases de inclusão social, que podem marcar definitivamente o século 21.

WAGNER COSTA RIBEIRO, geógrafo, é professor do Departamento de Geografia e coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Amazônia tem menor desmate da história – Simone Iglesias e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2010

O índice de desmatamento da Amazônia Legal neste ano caiu 14% em relação ao ano passado e ficou em 6.450 km² -o menor número já registrado pelo monitoramento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Ainda assim, a área desmatada em 2009-2010 é igual a quatro vezes o tamanho da cidade de São Paulo. E ficou acima do esperado pelo governo, que projetava uma taxa de até 5.000 km². Na região da mata atlântica, a queda média anual foi de 0,04% e, no apanhado de 2002 a 2008, de 0,25%. Segundo o Inpe, o índice de redução de desmate na mata atlântica é baixo porque ela é o bioma mais degradado do país, já que boa parte da região é composta por áreas urbanizadas. Segundo Gilberto Câmara, diretor do Inpe, houve redução significativa do desmatamento em Mato Grosso, no Pará e em Rondônia, Estados que costumam liderar o ranking de derrubadas..

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que está orgulhoso da atuação de seu governo na área. "O que estamos conseguindo talvez nem seja mérito nosso, mas incompetência de quem veio antes, porque se fazia muito discurso e se colocava pouca coisa em prática", disse. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que o Brasil se aproxima da meta de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020. O governo cogita antecipar o cumprimento da meta para 2015.

COP-16

Lula confirmou que não irá à COP-16, conferência do clima de Cancún, no México, porque, segundo ele, a reunião "não vai dar em nada". "Não vai nenhuma grande liderança, no máximo, os ministros do Meio Ambiente. Não vai haver um avanço, uma pactuação", afirmou. A chefe da Convenção do Clima das Nações Unidas, Christiana Figueres, reagiu: "A COP-16 nunca foi montada como reunião de chefes de Estado", afirmou ela. Apesar dos resultados mostrados pelo Brasil na redução do desmatamento, o mecanismo que pretende compensar os países tropicais por isso, o chamado Redd, está longe de uma definição na conferência do clima de Cancún. "A experiência do Brasil, com monitoramento, transparência e participação da sociedade, mostra que dá para reduzir o desmate", diz André Muggiatti, do Greenpeace. "Mas, para que isso vingue em outros países, o Redd tem de ser aprovado."

Ilhas propõem novo protocolo na COP-16 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2010

DO ENVIADO A CANCÚN

Um dia depois de o Japão ter declarado em Cancún que não aceitaria uma segunda fase do Protocolo de Kyoto, as nações-ilhas deram o troco: propuseram na COP-16 um novo protocolo contra emissões de gases-estufa. As ilhas são os países que mais sofrem com as mudanças climáticas. Seu objetivo é criar um tratado legalmente vinculante, algo que se perdeu de vista após a derrocada da conferência de Copenhague, no ano passado. O novo protocolo se somaria a uma segunda fase do acordo de Kyoto e valeria para os países do chamado LCA (grupo de ações de longo prazo), que não integram Kyoto: as nações em desenvolvimento e os EUA. Estes últimos teriam metas obrigatórias de redução de emissões, comparáveis às dos signatários de Kyoto. "Nós propusemos isso há um ano e meio, achando que fosse haver um acordo legalmente vinculante em Copenhague. Aqui estamos, em mais uma COP, e isso não foi concluído", disse o negociador de Tuvalu, Ian Fry. À **Folha**, Fry reconheceu que é impossível obter um acordo com peso de lei em Cancún, mas que a ideia é que isso aconteça já no ano que vem, na COP-17, em Durban, África do Sul. O Brasil apoiou a iniciativa das ilhas. "É claro que temos de ser simpáticos à proposta", disse o embaixador Sérgio Serra. "Porém, cristalizar as metas pífias que existem hoje num protocolo não é interessante." Foi criar um grupo para debater essas ideias. O movimento das ilhas tem pouca chance de vingar, mas é uma maneira de criar pressão política num momento em que as negociações começam a ficar tensas. "Está tudo negro", disse um diplomata latino-americano. Segundo ele, a principal fonte

de tensão são os EUA, que têm insistido em um pacote completo de decisões em Cancún -inclusive em temas espinhosos para países em desenvolvimento, como transparência em cumprimento de reduções- na linha do "ou tudo ou nada". Ele afirma que a delegação americana está amarrada pela situação doméstica e quer empurrar para a China a culpa por um eventual fracasso na COP-16. (CA)

Desmatamento na Amazônia cai 13,6% - Chico de Gois e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 02/12/2010

BRASÍLIA e CANCÚN. O governo anunciou ontem que o desmatamento na Amazônia Legal caiu 13,6% no período 2009/2010, comparado com 2008/2009. Foi a maior redução desde 1988, quando o monitoramento começou a ser feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os estados que mais desmataram foram Pará e Mato Grosso. No total, o corte da floresta atingiu 6.451 quilômetros quadrados. O resultado é uma estimativa feita a partir da análise de 93 fotos de satélite e tem margem de erro de 10%.

Os números deixaram o governo eufórico. Para a ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o resultado faz com que o Brasil antecipe as metas previstas para 2015.

— Estamos antecipando em cinco anos o resultado que era previsto para 2015. É o menor desmatamento de toda a história da Amazônia.

Lula disse que os números demonstram que o Brasil está no caminho certo. Ele também criticou os países desenvolvidos que apresentam metas pequenas de despoluição e disse que a COP-16, no México, não irá apresentar resultados concretos.

Ele desmarcou sua participação no evento.

— A COP-16 não vai dar nada. Não vou inibir a liderança. Os compromissos que nós assumimos no Brasil nós estamos cumprindo e não precisamos do favor de ninguém para cumprí-los.

Em Cancún, a secretária-executiva da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, Christiana Figueres, criticou a declaração de Lula.

— A COP-16 não foi construída para ser um encontro de chefes de Estado. Os mexicanos não tiveram intenção de que este fosse um encontro de chefes de Estado. É claro que qualquer chefe de Estado que quis servir será muito bem-vindo e, pelo que eu sei, aproximadamente 30 deles manifestaram interesse em vir. Mas sempre esteve muito claro que este não é um encontro de chefes de Estado. Este cenário não mudou. E todos aqui estão comprometidos em encontrar um resultado — afirmou Christiana.

Na solenidade em Brasília, Lula também criticou os governos anteriores e disse que a gestão se sobressai porque os outros eram incompetentes.

— O que estamos conseguindo no Brasil talvez não seja mérito nosso, mas incompetência de quem veio antes.

O presidente assinou um decreto que cria o macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal, que tem como meta promover o desenvolvimento sustentável da região. O macrozoneamento reconhece, por exemplo, a importância de aumentar o número de hidrelétricas no país — 70% do potencial energético brasileiro está na região.

O inverno severo do Hemisfério Norte, a onda de calor em Moscou e meados do ano, as inundações no Paquistão. Os eventos climáticos extremos que assombraram 2010 vão tornar-se mais frequentes nas próximas décadas, segundo prognóstico divulgado ontem pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM). Os sinais de um quadro descontrolado no futuro são evidentes. A um mês de seu fim, 2010 já é considerado o mais quente desde o início das medições de temperatura. E os próximos anos deverão ser ainda piores, com ondas de calor escorchante.

Os cientistas explicam que mesmo ondas de frio extremo, como a que agora volta a afetar parte da Europa, podem estar associadas ao aquecimento global. Em sua análise, a OMM admite ser “impossível dizer se um ou outro desastre natural foi ‘causado’ por mudança climática”. Ainda assim, a instituição alerta que “o cenário atual será provavelmente alterado pela maior concentração de gases-estufa na atmosfera”.

Brasil entre países mais vulneráveis Em entrevista durante a 16ª Conferência do Clima, em Cancún, no México, o diretor do Programa de Investigação do Clima Mundial da OMM, Ghassam Asrar, pediu para que os países priorizem o desenvolvimento de sua infraestrutura para que, assim, resistam melhor aos eventos extremos. Estas ações impediriam, por exemplo, a morte de 1.500 pessoas no Paquistão, devido a uma série de inundações ocorridas em agosto.

O Brasil é uma vítima em potencial das intempéries provocadas pelo aquecimento global. Em outubro, a consultoria britânica Maplecroft criou um ranking de vulnerabilidade às mudanças climáticas. O país ficou na 81ª posição, classificado como “alto risco”, entre os 170 listados.

— Haverá mudanças notáveis nos parâmetros climáticos do Brasil nos próximos 30 anos, como o nível de precipitações, temperatura e umidade — adverte o analista Matthew Bunce, um dos responsáveis pelo estudo. — As regiões a leste do país são mais expostas aos riscos da mudança climática, devido à sua suscetibilidade histórica a inundações e seca.

Apenas 30% do território do país está exposto a mudanças altas ou extremas, mas isso equivale a uma área onde mora uma grande parcela da população.

O acirramento dos eventos extremos fez o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) rever as estatísticas divulgadas, três anos atrás, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O órgão, vinculado à ONU, previa que os termômetros brasileiros avançariam até 4 graus Celsius na Amazônia em 2100.

— Agora admitimos que, no Norte do país, a temperatura pode crescer 5 graus, e, no Sul, até 3 graus — explica o climatologista José Marengo, do Inpe. — Uma série de episódios nos motivou a rever os prognósticos. Por exemplo, 2010 terminou como o ano mais quente da série histórica, mesmo sem um fenômeno natural de grande porte. Afinal, o El Niño foi incomparavelmente mais fraco do que sua última aparição, em 1998. É evidente que a ação humana tem a sua responsabilidade neste recorde.

Até meados do século, a temperatura média subirá mais de 3 graus em boa parte do país, desencadeando uma série de transformações. A caatinga passará por um processo de desertificação. A Floresta Amazônica vai se retrair. O bioma passará por secas rigorosas, com extinção de diversas espécies. As queimadas facilitarão a expansão de doenças respiratórias.

O Sul, por sua vez, sofrerá com mais precipitações, tornando-se mais exposto a

enchentes e deslizamentos em centros urbanos.

CNA reforça compromisso com a produção agrícola sustentável na COP-16 – Sítio Eletrônico da CNA – 03/12/2010

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) marcará presença na Conferência das Partes (COP-16) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que acontece até 10 de dezembro, em Cancún, no México. No evento, será realizado o lançamento internacional do seu **Projeto Biomas**, estruturado para aliar produção agropecuária e preservação ambiental por meio de um programa de pesquisa e extensão rural nos seis biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa).

A entidade reforça sua participação no evento com as contribuições oferecidas pelo setor agropecuário ao documento de posição brasileiro – que contém a posição oficial da nação para o acordo do clima que será discutido durante a COP-16 -, abrangendo questões como remuneração por serviços ambientais nas áreas rurais do país.

Sob a liderança da sua presidente, senadora Kátia Abreu, a comitiva da CNA cumprirá intensa agenda dedicada ao lançamento do Projeto Biomas na segunda-feira, dia 6 de dezembro. Entre as atividades previstas, estão uma entrevista coletiva, às 11h30min (horário do México), com a participação da presidente da CNA e do coordenador técnico do Biomas, Gustavo Cúrcio. No mesmo dia, às 14h, a senadora Kátia Abreu fará uma palestra sobre o projeto no Espaço Brasil e, às 20h, receberá lideranças setoriais, representantes de entidades internacionais, jornalistas e autoridades brasileiras presentes à Conferência em coquetel comemorativo ao lançamento.

Integram a comitiva os vice-presidentes executivos da CNA Assuero Veronez, Júlia da Silva Rocha Júnior e Carlos Sperotto, os presidentes das Federações da Agricultura do Rio Grande do Norte, José Álvares Vieira e do Amazonas, Muni Lourenço Silva Júnior, além de pesquisadores da Embrapa Florestas.

Documento de posição brasileiro

A CNA participou ativamente da confecção do documento de posição brasileiro, que será utilizado nas negociações entre os países durante a COP-16. A posição brasileira sobre a negociação do clima se desdobra em seis pontos: metas concretas

de redução de emissões para países desenvolvidos; ações de mitigação nacionalmente apropriadas (Namás); redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD plus); metodologias e padrões de emissão; enfoques setorial agrícola e mecanismo de desenvolvimento limpo.

Para a CNA, o regime climático deve ser pautado pela definição de metas ambiciosas de redução de emissões para países desenvolvidos, em torno de 40%, com base no ano de 1990. Além disso, reconhece que os países em desenvolvimento assumam compromissos de mitigação para países em desenvolvimento, desde que vinculados a financiamento, transferência de tecnologia e capacitação oriunda das nações ricas.

As ações de mitigação definidas pelo Brasil representam importante passo para a consolidação do País na economia de baixo carbono. Essas ações envolvem boas práticas agrícolas e pecuárias, controle do desmatamento, incremento do uso de energias renováveis e substituição do carvão vegetal de florestas nativas pelo carvão originário de florestas plantadas.

Outro ponto defendido pela CNA diz respeito às ações de mitigação financiadas pelo setor privado, para que sejam consideradas no contexto da Conservação do Clima. Entre elas estão as ações ligadas ao uso da terra, tais como o manejo de florestas, pastagens e solo, que apresentam potencial de redução de emissões de baixo custo e no curto prazo. É neste ponto que se enquadra o Projeto Biomás. Por meio do reflorestamento com espécies nativas e exóticas em Áreas de Preservação Permanente e entorno, produzir o salvamento de carbono e uma possibilidade de diversificação na matriz produtiva das propriedades rurais nos seis biomas brasileiros.

Estratégia Territorial é apontada como modelo de gestão pela CUT –
Sítio Eletrônico da Contag – 03/12/2010

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi destaques na Oficina Nacional sobre Registro Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nesta sexta-feira (3/12), em Brasília. A diretora de Ações Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Fernanda Corezola, apresentou os principais eixos do modelo de desenvolvimento territorial. A SDT/MDA foi convidada pela central sindical para apresentar a experiência de organização dos territórios rurais e fornecer subsídios para a elaboração de um novo modelo organizacional dos sindicatos para o próximo ano. “São possibilidades que queremos agregar ao conceito que estamos implantando. Nós acreditamos que esse é um modelo que funciona”, acredita a coordenadora da Secretaria Nacional de Organização da CUT, Sandra Oliveira. Para Fernanda Corezola, a participação da SDT/MDA nesse encontro foi importante porque deu oportunidade para estender a abordagem territorial à organização sindicais dos trabalhadores. “É uma chance de conectar interesses comuns entre diferentes setores”, avalia. Territórios da Cidadania – A diretora da SDT/MDA destacou a participação social no planejamento de políticas públicas, a inclusão produtiva das populações de baixa renda dos territórios e a universalização dos programas ministeriais. “A estratégia territorial rompe com o

isolamento dos municípios e dinamiza sociocultural e economicamente os territórios, além de consolidar as relações federativas”, resume Corezola.

Fonte: Assessoria de comunicação da SDT

Negociações climáticas versus atitudes empresariais – Paula Scheidt – Carta Capital – 06/12/2010

O ar frio de Copenhague do final do ano passado parece ter acompanhado a atmosfera das negociações climáticas no decorrer de 2010. Da Europa para a América, os representantes de 194 países que participam da Convenção Quadro de Mudanças do Clima das Nações Unidas desembarcaram na última semana em Cancún para uma nova rodada de reuniões que, desde o início, tem baixas expectativas.

As reações dos ecossistemas ao excesso de gases do efeito estufa acumulados na atmosfera do planeta, contudo, tem um ritmo próprio e, por sinal, muito mais acelerado do que o da esfera política mundial. Ciclones e pesadas chuvas que assolaram o Paquistão, secas mais intensas que vem atingindo as comunidades indígenas da Colômbia e o aumento do nível dos oceanos que lentamente faz sumir as Ilhas Solomon. Não faltam testemunhas por todas as partes do mundo de que algo está errado com o clima.

E as coisas devem se agravar. Alguns dias antes do início da COP16, o secretário-geral de planejamento das Nações Unidas, Robert Orr, disse que o próximo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) será muito pior que anterior. O último relatório do IPCC, de 2007, foi o estopim necessário para que o problema ganhasse dimensão devido às fortes consequências do aquecimento global sobre o qual alertavam os mais de 2,5 mil cientistas. “Os negociadores que rumam à Cancun precisam se lembrar que quanto maior o atraso, mais caro iremos pagar em termos de vidas e dinheiro”, afirmou Orr em uma mensagem de pedido por ‘resultados concretos’ na COP 16.

Apesar do ritmo das negociações internacionais estar em descompasso com o necessário para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, o setor empresarial não precisa ficar de braços cruzados aguardando um entendimento. O governo deve sim incentivar uma economia de baixo carbono, mas as empresas podem (e muitas vezes devem) tomar o timão e guiar em busca de melhores ventos. Muitas companhias já perceberam as vastas oportunidades que se escondem por trás dos investimentos em uma cadeia produtiva mais sustentável.

Um exemplo disto é investir em fontes alternativas de geração elétrica. “A terceira revolução é a da energia renovável e virá do sol, dos ventos, do lixo”, afirmou o

economista americano Jeremy Rifkin durante uma visita ao Brasil no final de novembro. Rifkin divide hoje seu tempo entre as aulas na tradicional escola de administração dos EUA Wharton School, e o trabalho de aconselhamento a executivos de grandes corporações e chefes de Estado.

Além da grande emissão vinda dos combustíveis fósseis, dos quais a economia mundial depende hoje, estas são opções esgotáveis e com custo crescente. As fontes renováveis, por outro lado, são inesgotáveis e vem tendo quedas nos preços. Um exemplo do enorme potencial das fontes alternativas vem do sol, uma vez que, teoricamente, três semanas de energia solar recebida na Terra equivale a todas as reservas de combustíveis conhecidas. É energia que não acaba mais!

A energia solar fotovoltaica – aquela que converte a irradiação solar em eletricidade – ainda é mais cara que a convencional. Porém, passos mais consistentes para desenvolver esta tecnologia no Brasil começam a ser dados. Um exemplo vem do sul do Brasil, onde o Instituto Ideal apoia os primeiros projetos de geração fotovoltaica para comercialização da energia no mercado livre com o projeto América do Sol.

Em Florianópolis, a Eletrobras Eletrosul se prepara para ter o primeiro edifício público brasileiro com uma planta solar fotovoltaica integrada a sua edificação e conectada a rede, com o projeto Megawatt Solar. Em Belo Horizonte, a Cemig e o governo de Minas Gerais decidiram solarizar o estádio do Mineirão e pretendem fazê-lo o primeiro estádio da Copa do Mundo 2014 a inaugurar tal sistema de geração elétrica. Em Salvador, a Coelba e o governo da Bahia farão uma instalação inédita de módulos fotovoltaicos de filmes finos no estádio de Pituacu.

Todos são iniciativas que fazem parte do América do Sol e são desenvolvidos também com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e do Ministério de Meio Ambiente da Alemanha, através do Banco de Fomento Alemão KfW e da Agência de Cooperação Técnica Alemã GTZ.

Ao criar um mercado para uma nova energia no país, estes projetos pretendem mostrar que está é uma opção energética viável para o Brasil e importante para garantir a segurança energética e a diversificação da nossa matriz, mantendo-a livre de emissões de carbono. Assim, empresas brasileiras que hoje já agem para reduzir seu impacto ambiental terão mais uma opção de compra de energia limpa e altamente inovadora para a nossa realidade.

O percentual de energia fotovoltaica que será consumido por estas empresas ainda será pequeno. O importante, contudo, é o recado que tais companhias passarão para seus consumidores e para o poder público ao investirem na compra da eletricidade

solar: “Acreditamos que é possível construir hoje um futuro de baixas emissões de carbono. Por isso, estamos dando um pequeno passo para cumprir com nossa responsabilidade no combate as mudanças climáticas, esperando que em breve o uso da geração descentralizada de energia solar fotovoltaica que hoje estamos apoiando ganhe escala em nosso país”.

*Paula Scheidt é jornalista. Atualmente é assessora técnica da GTZ, atuando no Projeto América do Sol –<http://www.americadosol.org/> em apoio ao Instituto Ideal

Projeto Biomassa COP 16 – Sítio Eletrônico da CNA - 06/12/2010

Cancun, 6 de dezembro de 2010 - A lançar o Projeto Biomassa Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP16), a Presidenta da CNA, senadora Kátia Abreu, reafirmou a importância da parceria entre CNA e Embrapa. Em palestra realizada na tarde desta segunda-feira, 6 de dezembro, a Presidenta da CNA falou sobre o potencial da agropecuária brasileira, fez um resgate histórico do setor e creditou o sucesso à pesquisa da Embrapa. "O Brasil saiu de uma produção de 20 milhões de toneladas de grãos para 50 milhões de toneladas. Isso se deve à pesquisa da Embrapa, que descobriu o potencial agrícola do cerrado e nos mostrou mais sobre os biomas brasileiros", afirmou.

Segundo a Presidenta da CNA, a agropecuária é um setor importante pois sustenta a economia nacional. "Esse é o único setor que mantém a balança comercial brasileira superavitária. O produtor rural busca conhecimentos sobre o meio ambiente e decidimos nos apoiar na pesquisa para nos sentirmos seguros. Queremos ter a certeza de que tudo será feito com o apoio da ciência. Queremos demonstrar ao mundo que, com a mesma eficiência que produzimos alimentos, estamos preservando o meio ambiente". O presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA, Assuero Veronez, complementou a palestra da senadora esclarecendo que é preciso atualizar o código florestal para o sucesso do Projeto Biomassa. "Em nenhum momento o projeto permite o desmatamento. Não há contradição entre a defesa da atualização do Código Florestal e o Projeto Biomassa. Para a CNA, a atualização do código é fundamental para o país continuar a produzir alimentos", concluiu.

Para exemplificar, Carlos Sperotto, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, falou sobre o Bioma Pampa. "Nós, do sul, produzimos 72% do arroz produzido no país. Aumentamos a produtividade para 7 mil quilos por hectare. Se o código florestal não for atualizado, toda a produção de arroz estará ilegal", alerta.

Kátia Abreu acrescenta que toda a produção de arroz está criminalizada hoje por um decreto que coloca todos os agricultores do Brasil no mesmo patamar. Ao final

da apresentação, a presidente da CNA lembra que tudo o que foi apresentado está baseado em pesquisa. "Queremos atender cientificamente as questões de produção e preservação".

Setor Rural investe US\$ 23,490 milhões em preservação ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 06/12/2010

Cancun, 6 de dezembro de 2010 - Empresários do setor de agropecuária do Brasil anunciam, na 16ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP16), em Cancún, no México, o investimento de R\$ 40 milhões (US\$ 23,490 milhões) em um programa pioneiro para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileiros.

Formulado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - entidade que representa mais de um milhão de produtores rurais do Brasil - em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Projeto Biomas visa a proteção e o uso sustentável de áreas rurais nos seis biomas do país, como a Amazônia e o Pantanal.

A iniciativa apresentará soluções técnico-científicas para a produção agrícola e pecuária sustentável, e implementará pesquisas que se concentrarão na preservação e no plantio de árvores. "O Projeto Biomas pretende contribuir para que o Brasil, um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, vença o desafio de aumentar sua produção de alimentos com baixo preço e alta qualidade, preservando seu enorme patrimônio ambiental", diz a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA.

Reflorestamento

Apesar de o Brasil ser o segundo país do mundo em área florestal, com mais de 477 milhões de hectares, apenas 1% deste total vem de projetos de reflorestamento, de acordo com dados da Agência da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da empresa de consultoria brasileira FTCP e da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf).

Um dos objetivos do Projeto Biomas é justamente aumentar as áreas de reflorestamento no país ao mesmo tempo em que cria condições de gerar mais renda para produtores rurais e retorno dos investimentos na atividade agropecuária.

A CNA chegou à conclusão que o plantio de florestas pode servir tanto como uma alternativa para a diversificação da produção agropecuária como também para a recomposição de áreas ambientalmente frágeis das propriedades rurais.

Além disso, o reflorestamento possibilita que agricultores utilizem as árvores para viabilizar economicamente áreas de solos marginais, mais suscetíveis à erosão ou com baixa qualidade, e inadequadas ao plantio de lavouras e pastagens.

Por fim, comprova-se cada vez mais que o plantio de florestas é um excelente agregador de valor à propriedade rural, funcionando como uma “poupança verde” à qual o produtor pode recorrer na medida de sua necessidade.

Biomassas brasileiras

O Projeto Biomassas tem conclusão prevista para 2020 e já está em fase de desenvolvimento, com a escolha e a demarcação de áreas piloto em cada um dos seis biomas brasileiros:

Amazônia – É a região com a maior biodiversidade do mundo, com uma área aproximada de 420 milhões de hectares no Brasil, segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006.

Mata Atlântica – Com área total de pouco mais de 11 milhões de hectares, engloba 17 Estados brasileiros ao longo da costa e abriga mananciais hídricos que abastecem cerca de 70% da população do país.

Cerrado – Ocupa a região central do Brasil e caracteriza-se como uma formação do tipo savana tropical. Seus 205,9 milhões de hectares representam 24% do território nacional.

Caatinga – Situado no nordeste do Brasil, é definido como um bioma exclusivamente brasileiro. Com uma fisionomia desértica e índices pluviométricos inferiores a 700 mm por ano, em média, possui quase 63% de sua vegetação original.

Pampa – Localizado no extremo sul do país, ocupa pouco mais de 2% do território brasileiro, mas abriga cerca de 3 mil espécies de animais e plantas. Sua paisagem se caracteriza por extensas regiões planas.

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil é hoje o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia. O País também deve ser o campeão mundial de crescimento do setor até 2019, de acordo com a FAO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Organização das Nações Unidas prevê que a população mundial passará dos 9 bilhões em 2050, o que poderá demandar um aumento de 70% na produção de alimentos.

Sobre a CNA

A CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - representa mais de um milhão de produtores rurais brasileiros. Compõe o sistema sindical rural juntamente com 27 federações estaduais e 2142 sindicatos com atuação nos municípios. Com sede em Brasília, capital do Brasil, é o fórum nacional de discussões sobre a atividade agropecuária brasileira, atuando permanentemente na defesa dos direitos e interesses sócio-econômicos de quem vive e trabalha no campo.

Sobre a senadora Kátia Abreu

Kátia Abreu, presidenta da CNA desde 2008, é pecuarista e senadora pelo Estado de Tocantins. Foi também presidenta da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins durante quatro mandatos consecutivos, de 1995 a 2005.

Sobre a Embrapa

A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária -, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, tem como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. Recentemente, foi apontada pela revista The Economist como a principal responsável pelo aumento de terras cultiváveis e da produção na área do Cerrado brasileiro.

Presidente da CNA lança Projeto Biomas na COP 16 – Site Eletrônico da CNA – 06/12/2010

Cancun, 6 de dezembro de 2010 - Termina às 16h15 desta segunda-feira, 6 de dezembro, a entrevista coletiva da Presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, que lança o Projeto Biomas na Conferência das Partes sobre o Clima (COP-16), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Conferência das Partes sobre o Clima (COP 16) acontece até o dia 9 de dezembro de 2010, em Cancun, no México. Todas as ações da CNA na conferência podem ser acessadas no site www.canaldoprodutor.com.br/cop16.

Segundo a **Programação**, ainda hoje, a Presidente da CNA realiza uma palestra sobre o Projeto Biomas.

Cientista considera projeto Biomas, parceria da CNA com a Embrapa, revolucionário

“Podemos dizer que o projeto é revolucionário, porque pela primeira vez no Brasil se cria um experimento científico que vai permitir uma boa convivência entre produção e preservação do meio-ambiente”. É assim que o engenheiro florestal Luciano de Oliveira Toledo se refere ao Projeto Biomas, concebido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Lançado em fevereiro, com a meta de atender aos seis biomas brasileiros – Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga e Pampa –, o projeto já está em fase mais adiantada no bioma da Mata Atlântica, escolhido como o primeiro por ser o mais degradado dos seis. A comunidade científica calcula que da mata original restem algo entre 7% e 15%. É também o mais populoso: mais de 62% da população do país se concentra nesse bioma (Fonte: SOS Mata Atlântica).

Coordenador das ações do Projeto Biomas na Mata Atlântica, Luciano trabalha com outros 39 pesquisadores, entre biólogos, engenheiros florestais, agrônomos, geógrafos e demais profissionais. Ele explica que já foi identificada a área de instalação do projeto nesse bioma, onde foram realizados levantamentos de solos, vegetação e clima.

“Já concluímos o estudo dos solos, que está em fase de análises laboratoriais e elaboração do relatório final. Também já foram coletadas todas as informações sobre a vegetação natural, agora sendo processadas em laboratório. Em seguida serão conduzidos os estudos de fauna e aspectos socioeconômicos, porque o projeto não considera só a natureza em si. “Ele insere o ser humano no seu contexto” – esclarece o coordenador, cuja base de atuação é no Espírito Santo.

Luciano diz que as ações do Projeto Biomas focalizam o plantio de várias espécies de árvores em distintos arranjos entre si e com as espécies agrícolas culturalmente plantadas pela população local, com critério técnico-científico rigoroso. “Na Mata Atlântica, por exemplo, vamos plantar espécies florestais de alto valor comercial, como o jacarandá, cedro, pau-brasil, jequitibá e outras, muito pouco encontradas no ambiente natural”, afirma ele.

“Ações como estas são novidade para o produtor rural brasileiro, desacostumado ao uso do componente arbóreo no planejamento do uso das propriedades agrícolas.” O coordenador enumera os benefícios do plantio de árvores: “Quando utilizada seguindo critérios técnicos, a árvore estabelece proteção do solo contra impacto direto da chuva, diminui processos erosivos, aumenta o teor de matéria orgânica do solo, eleva a disponibilidade de nutrientes para as plantas e favorece a infiltração de água, recarregando o lençol freático e perenizando as nascentes e corpos d’água. Sem falar que protege a biodiversidade, serve de abrigo para animais e para outras plantas que aderem aos troncos (epífitas), além de terem valor comercial.”

Luciano Toledo é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Campus Santa Teresa, e se mostra um dos grandes entusiastas do Projeto Biomas, que estará totalmente implantado em nove anos.

“Por volta de 2019, a estrutura da floresta plantada agora já estará produzindo os efeitos desejados. Já conseguiremos ter repostas conclusivas para o que estamos buscando”, afirma ele, concluindo: “Esta é a tecnologia mais viável do ponto de vista científico para solucionar sérios problemas de degradação ambiental no meio rural brasileiro, com a vantagem de ser totalmente replicável em qualquer outro país, independentemente de terem biomas semelhantes. Trata-se de um projeto único no mundo.”

COP 16 debate redução de emissões por desmatamento e degradação florestal – Sítio Eletrônico da CONTAG – 06/12/2010

Este tema já foi discutido e aprovado na COP 15 de Copenhague em 2009, e é de extremamente importante para o Brasil como uma das estratégias que permitiram diminuir as emissões, especialmente a partir da redução das queimadas que é um dos principais fatores de emissões de CO₂, ao mesmo tempo em que se abrem possibilidades de alavancar recursos externos alocados pelos países ricos para investimentos em conservação e preservação das florestas nativas existentes.

Em palestra realizada no estande do Brasil em Cancun, um representante brasileiro do setor de carne acredita que o mecanismo de (redução de emissões por desmatamento e degradação) REDD é um bom instrumento que pode auxiliar a regularizar a situação ambiental de muitos produtores brasileiros. Corre-se o risco de concentrar os recursos nos grandes produtores, em face deste já estarem agindo para disciplinar o setor como o que vem ocorrendo no Mato Grosso, se recusando inclusive a comprar o produto de produtores que não conseguem provar a regularidade ambiental de suas propriedades. A secretária de Meio Ambiente da Contag, Rosicleia dos Santos, alerta que é necessário ficar atento e que o REDD é uma promessa a se concretizar.

“Os trabalhos apresentados na COP 16 ainda são incipientes e especialmente teóricos em face à pouca experiência prática existentes e por aí não existir a definição dos mecanismos de acesso e de enquadramento do público a ser beneficiado com as iniciativas previstas no REDD”, explica Rosy.

Protocolo de Quioto
Circular em notícias do descontentamento do Japão ao enfatizar que o protocolo perdeu o sentido de continuidade sem a adesão dos Estados Unidos e da China – os dois principais emissores de CO₂ do planeta – e que não há sentido em continuar fazendo empenhossem a contrapartida e compromissos destes – dado que os países que fazem parte do protocolo representam apenas 27% das emissões globais.

Este impasse jogou mais água fria nas pretensões de sair de Cancun com algum tipo de acordo mínimo que possa reorientar as próximas discussões na busca de agenda ambiental compartilhada e mais consistente, a fim de frear o impacto das emissões dos gases de efeito estufa diante dos esforços dos países em fazer a economia sair do marasmo por meio do aumento da atividade produtiva. Esta opção se secundariza a ampliação dos debates sobre a questão ambiental.

Fonte: Elizário Toledo, assessor da Contag, de Cancun

Negociações do clima enfrentam atraso – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência - 06/12/2010

O atraso nas negociações diplomáticas na primeira semana criou uma barreira para o sucesso da COP-16, a conferência do clima de Cancun, no México. Os ministros do Ambiente que se encarregarão de fechar o "pacote" de decisões da COP já chegaram à cidade, mas não puderam examinar um texto com uma proposta de resultado produzido pelo LCA, o grupo de se encarrega das ações de longo prazo contra a mudança climática. A proposta recebeu tantas críticas na plenária do sábado que os ministros resolveram ter

apenas conversas informais durante o domingo. A negociação de verdade deve começar somente amanhã. O problema é que o resultado final precisa ser decidido na sexta-feira. "As negociações não começaram ainda, e isso está me preocupando", disse o negociador brasileiro Luiz Alberto Figueiredo. O principal nó do processo é a chamada "forma legal" do futuro acordo do clima. Até agora, nenhuma menção a um tratado legalmente vinculante -ou seja, que possa valer como lei doméstica nos países- foi feita. Pior ainda, as nações ricas têm deixado na geladeira a continuidade do Protocolo de Kyoto. Para os países em desenvolvimento, é crucial que Kyoto ganhe um segundo período de compromisso, no qual as metas dos países ricos sejam ampliadas. As nações que estão em Kyoto, por outro lado, querem pular fora do protocolo. O Japão já afirmou que em hipótese alguma se associaria com uma segunda fase. "Alguns países desenvolvidos mantêm posições tradicionais contra o Protocolo de Kyoto e nós temos dito que não vemos resultado equilibrado em Cancún se isso não se resolver", disse à **Folha** a negociadora venezuelana Claudia Salerno. Salerno protagonizou o racha final na cúpula de Copenhague, ao transmitir a posição dos países da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) de que não aceitariam o Acordo de Copenhague, o documento final produzido pela conferência. "O problema é que não ouvimos até agora dos países desenvolvidos o que eles estão dispostos a cumprir. Não recebemos nenhum sinal de flexibilidade sobre Kyoto."

FUTURO

O texto do LCA, embora não vá ser usado em negociações formais, servirá para informar os ministros sobre o progresso nas negociações. ONGs consideraram que o texto traz alguns avanços. Na chamada "visão compartilhada", ou seja, o conjunto de linhas gerais para o combate ao aquecimento global no futuro, ele concorda em manter o aquecimento "abaixo de 2°C" no fim do século.

Não há, porém, menção ao chamado "buraco das gigatoneladas", ou seja, ao fato de que as metas de corte de emissões propostas até agora pelos países são insuficientes para cumprir os 2°C.

Outro tema sobre o qual se vislumbra acordo em Cancún é o chamado MRV, ou como verificar as ações de redução de emissões dos países em desenvolvimento. Uma proposta indiana prevê que todas as nações fora do Protocolo de Kyoto -inclusive os EUA- tenham um tipo de análise internacional da eficácia de suas ações domésticas. Porém, a frequência dessas análises deverá variar. Apenas os países que respondam por mais de 1% das emissões globais serão objeto de escrutínio frequente. Isso diferencia grandes emissores emergentes (como Brasil, China, Índia e México) dos países mais pobres, e atenua o temor destes de as análises se transformem em barreira comercial.

"A reação tem sido positiva, dos EUA inclusive. Da China, comme ci, comme ça", disse o ministro do Meio Ambiente indiano, Jairam Ramesh, que chegou neste sábado a Cancún (e estranhou a ausência de Lula e Dilma Rousseff no encontro).

Na COP-16, presidente mexicano defende tecnologia verde para 'base da pirâmide' – Liana Melo – O Globo – Economia – 06/12/2010

CANCÚN. Enquanto os países ricos e os em desenvolvimento travam uma verdadeira batalha para chegar a um acordo climático em Cancún, onde está sendo realizada a Conferência da ONU sobre o clima (COP-16), o presidente do México, Felipe Calderón, defendeu ontem que é “falso o dilema entre desenvolvimento econômico e combate ao aquecimento global”. Falando a uma plateia de empresários, na inauguração de um evento paralelo a COP-16, chamado Green Solutions, Calderón defendeu que as tecnologias ecologicamente amigáveis podem ajudar a reduzir as desigualdades e atingir a base da “pirâmide social”. O Green Solutions é um fórum para empresas trocarem experiências sobre como atenuar o impacto de suas atividades nas mudanças climáticas. O presidente mexicano também pediu a aprovação do Mecanismo de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), sistema que define preços para manter a floresta em pé e que interessa ao Brasil como alternativa para financiar a redução de emissões. Segundo Calderón, o Redd tem tudo para ser aprovado na COP-16.

Nem a ausência de Al Gore, ex-vice-presidente americano do governo Bill Clinton, comprometeu o evento. Era unânime entre palestrantes do Green Solutions que está cada vez mais difícil os Estados Unidos assinarem um compromisso na COP-16.

A expectativa do governo mexicano é que o encontro paralelo a COP-16 seja um espaço para fechar negócios e que o México venha a receber, nos próximos cinco anos, investimentos verdes que somem US\$500 milhões.

O presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), o indiano Rajendra Pachauri, puxou a orelha dos empresários ao admitir seu espanto com o elevado gasto mundial com publicidade, em torno de US\$600 milhões este ano, podendo chegar a US\$2 bilhões em 2020:

— Se pagam tanto para venderem seus produtos, porque não separam uma pequena porcentagem para investir em tecnologia limpas?

Brasil poderá dobrar a produção agrícola sem desmatar – Sítio Eletrônico da CNA – 07/12/2010

“Uma das maiores potências do mundo está dando um passo gigantesco, unindo o setor produtivo, governamental e científico, para que se possa duplicar a produção de alimentos sem desmatar”, disse a senadora Katia Abreu, presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante o lançamento do projeto Biomass no Espaço Brasil, durante a Conferência das Partes sobre o Clima (COP-16), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Cancun, no México. Também esteve presente o pesquisador Gustavo Curcio, coordenador técnico do projeto, da Embrapa Florestas.

Curcio afirmou que a árvore pode se traduzir num elemento crucial para vitalizar o uso da propriedade rural, trazendo benefícios socioeconômicos e socioambientais, além de gerar subsídios científicos para embasar o aprimoramento da legislação ambiental brasileira. A senadora Kátia Abreu afirmou que o projeto, por meio do qual serão estudados seis biomas brasileiros, funcionará como seis vitrines tecnológicas para os proprietários rurais, que poderão escolher o melhor para a sua propriedade, a partir de exemplos reais já colocados em prática. “Agora os produtores poderão produzir com segurança, tendo a certeza e o

embasamento científico de que não farão mal ao meio ambiente”, constata a senadora Kátia. Segundo ela, o projeto Biomasa dará as respostas e as diretrizes para que o Brasil possa dobrar a produção de alimentos sem derrubar uma árvore sequer. “Pelo contrário, introduzirá o componente arbóreo para a recuperação de áreas sensíveis e vitalização da produção rural.”

Durante o debate foi perguntado se a mudança do Código Florestal causaria mais desmatamento. A senadora reiterou a posição da CNA, dizendo que em seu entendimento o projeto que tramita no Congresso em nenhum momento permite o avanço do desmatamento. Ele apenas libera as pequenas propriedades de manter a reserva legal, mas não permite que se destrua o remanescente de qualquer mata nativa. Carlos Rivaci Sperotto, vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Farsul), disse que se o Código Florestal não for alterado a maioria dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul, que possuem suas plantações nas várzeas de rios, estará produzindo ilegalmente.

CNA na COP16 – Sítio Eletrônico da CNA – 07/12/2010

A comitativa CNA continua marcando presença na Conferência das Partes (COP-16) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que acontece até 10 de dezembro, em Cancún, no México. Nesta terça-feira, 7 de dezembro, a comitativa participa do "Seminário Rumo a Economia de Baixo Carbono" que vai debater o tema "Combatendo as Mudanças Climáticas no Brasil".

Para a CNA, o regime climático deve ser pautado pela definição de metas ambiciosas de redução de emissões para os países em desenvolvimento, em torno de 40%, com base no ano de 1990. Além disso, reconhece que os países em desenvolvimento assumam compromissos de mitigação para os países em desenvolvimento, desde que vinculados a financiamento, transferência de tecnologia e capacitação oriunda das nações ricas.

Integram a comitativa: a Presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, os vice-presidentes executivos da CNA Assuero Veronez, Júlia da Silva Rocha Júnior e Carlos Sperotto, os presidentes das Federações da Agricultura do Rio Grande do Norte, José Álvares Vieira e do Amazonas, Muni Lourenço Silva Júnior, além de pesquisadores da Embrapa Florestas.

Lançamento do Projeto Biomasa

Nesta segunda-feira, 6 de dezembro, a Presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, apresentou, aos dirigentes internacionais, o Projeto Biomasa, uma parceria com a Embrapa.

Atualmente, já vemos no mundo todos os efeitos nocivos das mudanças climáticas, desde o aumento da temperatura e o derretimento das geleiras até a elevação do nível do mar e o prolongamento das secas. Se a comunidade internacional não intensificar seus esforços para enfrentar o problema, os danos ao nosso planeta só ficarão piores. A próxima conferência das Nações Unidas sobre o clima, no México, oferece uma oportunidade para avanços importantes – precisamos aproveitar esse momento juntos.

Os Estados Unidos comprometeram-se a trabalhar como o Brasil e com outros parceiros internacionais para enfrentar esse grande desafio global.

Em Cancún precisamos trabalhar para aproveitar o progresso obtido no ano passado em Copenhague e avançar em todos os elementos fundamentais das negociações – mitigação de emissões, transparência de ações, financiamento, adaptação, tecnologia e proteção de nossas florestas. Ao fazermos pressão para avançar nessas questões e buscarmos um resultado equilibrado, precisamos também evitar solapar o que conseguimos em Copenhague, onde os líderes do mundo inteiro deram um passo significativo e inédito no compromisso coletivo de enfrentar o desafio das mudanças climáticas. Tentativas de recuar dos compromissos do Acordo de Copenhague ou de renegociar seus fundamentos apenas aumentariam o perigo para nosso planeta, nosso povo e nosso futuro.

Como parte do Acordo de Copenhague – apoiado por aproximadamente 140 países, incluindo o Brasil –, pela primeira vez todas as principais economias se comprometeram a empreender ações para limitar suas emissões e fazer isso de modo internacionalmente transparente. O acordo também incluiu disposições sobre marcos de ajuda financeira para subsidiar o desenvolvimento de tecnologia limpa, a adaptação e a proteção das florestas nos países mais necessitados. Essas disposições consistem numa promessa dos países desenvolvidos de financiamento de “início imediato” no valor de quase US\$ 30 bilhões no período 2010-2012 e num compromisso com a meta de mobilizar anualmente, até 2020, US\$ 100 bilhões de recursos públicos e privados nos contextos de mitigação significativa e transparência.

Os Estados Unidos estão cumprindo o compromisso de início imediato para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir emissões e a adaptar-se aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Sómente neste ano, os Estados Unidos aumentaram significativamente seu financiamento para o clima para um total de US\$ 1,7 bilhão, sendo US\$ 1,3 bilhão em ajuda aprovada pelo Congresso e US\$ 400 milhões de financiamento para desenvolvimento e crédito à exportação. Evidência desse progresso pode ser vista no Brasil, onde os Estados Unidos estão investindo US\$ 4 milhões e alavancando os conhecimentos técnicos do País para reduzir as emissões de desmatamento e a degradação das florestas, com a finalidade de criar estratégias sustentáveis para o manejo de florestas e para promover a preparação para o mercado de carbono florestal.

Essas atividades são desenvolvidas em consonância com as políticas de conservação lançadas pelo governo do Brasil para proteger a biodiversidade e reduzir ainda mais as emissões em todo o País; e, consideradas em conjunto com nossa cooperação em pesquisa sobre mudanças climáticas e capacitação, formam o núcleo da parceria Estados Unidos-Brasil sobre mudanças climáticas.

Os Estados Unidos também estão trabalhando muito para reduzir suas próprias emissões e fazer a transição para uma economia de energia limpa. A Lei de Recuperação, do presidente Barack Obama, destinou mais de US\$ 80 bilhões em investimentos, empréstimos e incentivos a uma gama de iniciativas vitais para essa meta.

Pusemos em prática uma ambiçãoeconomia de combustíveis dos Estados Unidos e padrões de emissão de canos de escapamento de todos os tempos. Estamos adotando medidas importantes para reduzir as emissões de nossas maiores fontes poluidoras. E o presidente Obama continua empenhado em obter a aprovação de legislação sobre energia e clima.

Ao viajar pelo Brasil, vejo grande preocupação com os impactos atuais e as ameaças potenciais das mudanças climáticas – preocupações que os americanos compartilham. Mas fico estimulado pelas ações que estão sendo empreendidas aqui em todo o mundo no sentido de trabalhar rumo a um futuro com energia limpa que promova crescimento econômico sustentável para todos. Assim como a humanidade pode escapar dos efeitos das mudanças climáticas, a humanidade pode resolver esse problema sozinha.

Há duas semanas visitei em Goiás o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que havia sido recentemente devastado por queimadas após um ano de secas inusitadamente severas. O Serviço Florestal dos Estados Unidos e o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade trabalharão juntos para compartilhar as melhores práticas de proteção de áreas naturais em benefício das futuras gerações. Neste ano, nossos dois países chegaram a um acordo para converter antigas dívidas em financiamento para organizações ambientais brasileiras, demonstrando que a parceria Estados Unidos-Brasil sobre mudanças climáticas é sólida, receptiva às necessidades locais e baseada em responsabilidades compartilhadas.

Os riscos apresentados pelas mudanças climáticas e a dificuldade de contê-las representam desafios para qualquer país, e precisamos superar esses obstáculos. Nossos esforços globais para construir uma economia sustentável e de energia limpa tirará as pessoas da pobreza, fornecerá serviços de energia elétrica no mundo todo e preservará nossos tesouros ambientais mais preciosos. O Acordo de Copenhague é e a próxima reunião de Cancún sobre mudanças climáticas também deverá ser – um passo importante em nosso compromisso coletivo de acelerar essa transição, deixando um planeta mais limpo e mais saudável para todos.

Cúpula do clima tem injeção de ânimo – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2010

Após dias de pessimismo, a última e decisiva semana da COP-16 começou com uma injeção de ânimo para as mais 190 nações que participam da conferência. Depois de uma semana de poucos avanços, a chegada dos ministros do Ambiente a Cancún permitiu que as discussões fossem adiante. No fim de semana, novos textos para servir de base para as discussões entre os países foram redigidos. Eles tiveram boa aceitação.

"Esses textos cobrem todos os elementos para termos um pacote balanceado, e isso é bom", disse Connie Hedegaard, comissária do clima da União Europeia. "Nós temos as bases para trabalhar esta semana. Não podemos deixar Cancún de mãos vazias", completou.

Segundo os diplomatas, os países ricos estão indicando maior tolerância com a ideia de ajudar financeiramente países ameaçados pelas consequências da mudança climática. Além disso, o Reino Unido indicou que pode reduzir suas metas de emissão de CO₂.

O revés ficou por conta da divulgação de mensagens diplomáticas pelo site Wikileaks relacionadas às negociações do clima. Elas diziam que EUA e União Europeia deveriam procurar maneiras de "neutralizar ou marginalizar" países vistos como "pouco dispostos a ajudar" nas negociações, como Venezuela e Bolívia. Além disso, a ideia dos EUA era pressionar países muito vulneráveis à mudança climática, especialmente os países-ilhas, a apoiar as suas posições. Essas nações, diziam as mensagens, por precisarem de assistência financeira, "podem ser os nossos melhores aliados".

O chefe da delegação boliviana, Pablo Solon, disse que as mensagens "confirmam o que sempre falávamos: a interferência, a pressão e a chantagem lamentavelmente conduzidas pelos EUA".

PERGUNTAS E RESPOSTAS – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2010

1 Há esperança de acordo?

Mais do que na semana passada, quando os ministros do Ambiente ainda não tinham chegado. Eles conseguiram estabelecer um texto básico que está pautando as discussões.

2 Quais são as maiores divergências?

Países em desenvolvimento querem metas de emissão mais rigorosas para os países ricos, nem que seja prolongando o Protocolo de Kyoto, além de dinheiro para nações pobres prejudicadas pela mudança climática.

3 Até quando vai a cúpula?

Até sexta-feira. O receio é que a semana acabe sem um acordo com força de lei.

Em Cancún, ruralista pede mais árvores - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2010

A presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Kátia Abreu, apresentou ontem, em Cancún, um projeto de R\$ 20 milhões que visa plantar árvores nativas em propriedades rurais em todos os biomas brasileiros. Senadora pelo DEM de Tocantins, ela diz que queria um projeto "de verdade", e não uma "fantasia de ambientalista". Kátia, porém, voltou a defender as alterações no Código Florestal, que anistiam desmatadores.

A reforma proposta pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), diz, é a única coisa capaz de dar segurança jurídica aos produtores. Ela já foi aprovada por comissão especial da Câmara, e os ruralistas querem votá-la em definitivo o quanto antes.

Brasil é o que mais combate CO2 – O Globo – Capa – 07/12/2010

O Brasil foi o país que mais pontos recebeu no ranking que mede o esforço para reduzir as emissões. Em parte pela diminuição do desmatamento, mas também pelo fracasso das políticas climáticas de Europa e EUA

O Brasil foi o país mais bem avaliado no índice de performance sobre o combate às mudanças climáticas, divulgado ontem em Cancún pelas redes Climate Action Network e Germanwatch. O bom desempenho, porém, não foi considerado suficiente — as três primeiras posições ficaram vagas, já que nenhuma nação avaliada tem feito o suficiente para reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. O país deve o bom resultado, em parte, ao vácuo deixado por outros grandes emissores, sem políticas efetivas para cortar CO₂.

China e EUA, os dois maiores poluidores do mundo, amargaram, respectivamente, a 52^a e 53^a posições. As emissões da China foram as que mais cresceram. Os EUA de Obama não aprovam a lei de mudanças climáticas. E a Europa, antes na vanguarda da luta contra alterações no clima, recuou de suas propostas mais ousadas e congelou as discussões climáticas.

O levantamento, realizado por 190 especialistas, avalia o setor de energia de 60 nações. Juntas, elas respondem por 90% das emissões de CO₂. Embora a questão do desmatamento não tenha sido analisada em detalhe, o líder do estudo, Jan Burck, disse que o fato de o governo brasileiro implementar medidas para combater o problema pesou no resultado.

O levantamento, porém, ressalta que não é possível saber o quanto essa redução foi motivada pela crise financeira mundial.

— O Brasil ocupou a melhor posição no ranking, o que não significa que está fazendo o suficiente. Significa que está fazendo melhor do que outros países — pondera. — A redução do desmatamento pode servir de exemplo, mas somente se essa tendência for mantida.

Metas maiores que as recomendadas Professora de engenharia de transportes da Coppe/UFRJ e membro da diretoria do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Suzana Kahn diz que o Brasil precisa assumir outros compromissos:

— O que me preocupa são as modificações mais estruturais, que nos levariam para um novo modelo de desenvolvimento.

Precisamos colocar o Brasil na economia verde, de baixo carbono. Isso não está acontecendo. Por mais estranho que possa parecer, quem mais aposta nesta área é China e EUA, exatamente os maiores poluidores e os que não estão nem aí para a Convenção do Clima e seus acordos — afirma ela, ex-secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

Para o diretor da Coppe/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa, que acompanha a COP-16 em Cancún, o ranking mostra como o Brasil foi catapultado ao centro das discussões ambientais.

— A Conferência de Copenhague não deu certo, mas o desempenho brasileiro nas negociações nos alçou a outro patamar — opina. — Agora, a lista mostra como nossos esforços para reduzir o desmatamento são reconhecidos. Mas o vácuo nas três primeiras posições é lamentável.

O levantamento lembra que, este ano, o Brasil anunciou uma redução de 36,1% a 38,9% nas emissões de gases-estufa até 2020. Essa meta é considerada ambiciosa, por ser superior àquela recomendada pelo IPCC para os países em desenvolvimento (de 15% a 30%). Na semana passada, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) informou que entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram desmatados 6.451 km², a menor taxa registrada desde o início das medições, em 1988.

Europeus miram no carbono do Brasil - Liana Melo - Economia – 07/12/2010

CANCÚN, México. A Comissária da União Europeia para Mudanças Climáticas, Connie Hedegaard, anunciou ontem, em Cancún, onde está ocorrendo a Conferência do Clima, que os países da zona do euro vão esperar o fim da COP-16 para negociar créditos de carbono com os países que têm florestas tropicais, como é o caso do Brasil. A declaração foi feita durante o evento Green Solutions, que reúne executivos de empresas para discutir tecnologias verdes para uma economia de baixo carbono. O evento ocorre paralelamente à conferência, realizada no Hotel Moon Palace, a 30 quilômetros dali.

A redução das taxas de desmatamento no Brasil, disse ela, está “encorajando” os países da Europa a negociar com o Brasil:

— Estamos dispostos a colaborar. Esta sinalização dada pelo governo brasileiro facilita o diálogo — disse ela.

O último dado divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicou que o desmatamento na Amazônia Legal, que abrange nove estados, caiu 13,6% no período 2009/2010. O Inpe divulgou os últimos resultados com base nos dados de 93 imagens captadas por satélites. Foi o menor resultado verificado desde 1988.

Definir um preço para manter a floresta em pé é um dos temas em discussão na COP-16 e que, segundo especialistas, tem tudo para ser aprovado, enquanto outros temas estão sendo colocados em banho-maria. O Redd, sigla que significa redução de emissões pelo desmatamento e degradação, é um dos assuntos de interesse do Brasil e pode vir a ser aprovado.

(*) A repórter viajou a convite da Ericsson

BRASIL É O PAÍS COM MELHOR DESEMPENHO NO COMBATE AO CO₂, página 34

Agronegócio está angustiado com a COP 16– Sítio eletrônico do MST – 07/12/2010

A cobrança da fatura dos financiamentos de campanha está chegando mais cedo. A dificuldade de votar o Código Florestal, na Câmara dos Deputados, está aborrecendo os setores do agronegócio.

Os grandes produtores, madeireiros, usineiros, empresas agroquímicas e alimentares, os grandes frigoríficos e setores do capital financeiro que apoiaram diversos parlamentares nas eleições de 2010 avaliam que as alterações na composição da Câmara para o próximo mandato poderão mudar o cenário favorável ao agronegócio.

A Comissão Especial do Código Florestal, que aprovou o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), não conseguiu colocá-lo na pauta de votação da Câmara dos Deputados. A Comissão era formada de dezoito parlamentares titulares sendo doze membros da Bancada Ruralista (66,7%). Fica evidente que a Comissão era, de fato, do Agronegócio.

A angústia destes setores em ainda não ver aprovado o relatório no plenário da Câmara é proporcional aos recursos que estão reservados para investir, em especial, na região amazônica. Os donos do mercado têm dificuldade de compreender que mesmo tendo

maioria, as condições políticas não são favoráveis a aprovação de projetos polêmicos, como o Código Florestal.

Entre vários artigos dois preocupam, em especial, as diversas organizações sociais, sindicais e setores do governo. O artigo 40 (I, “a”), do Código, reduz de 30 para 15 metros da área de preservação mínima para rios com largura de até 5 metros, e com a desconsideração de quatro módulos fiscais da base de cálculo para definição da área de reserva legal nas médias e grandes propriedades, fará o país perder mais de 1,8 milhões de hectares de áreas de preservação permanente. De acordo com o relatório do Observatório do Clima[1] “os seis biomas brasileiros deixarão de estocar 156,4 milhões de toneladas de carbono, equivalentes ao potencial de emissão de gás de efeito estufa de 573,4 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂ equivalente).

O artigo 130 dispensa de Área de Reserva Legal (ARL) para imóveis com até quatro módulos fiscais. O Observatório do Clima fez uma estimativa dos impactos e criou três cenários: o primeiro, o pior cenário, considera que toda a ARL já foi desmatada (69,24 milhões de hectares), que significa uma retirada de carbono na biomassa vegetal de 6,84 bilhões de toneladas o que corresponde a um potencial total de emissão de gás de efeito estufa (GEE) de 25,09 bilhões de toneladas de CO₂ eq.

O segundo cenário considera que 50% ARL não estão desmatadas, assim o estoque de carbono a ser retirado corresponde a 3,42 bilhão de toneladas com potencial de emissão de 12,54 bilhões de toneladas de carbono. O terceiro cenário com 25% de ARL a ser ainda desmatada, o estoque de C a ser retirado corresponde a 1,71 bilhão de toneladas com potencial de emissão de 6,27 bilhões T de CO₂.

Dessa forma, somente a manutenção destes dois artigos, além dos outros, criará uma dificuldade enorme para que o Brasil possa cumprir o compromisso assumido em Copenhague, por ocasião da COP 15 e reiterado na COP 16, em Cancun de reduzir as emissões gases de efeito estufa em 36,1% a 38,9% até 2020.

Ao se concentrar no lucro de curto prazo os empresários perdem de vista o compromisso que o Brasil assumiu diante da comunidade internacional. Este compromisso consta da Lei nº 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Caso este não se realize o país poderá ter sua credibilidade afetada, além dos sérios prejuízos para a segurança e soberania alimentar do país.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, eleito vice-presidente da República, não se mostra favorável a qualquer encaminhamento que perturbe o fechamento da legislatura 2006-2010 e a formação do novo governo. Por outro lado, a futura presidente, Dilma Rousseff, ainda não acena com facilidades para a lavoura de monocultura.

Assim, as organizações patronais nacionais e as multinacionais estão com receio de perder o apoio que tem no governo Lula, na gestão Dilma. De acordo com o Valor Online, a União da Indústria da Cana (Unica), pediu interferência de Lula, pois é preciso “urgentemente” de solução definitiva para o tema da reserva legal, que “ameaça milhares de hectares de cana”.

Outro elemento que perturba os representantes do agronegócio é a Conferência da ONU sobre Clima (COP 16) realizada em Cancun/México. Nesta rodada o governo brasileiro apresentou o Plano Setorial da Agricultura para cumprir o compromisso assumido em Copenhague de deixar de emitir cerca de um bilhão de toneladas de gás carbônico. Entre as ações voluntárias que serão apresentadas estão a redução em 80% a taxa de desmatamento na Amazônia e em 40% no Cerrado, a recuperação de pastagens degradadas e a ampliação de oferta de hidrelétricas e fontes alternativas de biomassa, eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, entre outras.

Kátia Abreu: "Mudança climática não é problema, mas uma oportunidade para os produtores rurais" – Sítio Eletrônico da CNA – 08/12/2010

Cancun, 8 de dezembro de 2010 - Nesta quarta-feira, a presidenta da CNA, senadora Kátia Abreu fez mais uma palestra sobre o Projeto Biomassa COP 16, a Conferência das Partes (COP-16) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que acontece até 10 de dezembro, em Cancun, no México.

Após apresentar o vídeo sobre o Projeto Biomassa, Kátia Abreu reforçou a importância da participação dos produtores nessas soluções que vão unir, ainda mais, produção de alimentos e preservação do meio ambiente. "O projeto Biomassa está estudando os seis biomas brasileiros. A partir do estudo, que deve durar cerca de 9 anos, serão feitas vitrines tecnológicas que servirão de modelo aos produtores rurais. Cada bioma terá a sua vitrine. É a democratização da ciência. Todos os produtores rurais brasileiros terão acesso", conta.

Em sua apresentação, a presidenta da CNA se mostrou otimista com as condições do Brasil e deixou claro que o setor agropecuário quer amenizar os impactos negativos sobre o meio ambiente. "O governo brasileiro assumiu algumas metas e essas metas não nos assustam. Mudança climática não é problema, mas uma oportunidade para os produtores. A redução do desmatamento no Brasil está acelerada, e os dados não são dos agricultores, mas dos órgãos governamentais. Quando eu digo que o aquecimento é uma oportunidade é porque nós queremos melhorar as formas de produção, mas precisamos de recursos", salienta.

A presidente da CNA disse ainda que o Brasil é o único país que realiza o plantio direto. Esse tipo de plantio possibilita aumentar a produtividade da lavoura e a vida útil das máquinas, reduzir gastos com combustível, melhorar a eficiência dos fertilizantes e proteger o meio ambiente. "Nosso plantio direto é único no mundo. A safra seguinte é plantada em cima da safra anterior". Demonstrou preocupação com a quantidade e qualidade da produção de alimentos no Brasil. "Mais de um milhão de pessoas passam fome no mundo. Precisamos fazer com que o nosso país, que tem a maior área para aumentar a produção, faça de maneira correta. Se o Brasil produzisse com as técnicas do passado, teria que aumentar muito o desmatamento. Graças à ciência, à Embrapa, aumentamos muito a produção, reduzindo o desmatamento", concluiu.

“Mudança é para destruir florestas”, diz Marina Silva – Sítio eletrônico do MST – 08/12/2010

Parlamentares ligados ao agronegócio estão fazendo pressão para aprovar as mudanças no Código Florestal ainda neste ano. O novo texto é do deputado federal Aldo Rebelo (PcdoB-SP) e já foi aprovado em comissão especial.

O texto do deputado é criticado pelos ambientalistas e movimentos sociais. Entre as principais críticas está a redução das áreas de Reserva Legal nas propriedades particulares, o perdão das multas aplicadas em proprietários que desmataram até julho de 2008 e a flexibilização da produção agropecuária em Áreas de Proteção Permanente (APPs). O texto também prevê a ampliação da autonomia dos estados para legislar sobre meio ambiente.

Em entrevista à **Radioagência NP**, a senadora Marina Silva (PV) – que ficou em terceiro lugar nas eleições presidenciais com 20 milhões de votos – concorda que deve haver mudanças no Código Florestal que já completou 45 anos. Porém, ela explica que os pontos que alimentam a polêmica são complexos e não podem ser tratados no imediatismo, como quer o setor ruralista. Ela defende uma votação somente para a próxima legislatura e afirma que “estão querendo usar o Código Florestal para promover a destruição da floresta.” Leia a primeira parte da entrevista

Como a senadora avalia o Código Florestal vigente no país?

Marina Silva: O código, há décadas, está ajudando as florestas brasileiras. É claro que ele precisa de atualização, mas não para flexibilizar, no sentido de permitir a destruição das florestas. Tivemos a Constituição de 1988 que estabelece o meio ambiente como direito de todos os cidadãos brasileiros. A atualização deve ser para que o uso sustentável da floresta possa ser viabilizado, e não para a finalidade que se propõe o relatório do deputado Aldo Rebelo, que é a flexibilização da legislação para permitir o

avanço sobre as áreas florestadas e promover o perdão e a anistia para os devastadores ilegais.

Por que a senadora considera o texto um grande retrocesso na proteção dos recursos florestais?

MS: O texto é um retrocesso na legislação ambiental e parte de uma premissa errada. O Código Florestal é para proteger florestas, mas as pessoas estão invertendo a equação. Estão querendo usar o Código Florestal para promover a destruição da floresta. Isso é um contrassenso, um paradoxo total.

Quais impactos que serão causados no meio ambiente se o texto for aprovado?

MS: A ampliação do corte raso sobre as áreas florestadas, pois vai mexer com a Reserva Legal. Outro problema é a anistia para os que desmataram 40 milhões de hectares de forma ilegal. A terceira consequência é as metas que o governo brasileiro assumiu em Copenhague. Se tiver a mudança no Código Florestal e na lei que regulamenta o artigo 23 que também está tramitando no senado, que graças a uma emenda do deputado Paulo Teixeira (PT/SP), que retira as competências do Ibama para fiscalizar desmatamento e aplicar multa, isso “vai juntar a fome com a vontade de comer” no que diz respeito no que concerne a destruição da floresta. Flexibiliza o Código de um lado, e retira a competência dos órgãos fiscalizadores que têm condições de algum controle de fiscalizar e aplicar multa.

A bancada ruralista quer a votação das mudanças ainda neste ano. Por que essa pressão está ocorrendo?

MS: Há um interesse muito grande do governo de aprovar essas questões ainda nesta legislatura. Isso é para não deixar nenhum desconforto para o próximo governo, fato que será lamentável. Primeiro porque houve um compromisso na campanha da Dilma de que se ganhasse, e essas propostas passassem, ela iria vetar. E se agora for votada, aprovada e sancionada pelo atual governo, a presidente não poderá vetar. Outro fato grave é que grande parte dos parlamentares dessa legislatura não foram reeleitos, ou seja, depois não terá como a sociedade cobrar.

Então a senadora defende a votação para a próxima legislatura?

MS: Esse debate tem que ficar para o próximo ano. Deve ser ampliado para a participação da sociedade, da comunidade científica e principalmente com os novos parlamentares. Como vamos fazer um debate tão importante na última hora, no final de uma legislatura?

A proposta de um novo Código veio do deputado Aldo Rebelo (PCdoB). Foi uma surpresa?

MS: Nem PT, nem PSDB, nem qualquer partido de transição democrática de esquerda foram capazes de perceber a questão ambiental na sua complexidade e essência. Eles tratam essas questões como se fosse um empecilho para o desenvolvimento, como se fosse interesses externos querendo prejudicar os interesses nacionais. É uma visão não atualizada do problema. Não conseguiram perceber que esse é o desafio do século. Não devemos ter uma visão mesquinha do problema. É preciso ter atitude integradora dos diferentes seguimentos. Ninguém pode ser exclusivo em relação a essa bandeira.

Senadora, o setor do agronegócio diz que o atual código atrapalha no desenvolvimento do Brasil, principalmente no setor agrícola, a senadora concorda?

MS: É perfeitamente possível ter uma agricultura vigorosa, tanto para a pequena e média com a proteção das florestas. Não é correto colocar essa oposição; proteção das florestas e agricultura. Alias, a destruição das florestas levará, necessariamente, a um prejuízo para a agricultura brasileira. Se não diminuirmos a emissão de CO2 vamos ter a elevação do clima, fato que vai prejudicar todas as culturas brasileiras. A proteção da biodiversidade promove vantagens para a agricultura em função dos serviços ambientais que ela presta.

O governo vai apresentar uma proposta como alternativa de mudança. É uma proposta mais avançada?

MA: Não conheço a proposta do governo. Para mim, qualquer proposta que seja feita em quatro paredes, de uma discussão complexa como essa, e que não seja debatida com diferentes segmentos da sociedade, ouvindo também os especialistas, no meu entendimento não nos levará a lugar nenhum. Temos que compatibilizar os resultados que queremos e o processo que nos levará ao resultado. Para se ter uma boa proposta é preciso um grande respaldo da sociedade e dialogar com vários setores. Os ajustes para serem feitos, não devem ser feitos em prejuízos dos avanços da legislação ambiental, mas sim, no sentido de corrigir alguns aspectos que precisam ser corrigidos.

Para movimentos sociais e ambientalistas a proposta de alteração beneficia os latifundiários do agronegócio. Em contrapartida a nova proposta prejudica os pequenos produtores e a reforma agrária?

Essa nova proposta vai prejudicar todo mundo. É por isso que essa questão ambiental não tem um recorte muito claro em relação entre grandes e pequenos, pobres e ricos. Mas é claro que os mais prejudicados serão os pequenos agricultores. O avanço sobre as florestas com certeza vai prejudicar terras indígenas, ribeirinho e extrativista de modo geral.

**São Paulo na COP-10 – Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo – Folha de São Paulo –
Opinião** – **08/12/2010**

A atuante comitiva do Estado de São Paulo que integrou a delegação brasileira na 10ª Conferência das Partes (COP-10), que reuniu signatários da Convenção da Biodiversidade, em Nagoya (Japão), tem muito a contar sobre o que lá ocorreu. Primeiramente, logramos aprovar um importante plano de ação para os governos subnacionais, que contribuirá para a proteção da vida na Terra. A ideia de envolver os governos de Estados, províncias e cidades tomou força na COP-8, em Curitiba, em 2006, e consolidou-se com a Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável, promovendo o fortalecimento de ações na proteção da biodiversidade.

Por esse caminho, chegamos a Nagoya com um plano de ação já delineado. São Paulo, copresidente da divisão Sul dessa rede, interveio perante o Itamaraty, colaborando para aperfeiçoar o texto inicial, e se articulou com outros interlocutores, entre eles a província de Quebec, no Canadá. Os principais objetivos do plano são: aumentar o engajamento de autoridades regionais e locais na proteção, manejo e uso sustentável da biodiversidade; fortalecer a ação local; envolver a população em programas de proteção à natureza; e participar de uma coordenação global de defesa da biodiversidade. Verificamos que São Paulo tem posição de vanguarda no conjunto dos governos subnacionais, destacando-se com projetos como o de pagamento por serviços ambientais, previsto na Política Estadual de Mudanças Climáticas, e o de implantação de três áreas de proteção ambiental (APAs) marinhas, que somam mais de 1,1 milhão de hectares em nossa costa. Essas ações convergem para dois dos temas que estavam na ordem do dia dessa convenção.

O principal item do Protocolo de Nagoya aprovado durante a COP-10 orgulha o Estado, pois já temos cerca de 15% do território continental protegido por alguma categoria de unidade de conservação. Dessas, 14,15% são estaduais e 0,85% são federais. No âmbito da proteção marinha, os parques estabelecidos nas ilhas oceânicas e as APAs costeiras perfazem 53% do mar territorial paulista. Com isso, as metas de Nagoya -17% da área continental e 10% da marinha- estão praticamente cumpridas. É verdade que essa proteção precisa ser distribuída de forma equilibrada nos diferentes ecossistemas, mas podemos nos alegrar de ser o Estado com o maior contínuo de mata atlântica do país, na sua maior parte como reserva da biosfera da Unesco, compondo hoje um distinguido sítio do patrimônio mundial natural. Atestei o enorme esforço conjunto para alcançar o protocolo tão almejado. Em tal cenário, atuamos na busca dos avanços e resultados positivos conhecidos. São Paulo deu um passo para consolidar as responsabilidades inerentes às suas potencialidades e ao peso específico que possui na nossa Federação.

PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO é procurador do Estado e secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo.

Escândalo sobre clima foi uma crise espúria – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – **Ciência** – **08/12/2010**

Chefe do painel do clima da ONU diz que mídia e público exageraram na reação a erros do IPCC e reafirma solidez da ciência do aquecimento

Rajendra Pachauri quebrou o gelo. Um ano depois de ter protagonizado a série de escândalos científicos que jogaram na lama a credibilidade do IPCC, o painel do clima da ONU, que ele preside, o economista indiano afirma que a crise está superada. Ele admite, porém, que os erros encontrados no Quarto Relatório de Avaliação do IPCC e o quase simultâneo episódio dos e-mails roubados no Reino Unido, conhecido como "Climagate", alimentaram a onda de ceticismo que pôs o mundo mais longe de um acordo contra o aquecimento global. As pressões pela renúncia de Pachauri têm sido intensas desde janeiro, quando ele admitiu que o IPCC errara em uma previsão apocalíptica sobre o degelo do Himalaia. Em entrevista à **Folha**, concedida no escritório do IPCC na conferência do clima de Cancún, Pachauri atribuiu à imprensa grande parte da culpa pelos escândalos e disse que não pretende sair do cargo antes de 2014. "Ou 2015." Leia a seguir.

Folha - O Climagate completou um ano. O sr. acha que o escândalo ajudou a alimentar a maré de ceticismo que adiou a perspectiva de um acordo do clima? Rajendra Pachauri - Claro que houve um efeito, não há dúvida, mas lembre-se de que os três comitês que investigaram o assunto concluíram que não houve fraude por parte dos cientistas. Mas a maneira como os emails foram hackeados e os relatos foram publicados na mídia tiveram um impacto negativo. E eu acho que vai levar algum tempo para as pessoas descobrirem que tudo aquilo foi espúrio.

Mas houve dois escândalos, por assim dizer. Um foi o dos e-mails, e o outro foram os erros no 4º Relatório de Avaliação do IPCC. Isso não afetou a credibilidade do painel?

De novo, eu diria que o público provavelmente não tomou tempo suficiente para olhar as coisas de modo objetivo. Sim, nós cometemos um erro na questão das geleiras do Himalaia, admitimos isso. Mas nada elimina o fato de que as geleiras estão derretendo no mundo inteiro. Isso também se aplica a todas as grandes conclusões do relatório: são fortes, robustas e mesmo incontestáveis.

O sr. reconhece uma certa arrogância de sua parte ao negar inicialmente o erro? No momento em que esse erro apareceu, nós agimos em três ou quatro dias. Consultamos os autores do relatório e prontamente admitimos o erro. Infelizmente eu não me lembro de nenhuma declaração que tenha mostrado arrogância.

Quais são as lições que o sr. tira desse episódio? Várias. Nós temos de criar capacidade de comunicação com o público, ela precisa ser muito melhor do que é hoje, com a imprensa também. Precisamos de mais aderência aos processos e às práticas do IPCC. Tivemos uma reunião com os autores principais do quinto relatório de avaliação, e eles receberam instruções precisas sobre como lidar com literatura que não tem peer-review.

Recentemente, em agosto, o IAC (painel das academias de ciências do mundo) publicou uma série de recomendações sobre como melhorar o trabalho do IPCC. Sim, eles fizeram, a nosso pedido, uma revisão dos procedimentos do IPCC e completaram o relatório em agosto. Todos os governos do mundo decidiram tomar decisões sobre as recomendações do IAC e vão agir no sentido de implementá-las.

Então nada foi implementado ainda?
Cada uma dessas recomendações requer delineações claras de como elas serão implementadas, porque os procedimentos do IPCC são bem complexos.

O sr. acha que os cientistas têm culpa por não terem ido a público defender suas conclusões quando os céticos do clima atacaram?
Eu estive na academia por muito tempo e não hesito em dizer que cientistas não são os melhores comunicadores do mundo. Precisamos de uma estratégia para compensar essa deficiência. Concordo que talvez precisássemos ter feito um melhor trabalho na comunicação de nossas descobertas, mas no secretariado do IPCC não temos essa capacidade. O secretariado do IPCC tem dez pessoas, e por 17 anos, até 2005, tinha apenas cinco. Como presidente do IPCC, eu não tenho poder de contratar uma pessoa sequer.

Que papel a imprensa teve na confusão do ano passado?
(Pausa) Não sei bem o que dizer, mas acho que essas coisas vêm em ondas. Se você voltar a 2007, quando o AR4 foi publicado, havia um tom bem diferente em relação aos nossos relatórios. O "New York Times" publicou uma manchete dizendo que aquele era o relatório mais forte já feito pelo IPCC, e não havia nada senão loas ao que foi feito. Agora nós vimos o outro lado dessa onda. Acho que isso também será substituído por coisas positivas, é só uma questão de tempo.

Por que o sr. escreveu um memorando aos autores do Quinto Relatório de Avaliação recomendando que eles ficassem longe da imprensa?
Para proteger o IPCC. Sessenta por cento desses autores são novos no IPCC. Você não pode ter autores que são novos falando em nome do painel, mas eu esclareci logo depois que eles podem e devem falar das suas próprias pesquisas. Acho que é essencial que os cientistas se comuniquem com a imprensa, mas se eles recebem uma pergunta sobre o IPCC, existe uma estrutura para isso. Lamento que tenha sido mal compreendido.

O sr. está há oito anos no cargo. Quando vai sair?
Em 2014, quando terminar o quinto relatório. Ou 2015, se o painel quiser.

Banco alemão financiará energia limpa - Liana Melo – O Globo – Economia – 08/12/2010

CANCÚN, México. O Banco alemão de desenvolvimento KFW deve anunciar nas próximas semanas um acordo com o BNDES de 52 milhões para financiar projetos

de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade para produzir até 20 megawatts (MW) de energia. A instituição alemã também está finalizando um acordo de eficiência energética com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), no valor total de 120 milhões, que será anunciado no começo de 2011.

Os novos financiamentos ao Brasil foram anunciados ontem pelo diretor do KFW para América Latina e Caribe, Rudger Hartmann, em um dos eventos paralelos da Conferência do Clima (COP-16), o Green Solutions. Pela manhã, Hartmann esteve na COP-16, distante 30 quilômetros do Green Solutions, com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, quando anunciou investimentos de 18 milhões para o Fundo Amazônia.

Além disso, o banco está fechando parcerias para instalar iluminação fotovoltaica (energia solar) nos estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Projetos de eficiência energética já foram instalados nos estádios Mineirão e Mineirão, em Minas Gerais.

Com estabilidade política e econômica, o Brasil tem uma posição de destaque entre os países da região para atrair investimentos do banco. De um total de 4,5 bilhões, 20% são destinados a projetos de combate às mudanças climáticas.

Na região das Américas, o Brasil recebe cerca de 20% dos recursos do banco.

— O fato de ter segurança macroeconômica e estabilidade política ajuda bastante as parcerias com o Brasil — disse Hartmann, que não comentou a possível criação na COP-16 de um grande fundo financeiro, batizado de Fundo Verde.

— Os fundos bilaterais são aliados nesta questão da mudança climática.

A Eletrobras já tem um acordo com o banco e recebe 50 milhões para financiar PCHs em Santa Catarina.

(*) A repórter viajou a convite da Ericsson

SÃO PAULO NÃO É MAIS A TERRA DA GAROA, na página 36

Terra da garoa agora é berço de tempestades – O Globo – Ciência – 08/12/2010

São Paulo nunca mais será a terra da garoa. Em estudo recentemente concluído, o pesquisador Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e sua equipe descobriram que a temperatura na capital paulista subiu entre 2 e 3 graus Celsius nos últimos 70 anos. Em consequência, o padrão de chuvas foi alterado, acabando com as condições para a típica garoa. O aquecimento paulistano — diferentemente do aquecimento global, que chegou próximo a 0,4 grau Celsius no mesmo período — foi causado pela urbanização da cidade. Essa situação, segundo ele, é irreversível. Resta agora tentar se adaptar e adotar medidas, como o plantio de árvores, para evitar que o aquecimento global agrave ainda mais a situação. São Paulo, diz Nobre, se tornou um grande laboratório sobre as consequências dos desastres climáticos.

Para brasileiros, temperatura aumenta - Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 08/12/2010

CANCÚN. Uma pesquisa inédita divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) na Conferência Climática da ONU (COP-16) revela que 90% dos brasileiros acreditam que a temperatura do planeta está aumentando. O desmatamento foi o problema citado por 44% dos entrevistados como o mais relevante, seguido pela poluição da água (32%) e o aquecimento global (26%).

No levantamento, 80% dos entrevistados disseram ter preocupação ambiental. E para 60% da população as mudanças climáticas são uma questão “muito grave”. O levantamento foi realizado de 25 a 27 de setembro, com 3.010 pessoas, em 191 municípios do país. A pesquisa revela ainda que, para 47% da população, é possível proteger a natureza e manter o crescimento econômico.

Um dos temas que mais emperra as negociações climáticas em Cancún é a responsabilidade sobre o aumento da temperatura da Terra. A convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU diz que os países desenvolvidos, por terem contribuído mais para o problema, deveriam ser os maiores responsáveis por contê-lo. Grande parte dos brasileiros também pensa assim, de acordo com a CNI. Segundo a pesquisa, 45% dos entrevistados disseram que os países ricos devem contribuir mais para reduzir as emissões de gases-estufa, principal causa das alterações no clima.

Na pesquisa estimulada, na qual os entrevistados tiveram que escolher os problemas mais graves em uma lista predefinida, 27% assinalaram que o aquecimento global é o tema mais importante para o país no que diz respeito a meio ambiente e qualidade de vida.

"Os ruralistas não pensam no futuro do planeta", afirma Aziz Ab'Saber –
Sítio Eletrônico do MST – 08/12/2010

Mais uma investida da bancada ruralista para tentar aprovar o novo Código Florestal ainda neste ano foi fracassada na terça-feira (07).

A bancada apresentou uma lista com aproximadamente 370 assinaturas para que o Projeto de Lei que institui o novo Código fosse votado em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Porém, não houve acordo entre os líderes da Câmara para incluir o requerimento na ordem do dia.

A proposta de mudança no atual Código Florestal é do deputado federal Aldo Rabelo (PcdoB-SP) e está recebendo críticas de ambientalistas, movimentos sociais e especialistas em meio ambiente. Mas, do outro lado, a proposta tem o apoio dos ruralistas.

De acordo com o geógrafo Aziz Ab'Saber, esse apoio revela que a alteração do Código vigente beneficia o setor ruralista. Setor, que segundo ele, é ignorante para debater mudanças na questão ambiental no país. “Há muito tempo os ruralistas no Brasil estão querendo modificar o Código Florestal pensando em suas pretensões. Estão pensando em seus negócios e não no país e, sobretudo, não pensam no futuro do planeta Terra. Eu ando lendo alguns textos de uma senadora que defende tudo que o deputado Aldo propôs, mas é um absurdo total, não tem senso ecológico nenhum”.

Aziz defende a mudança no atual Código, mas reforça que tais mudanças devem ser feitas a partir de estudos elaborados por especialistas e com um debate com a sociedade.

“O Código deve ser feito com o envolvimento de pessoas competentes e planejadores. Não sou a favor de deixar as matas permanentemente como estão. Mas para se

fazer mudanças, deve ser pensando um modo ecologicamente sustentável, para assim, se possível, conservar as reservas de biodiversidades para sempre.”

Projeto Biomas é revelação em conferência internacional– Sítio Eletrônico da CNA
– 09/12/2010

O Projeto Biomas, desenvolvido pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi citado pelo site BBC Mundo como uma das dez boas notícias surgidas durante a 16ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP16), em Cancún, no México.

“Uma organização que representa mais de 1 milhão de agricultores no Brasil lançou um projeto para dobrar a produção de alimentos até 2020 sem derrubar uma só árvore. Eles afirmam ainda que vão plantar mais espécies nativas”, diz o analista de meio ambiente James Painter, no blog Reflexões Sob o Sol de Cancún, do site em espanhol da britânica BBC, uma das maiores empresas de televisão, rádio e internet do mundo.

Já a revista semanal britânica New Scientist afirma que os agricultores brasileiros estão “virando a página e são os heróis inesperados do combate às mudanças climáticas”.

A reportagem menciona o Projeto ABC, lançado por entidades do setor público e privado, para adotar práticas de produção que visam reduzir as emissões de carbono pela agropecuária brasileira até 2020.

EUA e China se uniram para sabotar conferência do clima – O Globo – O Mundo
– 09/12/2010

Uma visita do poderoso senador John Kerry, chefe da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano, à China em maio de 2009 poderia explicar o fiasco da Conferência do Clima das Nações Unidas em Copenhague (COP-15) no ano passado. Segundo um telegrama da embaixada americana em Pequim, a visita teve como objetivo traçar “uma nova base de cooperação majoritária entre China e Estados Unidos na questão das mudanças climáticas”. O recado de Washington era claro: os americanos poderiam entender “a resistência da China em aceitar os compromissos obrigatórios” da conferência.

A mensagem é um indício de que as duas nações mais poluidoras do planeta se uniram para bloquear as tentativas de países europeus para fechar um acordo sobre um pacote de medidas emergenciais para reduzir as emissões de gases e conter o aquecimento global do planeta.

Durante a conferência do ano passado, EUA e China apareceram como rivais nas negociações. De um lado, os EUA insistiam que Pequim devia se comprometer com mais reduções e ainda aceitar mecanismos de verificação externos para suas metas de corte. O governo chinês se opunha ao mecanismo e, por sua vez, acusava Washington de não fazer sua parte no trato, ou seja, anunciar metas mais ousadas de corte de gases estufa.

Investimento na China, garantia de emprego nos EUA

Kerry se reuniu com o vice-primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, e destacou a insistência da Europa em forçar os países industrializados a reduzir as emissões, mas tranquilizou os chineses, garantindo que nada mudaria, pois junto com outras nações em desenvolvimento, a China apenas teria que dizer que “trabalharia duro para reduzir as emissões”.

Cálculos feitos pela embaixada americana também alertaram Kerry para o fato de que a China investiria US\$175 bilhões em proteção ambiental nos próximos cinco anos — e que havia empresas dos EUA muito bem posicionadas para se beneficiar do investimento.

“A Westinghouse, por exemplo, estima que milhares de postos de trabalho nos EUA são mantidos toda vez que a China encomenda outro reator nuclear”, exemplifica o documento, de 15 de maio de 2009.

A cooperação entre Pequim e Washington começou, na verdade, em 2007, quando o negociador Harlan Watson, apontado pelo então presidente George W. Bush, organizou um cronograma de entendimento entre os dois países por dez anos, além de criar o “Diálogo Econômico e Estratégico” — conversas de bastidores que nem americanos, nem chineses quiseram admitir publicamente. O governo do presidente Barack Obama apenas deu continuidade ao diálogo, conforme mostra o telegrama, ao lembrar da primeira visita da secretária Hillary Clinton à China como chefe da diplomacia americana.

“Pequim concorda com a formação de uma nova parceria em energia e mudança climática”, diz o texto.

Kerry agiu como porta-voz de peso em Copenhague

A estratégia americana pode ser corroborada observando a atuação do senador americano durante a COP-15. John Kerry passou menos de um dia em Copenhague, mas, em um único e incisivo discurso, deixou clara a posição americana — e reforçou os indícios de um verdadeiro jogo duplo no qual a retórica é incompatível com as manobras diplomáticas de bastidores.

— Esse é um novo dia. Um presidente americano está vindo a essas negociações com boa fé; desta vez, para prometer um novo começo e reafirmar o compromisso dos EUA de ser parte de uma solução global (para o aquecimento da Terra) — afirmou Kerry. — Hoje, não há desculpa para não agir quando somos apenas 5% da população do planeta, mas responsáveis por 20% da emissão de gases.

Plano de florestas é única esperança - Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 09/12/2010

CANCÚN. A criação de um mecanismo para combater o desmatamento nos países com grandes florestas é a grande esperança para que a Conferência Climática da ONU, em Cancún (COP-16), não seja um fracasso completo. A dois dias do fim do encontro, a discussão dos grandes temas, como a definição de novas metas de redução de emissões de gases-estufa, está travada.

No entanto, ironicamente, o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) só deverá sair do papel, caso haja decisão em outras áreas, como adaptação, mitigação e financiamento. Países como Venezuela e Bolívia dizem que só aceitam um acordo se um grande pacote de decisões seja fechado. Caso contrário, preferem sair de Cancún com as mãos vazias.

— Um acordo sobre REDD está muito próximo. Não há dúvidas de que será um mecanismo importante, qualquer que seja o pacote de decisões de um acordo geral sobre o clima — afirmou Tasso Azevedo, assessor do Ministério do Meio Ambiente. — O Brasil é um grande contribuinte para o mecanismo porque é o país que mais reduz emissões por desmatamento no planeta.

As bases do mecanismo já foram acordadas, ele será adotado em três fases. A primeira seria de preparação de instrumentos de controle do desmatamento, como o usado no Brasil, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A segunda etapa seria aberta para a implementação de projetos pilotos nas áreas de manejo sustentável de madeira, reflorestamento e criação de áreas de proteção ambiental. A terceira etapa seria de implantação efetiva e em larga escala de projetos nessas áreas, inclusive com a introdução de novas unidades de conservação, por exemplo.

Os pontos que ainda estão em debate são: a inclusão de direitos indígenas no mecanismo, a possibilidade de que projetos gerem créditos de carbono a serem comercializados no mercado e se as medições das reduções de emissões devem ser feitas projeto a projeto ou nacionalmente.

Cálculo das emissões evitadas já finalizado Finalmente, a contagem das emissões evitadas com projetos de combate ao desmatamento já está praticamente acertada entre os negociadores: a tendência é que seja feita uma conta só por cada país ou por grandes regiões. Neste caso, supondo que o Brasil tenha 50 projetos de REDD em andamento, todas as reduções geradas por cada um separadamente será contabilizada de forma unificada.

Negociadores brasileiros dizem que as discordâncias sobre cada um desses temas do REDD são detalhes facilmente superados, caso o restante das negociações avancem a ponto de se chegar a um acordo climático em Cancún.

Em Cancún, ministra destaca importância da economia verde no mundo– Sítio do MMA - 09/12/2010

Carlos Américo

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse nesta quarta-feira (8/12), em Cancún, que é importante promover o debate sobre economia verde no mundo, principalmente para o desenvolvimento sustentável dos países em crescimento. Mas, para isso, é preciso mobilizar a população para entender o que isso significa econômica, social e ambientalmente.

Durante evento da Rio+20 na 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-16), Izabella ressaltou o desafio de explicar a ideia e a dimensão da economia verde. "Não estamos falando de empregos verdes, e sim do desafio de ter economia verde e novas perspectivas sustentáveis nos governos."

O Rio de Janeiro, depois de 20 anos, volta a sediar uma conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, em 2012. O foco é a estrutura de governança internacional para o desenvolvimento sustentável, com debates sobre economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Ela destacou que hoje o Brasil tem uma nova realidade comparada a 1992. Mesmo assim, segundo ela, não é fácil o debate sobre economia verde. "É difícil explicar e entender a dimensão da economia verde, o que isso significa para o planeta, para a governança ambiental e para o desenvolvimento sustentável", disse. Para a ministra, é preciso conceituar esses temas antes da Rio+20.

De acordo com Izabella, na Rio+20 é preciso ampliar os debates que eram feitos há 20 anos. "Temos uma nova realidade econômica, social e ambiental no planeta", ressaltou. Ela contou que durante a Rio92 era impossível debater desenvolvimento sustentável com o setor privado, diferente de hoje em dia, quando representantes do setor participaram de debates durante a COP de Biodiversidade, no Japão.

Pacto sobre floresta será único resultado da cúpula de Cancún – Marcelo Leite e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2010

Nas horas finais da conferência do clima, que deveria terminar hoje, duas conclusões principais emergem: a primeira é a de que a COP-16 ruma para um resultado aguado, mas não deve ruir. A outra é que uma decisão sobre florestas será o grande e único avanço da cúpula.

"Toda esta negociação é sobre um pacote de resultados. Mas temos de reconhecer que um quinto do pacote, se fosse fechado, seria um avanço significativo", disse Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace.

"Espero que não, mas temo que este seja o único grande resultado", disse à o negociado de Papua-Nova Guiné, Kevin Conrad, sobre a aprovação do "Redd +". A abreviação se refere à redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas. O "plus", à exigência de contemplar conservação biológica nesse esquema para diminuir o lançamento de gases-estufa no ar. O texto diplomático que dá forma legal ao Redd + já estava pronto e era dado como aprovado há um ano, na conferência de Copenhague. Acertou-se que o Redd seria desenvolvido em três fases. Na primeira, os países criariam técnicas para contabilizar o carbono das florestas. Na segunda, haveriam projetos em pequena escala. Na terceira, países tropicais realmente obteriam dinheiro pelas reduções realizadas.

Como reduzir desmatamento é muito mais barato do que eliminar usinas a carvão, por exemplo, países ricos que não queiram fazer o dever de casa poderiam recorrer aos créditos de Redd.

Uma objeção da Bolívia à menção de qualquer mecanismo de mercado para o Redd devolveu o assunto à estaca zero, onde permaneceu até Cancún. "Converter a natureza em mercadoria é garantir a sobrevivência do capitalismo", disse o presidente Evo Morales.

Acontece que, se não for ao menos parcialmente admitido, o Redd perde muito atrativo para países ricos precisando cortar emissões. Seguiu indefinido se existiria participação "subnacional" na contabilização das emissões -caso de governos estaduais como o do Acre, que já fez um acordo direto com o Estado americano da Califórnia a respeito. A expectativa era que as divergências seriam vencidas, por um motivo simples: como a discussão sobre corte de CO₂ não deve ter resultado, os países querem algo para apresentar como sucesso.

Caos nos momentos finais de Cancún - Catarina Alencastro O Globo – Ciência – 10/12/2010

CANCÚN. O saldo de nove dias de discussão em Cancún é negativo. Literalmente. Não houve qualquer sinal de um acordo que represente um avanço no combate às mudanças climáticas. Negociadores de 194 países gastaram horas de

discussão e o dia terminou “à beira de um desastre”, como resumiu o secretário de Mudanças Climáticas e Energia do Reino Unido, Chris Huhne. A 16ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas nas Nações Unidas (COP-16) corre o sério risco de terminar hoje com um resultado ainda mais pífio do que a de Copenhague, encerrada com um acordo sem metas específicas e valor legal.

Países como EUA, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia não aceitam continuar com o Protocolo de Kioto — único mecanismo que força países industrializados a cortar emissões de gases-estufa — porque ele não inclui os emergentes.

Ontem, em uma série de reuniões informais, ministros se encontravam aos pares para fechar pequenos textos que seriam levados para apreciação dos demais negociadores.

Ontem, o Brasil tornou-se o primeiro país, entre os que não são obrigados por Kioto a cortarem suas emissões, a estabelecer um teto para a quantidade de gases-estufa que deve liberar até 2020.

— Se o país nada fizer nos próximos dez anos, terá emitido 3,2 bilhões de toneladas de CO₂. Agora, estamos aqui para nos comprometer a cortar até 1,2 bilhão de toneladas desse índice — explicou Tasso Azevedo, assessor especial do Ministério do Meio Ambiente.

A pedido da presidente da COP-16, Patricia Espinosa, dez países (incluindo o Brasil) formaram pares para resolver temas específicos, como Kioto, o financiamento de ações de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, transferência de tecnologia e a criação de fundos para financiar projetos e medidas de prevenção nos países em desenvolvimento. O processo durou todo o dia e um texto provisório seria negociado hoje.

Espinosa informou que a conferência será encerrada às 18h de hoje. No entanto, os negociadores brasileiros duvidam que seja possível conciliar todas as diferenças em um texto que conte com a concordância de todos antes de sábado.

Como as últimas horas são as mais intensas, muita coisa pode mudar. Ontem, negociadores não arriscavam opinar nem mesmo sobre o formato do documento que deverá sair de Cancún, se será um acordo, um pacote de decisões ou um resultado ainda mais fraco, como o consentimento geral de que as discussões continuarão em Durban (África do Sul), no ano que vem, na COP-17.

Os temas que estavam mais próximos de um consenso eram sobre a proteção de florestas (REDD), adaptação e transferência de tecnologia dos ricos para os emergentes e mais vulneráveis.

Como fez em Copenhague em 2009, o presidente da Bolívia, Evo Morales, um dos poucos líderes presentes, voltou a protestar contra os países ricos, classificando a falta de um acordo que ajude os pobres em Cancún de “ecocídio”.

Representantes de países insulares, os mais afetados pela elevação do nível do mar, disseram que seus governos já pensam em planos para evacuar a população nos próximos anos.

* A repórter viajou a convite da CNA

Reunião no MMA prevê ações do Programa de Conservação da Biodiversidade em

2011 – Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2010

Em reunião realizada nesta quinta-feira (10) no MMA, coordenadores das ações do Programa de Conservação, Manejo e Uso da Agrobiodiversidade e representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), de movimentos sociais e organizações do campo deram continuidade à oficina de planejamento do programa, realizada em Pirenópolis, no início de novembro.

O diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme, explicou o grupo estabeleceu a programação do próximo ano, e que no planejamento estão previstas a revisão do Programa de Conservação e Uso da Biodiversidade, a implementação do Comitê Gestor e a realização de um evento temático preparatório para a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em seguida, os participantes também se reuniram no Itamaraty para debater o tratado internacional do Programa das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre recursos fitogenéticos, também relacionado à agrobiodiversidade.

Decreto assinado pelo presidente Lula estabelece redução de emissões até 2020–

Sítio Eletrônico do MMA - 10/12/2010

O Brasil deve chegar a 2020 emitindo no máximo 2,1 bilhões de toneladas de CO₂ (dióxido de carbono) por ano e terá que publicar anualmente as estimativas do total de emissões do País. Isto é o que prevê o decreto de regulamentação da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas assinado ontem (9/12) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Discursando na reunião ministerial do segmento de alto nível da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16) em Cancún, a ministra Izabella Teixeira comentou a assinatura do documento. De acordo com a ministra, o decreto vai promover, junto com os fundos Amazônia e de Mudanças Climáticas, um novo fundamento para a implementação dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) no Brasil.

Com a regulamentação da Política, o Brasil se torna o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer um limite para os seus níveis de emissões. Segundo Tasso Azevedo, consultor do MMA, a medida adotada pelo Brasil pode estimular outras nações a determinarem metas de redução de suas emissões. O decreto prevê, ainda, que doze setores da economia nacional incorporem metas para que o número estipulado seja alcançado.

Cada setor terá que apresentar um plano de ações até o final de 2011. Os planos serão revisados a cada três anos e poderão servir de base para um mercado nacional de crédito de carbono. Dessa forma, os setores que conseguirem emitir menos que o estipulado podem vender créditos para os que tiverem mais dificuldade em reduzir suas emissões.

Cúpula tenta evitar fracasso, mas ação no clima está distante - **Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 10/12/2010**

CoP- 16 Conferência terminou hoje e busca, sobretudo, garantir a continuidade do Protocolo de Kyoto

De Cancún A conferência do clima da ONU terminou hoje em Cancún com três cenários possíveis: nenhum acordo, um acordo fraco e genérico ou um acordo que garante a continuidade do Protocolo de Kyoto e encaminha decisões em três campos-chave das negociações do clima: florestas, adaptação e transferência de tecnologia.

O Brasil prefere a última opção.

Ontem havia ainda muita divergência, até se o texto final seria apenas chamado de “outcome” (resultado) ou acordo. A semântica indica que se estava entre um resultado pior ou algo mais perto de acordo que se esperava do evento.

O México quer que a conferência de Cancún seja tranquila e transparente e faz de tudo para evitar a imagem de conflitos e impasses, da edição anterior, em Copenhague.

“Por isto, eles até aceitam um acordo fraco. Mas nós, não”, diz uma fonte do governo brasileiro.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que chefiava a delegação brasileira, pediu à equipe o máximo esforço para conseguirem fechar o chamado “pacote de decisões” nas três áreas. Seria uma maneira de iniciar, com regras internacionais, o mecanismo de Redd, sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, e dar valor às florestas.

O texto final que está na mesa não é novo e é basicamente o que se tinha no ano passado, em Copenhague.

Havia uma discussão crucial sobre a transparência da redução de emissões que se consegue obter combatendo o desmatamento.

A Europa quer estabelecer uma espécie de auditoria sobre a contabilidade, para garantir que sua ajuda financeira à Redd realmente esteja dando resultados.

“Esta preocupação não é com o Brasil, que tem o melhor monitoramento de florestas do mundo e que divulga sempre os dados de desmatamento, mas com países que não têm nada disso”, diz uma fonte do governo brasileiro. Acontece que a tal auditoria pode barrar questões de soberania, o que o Brasil não quer.

Teixeira deu o seu recado no discurso ministerial, em plenário: “Tornaremos público e anual nosso inventário de emissões”.

“Para nós é bom que existam decisões e que Redd comece”, diz a fonte. “Por enquanto, Redd é apenas uma construção na cabeça das pessoas.” Mas, como estas regras não saem, iniciativas paralelas já acontecem. “Está se criando um problema entre as comunidades indígenas. Alguns se sentem traídos, porque o vizinho conseguiu dinheiro por causa do carbono da floresta e eles não. O perigo é

que esta situação crie um ambiente de difícil governança.” Outra questão com Redd era levantada pela Bolívia. O país não querou vir falando na redução de emissões de gases-estufa por desmatamento que seja comercializada em mercados, com créditos de carbono. A intenção, ontem, era deixar este ponto para o futuro, possivelmente para a próxima CoP, em Durban, na África do Sul.

Mas, se as partes foram paradas em Redd e também em adaptação e transferência de tecnologia, a questão principal — o segundo período do Protocolo de Kyoto — continuava em discussão. Trata-se de um ponto fundamental para que os países em desenvolvimento continuem negociando e que garantam os mercados de carbono continuem existindo, assim como os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), usados para transferir projetos de tecnologias limpas a países em desenvolvimento.

O Japão não demonstrava estar mais flexível em rever a posição que divulgou no início da conferência, de não aceitar um segundo período de compromissos de Kyoto. O primeiro período de cortes vai de 2008 a 2012, e vale apenas para os países industrializados.

O problema é que os EUA não assinaram o Protocolo e, junto com a China, são os dois maiores emissores do mundo.

O seja, o Japão sente que fez sua parte, mas não quer continuar no jogo se os outros dois.

Um negociador japonês explicou o Valor porque o país não quer um segundo período do Protocolo de Kyoto e se posiciona com uma das nações que pode bloquear resultados mais positivos em Cancún. “Em 1990, o ano-base para os cortes de Kyoto, estávamos no pico da nossa eficiência energética”, diz ele, indicando assim o tamanho do esforço que o país teve que fazer. “Agora podemos continuar no segundo período se os Estados Unidos entrarem no barco de novo e a China também.”

Setor de alimentos vê 2011 sem entusiasmo - **Ilan Brat – Valor Econômico – Empresas – 10/12/2010**

As grandes fabricantes de alimentos dos Estados Unidos estão abordando 2011 com cautela, à medida que a fraqueza da economia tem forçado várias empresas a reduzir suas expectativas de lucros e divulgar previsões desanimadas.

A pressão é mais intensa para o setor de alimentos, que depende de vender seus produtos nas prateleiras centrais dos supermercados, onde descontos têm sido pesados nos últimos meses. Ontem, a ConAgra Foods Inc. se tornou a maior fabricante de alimentos a sinalizar uma cautela mais acentuada para os próximos meses.

A empresa afirmou esperar que o lucro por ação tenha alta na faixa mais baixa de um dígito, enquanto seus custos com commodities sobem mais do que havia projetado e os consumidores reduzem suas compras. O pagamento antecipado de dívida da ConAgra

também levou à redução da previsão.

A ConAgra havia previsto anteriormente que seu lucro por ação cresceria de 5% a 7% no ano fiscal que termina em 31 de maio.

Em novembro, a Campbell Soup Co. esfriou suas previsões de crescimento. Ela cortou de 7% para 4% a expectativa máxima de alta do lucro no ano fiscal de 2011. A Kellogg Co. também emitiu recentemente projeções desanimadoras para 2011. A gigante de cereais afirmou que espera que o faturamento e os lucros por ação estejam na casa de um dígito, enquanto a quantidade de alimentos que vende e seu lucro operacional ficarão praticamente sem crescimento este ano.

As empresas de alimentos iniciaram o ano achando que a situação estaria melhor nesta altura.

Executivos da H.J. Heinz Co. e da Kraft Foods Inc. indicaram este ano que a venda de quantidades maiores de seus produtos irá puxar o crescimento do faturamento e dos lucros.

(Colaborou Curt Thacker)

Países mantêm Kyoto, mas não fixam 2º período – Afra Balazina – O Estado de São Paulo – 11/12/2010

Os quase 200 países participantes da Conferência do Clima da ONU em Cancún (COP-16) concordaram ontem em manter o Protocolo de Kyoto vivo, mas não definiram um segundo período de compromisso para o tratado.

Segundo a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), houve compromisso político de não interromper a vigência de metas de corte de emissões de gases-estufa. O primeiro período de Kyoto termina em 2012, portanto é preciso decidir quanto antes algo para depois de 2013.

Os resultados concretos da reunião, porém, continuavam indefinidos até as 22h30 (horário Brasília). Os dois principais documentos que serão negociados haviam acabado de ser disponibilizados. As discussões correriam muito possivelmente por toda a noite e a manhã de hoje, talvez entrando no período da tarde.

Teoricamente, a conferência se encerraria às 18 horas de ontem.

Os textos se referem aos dois trilhos de negociação climática: um dos que estão no Protocolo de Kyoto e outro que inclui também os que estão fora dele (como os países em desenvolvimento e os EUA). O último continha as sugestões em diversas áreas que deveriam formar um pacote de decisões. Entre os temas estavam o financiamento e a transferência de tecnologia para países menos desenvolvidos conseguirem fazer a transição para uma economia menos poluente e o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd).

Também a mitigação, que trata do corte das emissões de CO2.

O melhor resultado esperado era a adoção dessas decisões.

Mas, na avaliação de pessoas ligadas à Convenção do Clima da ONU, no máximo haveria a decisão de continuar negociando o texto no próximo ano.

Desde o início da COP-16 não havia expectativas de um acordo com valor jurídico para os países com metas de cortar emissões.

Mas se esperava definir pelo menos um “pacote de decisões equilibrado”. Apesar de a negociação de Redd ter avançado, nenhum dos países admite aprovar algo sem o restante do pacote.

Impasse. O grupo de países em desenvolvimento quer a manutenção de Kyoto. Mas nações como Japão, Rússia e Canadá são contra. O Japão critica o fato de EUA e China, os maiores emissores, não terem ratificado Kyoto.

Eles defendem um tratado que inclua todos os países.

A ministra brasileira admitiu que é preciso convergir os diferentes grupos, mas ressaltou que é importante manter Kyoto, o único acordo com valor jurídico existente na área de clima.

Diversos ministros reclamaram do fato de a Bolívia ter travado as negociações, até mesmo as do mecanismo que interessa ao Brasil, o Redd. O país negou ter abandonado a mesa, mas foi acusado de não colaborar. A comissária da União Europeia para o Clima, Connie Hedegaard, disse que as negociações de um acordo com valor jurídico estavam mais “para (a Rodada) Doha que para Durban (África do Sul)”, onde será a COP-17 em 2011, comparando a negociação climática com a liberalização do comércio, que fracassou.

A UE tem metas dentro de Kyoto e, apesar de querer esforços semelhantes de países de fora do tratado, fez um esforço pelo segundo período do acordo.

Conferência do clima derrapa no final – Claudio Angelo e Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2010

A conferência do clima de Cancún entrou em seu momento decisivo ontem com um alerta da comissária europeia do clima, Connie Hedegaard, sobre o risco de um colapso nas negociações daqui para a frente. "Se não houver vontade de aceitar um compromisso, estaremos mais para Doha do que para Durban", disse a dinamarquesa, referindo-se ao impasse nas conversações sobre comércio internacional, a Rodada Doha. Durban é o balneário sul-africano que sediará, em 2011, a COP-17, a próxima conferência da Convenção do Clima da ONU. Muitos países, em especial as ilhas do Pacífico, ameaçadas em sua sobrevivência pela elevação do nível do mar, defendem que seja firmado ali um acordo internacional contra o aquecimento global, que tenha validade de lei. Para que isso ocorra, porém, um pacote ambicioso de decisões precisava ser aprovado em Cancún. Até o fechamento desta edição, a possibilidade de isso ocorrer e o teor das principais decisões estavam em aberto. E, mesmo que obtenha algum sucesso, a reunião de Cancún estará longe de produzir qualquer acordo que tenha alguma relevância para atacar a crise do clima. Por outro lado, reconheceu-se aqui que, mesmo que sejam cumpridas todas as metas de redução de CO₂, o mundo estará em 2020 com um excesso de 5 bilhões a 9 bilhões de toneladas do gás - longe da meta de manter o aquecimento em no máximo 2°C até o fim do século.

MADRUGADA

Os negociadores ficaram até alta madrugada ontem tentando resolver questões como a continuidade do Protocolo de Kyoto, um acordo sobre redução de emissões por desmatamento (Redd+) e a criação de um Fundo do Clima para financiar ações de corte de emissões e adaptação nos países pobres. Na manhã de ontem, quase tudo seguia sem consenso, pendente de uma decisão política dos ministros que vieram para o final da conversa. Duas altas autoridades de países em desenvolvimento, ouvidas pela **Folha**, afirmaram que um dos principais entraves na madrugada foi a Bolívia. O país insistia em bloquear as discussões sobre o Redd+, em grande parte por motivos ideológicos do governo de Evo Morales. Os bolivianos, anticapitalistas, não admitem a menção a mecanismos de mercado no acordo sobre florestas. A Aosis (Aliança dos Pequenos Estados Insulares) também marcou posição forte nas negociações. As ilhas exigem que seja formalmente reconhecido que a reunião de Durban é a data-limite para a assinatura do chamado instrumento legalmente vinculante (ou seja, o novo tratado do clima). Muitas delegações, a do Brasil inclusive, acham que tal data é impraticável, já que as metas de redução propostas até agora são fracas -e não deveriam ser "cristalizadas" em tratado.

PONTE

Um dos principais entraves ao progresso em Cancún, porém, parece ter saído do caminho. O subterfúgio, construído com ajuda de Brasil e Reino Unido, conseguiu driblar a resistência japonesa a aderir a uma segunda fase do Protocolo de Kyoto. A solução encontrada foi inscrever as metas voluntárias que os países (o Japão inclusive) apresentaram no Acordo de Copenhague no documento sobre países sem obrigações em Kyoto (como os EUA e os países emergentes), conhecido como LCA. Os textos de Kyoto e do LCA "tomam nota" dos compromissos, mas não obrigam ninguém a fazer coisa alguma. Isso sinaliza que Kyoto pode continuar existindo, mas que o segundo período só será definido no futuro. "Parece uma solução razoável", disse o americano Elliot Diringer, analista do Centro Pew para Mudança Climática Global. "Você não se compromete com um segundo período, mas não descarta essa possibilidade." Um texto que resume a conclusão das negociações deveria ser apresentado à tarde em Cancún (noite em Brasília) pela presidente da COP-16, a chanceler mexicana Patrícia Espinosa.

"Creio que há muita confusão e preocupação em muitas delegações", disse o negociador boliviano Pablo Solón. Segundo ele, isso deveria se refletir no texto.

Cancún morre na praia - Catarina Alencastro – O Globo – Ciência –
11/12/2010

Num sinal de que caminha para repetir o fracasso de Copenhague, a 16ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-16), em Cancún, no México, protelou até a última hora a definição de todas as questões discutidas ao longo de duas semanas. Embora negociadores e até mesmo ambientalistas que acompanham a COP-16 tenham se recusado até o último instante a

reconhecer a derrota, os países devem falhar novamente em fechar um acordo significativo no combate do aquecimento global.

À noite, foi concluído um rascunho de acordo, que prevê a continuidade do Protocolo de Kioto (ele expira em 2012), mas em termos vagos. Também se estabeleceu o compromisso de criar um fundo verde de US\$100 bilhões em 2020, para ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem às mudanças climáticas. O texto, porém, ainda precisaria ser aprovado em plenária pelos 194 países na COP-16.

— O documento define o acordo político de ter um segundo período de compromisso de Kioto. E aí começar (a partir de 2011) as negociações. É algo visto, do ponto de vista diplomático e legal, como um ganho, porque não há uma interrupção. A grande preocupação era perder o único instrumento legalmente vinculante que a convenção tem hoje, isto é, Kioto — disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Uma segunda derrota consecutiva em torno de um acordo de redução das emissões de gases do efeito-estufa significará o fracasso das negociações multilaterais da ONU, que exigem que decisões só sejam adotadas se todos os países concordarem. Embora o grande nó das discussões sejam as metas para um segundo período de compromisso do Protocolo de Kioto, várias outras questões estavam em aberto.

Por isso, países como a Bolívia chegaram a desistir de negociar. Diante das demonstrações de que um acordo importante era impossível, o grupo de países insulares (Aosis) demonstrava que não esperava muita coisa de Cancún, jogando para Durban (África do Sul), onde será sediada a próxima conferência climática, no ano que vem, as esperanças de que algo mais ambicioso seja obtido.

Até o final da noite, os temas que estavam mais adiantados eram adaptação (ações que países em desenvolvimento devem tomar em resposta às mudanças climáticas e que são financiadas pelos países ricos); transferência de tecnologia verde dos ricos para os em desenvolvimento; e um mecanismo de proteção das florestas, financiado pelos ricos. O mecanismo conhecido como REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), no entanto, também tinha arestas a aparar. Uma delas era como conciliar os direitos de povos indígenas nos projetos de preservação florestal.

O tema mais importante da negociação — a adoção de metas de redução de emissões — não foi concluído. O máximo que os negociadores esperam alcançar é o compromisso de que o Protocolo de Kioto continuará valendo para que, em 2011, novas metas sejam definidas.

* A repórter viajou a convite da CNA

Declaração Oficial da Delegação Brasileira na COP-16– Sítio Eletrônico do MMA - 11/12/2010

O Brasil tem a honra de ter participado deste esforço bem sucedido em Cancun no impulso global na luta contra as mudanças climáticas. O trabalho árduo de todos os participantes da COP-16 demonstrou que uma abordagem multilateral pode dar certo quando há transparência, inclusão e compromisso.

Depois de muitos anos de esforços e duas semanas intensas de negociações, o Brasil está especialmente satisfeito com o fato de a comunidade internacional ter encontrado uma solução para as profundas divergências em relação a uma segunda fase de compromissos do Protocolo de Quioto. Foi uma honra para nós ter trabalhado em

parceria com o Reino Unido na co-presidência das negociações desse contencioso a pedido da presidência mexicana. Acreditamos que o Protocolo é essencial para que o impacto sobre as mudanças climáticas seja significativo, e apoiaremos a prossecução dos esforços para o estabelecimento de um compromisso legalmente vinculante.

Problemas globais demandam soluções globais, e o Brasil está comprometido em fazer sua parte a fim de garantir a construção de uma economia de baixo carbono no futuro.

Países criam fundo bilionário do clima – Claudio Angelo e Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2010

A conferência do clima de Cancún terminou às 3h30 da madrugada de ontem com bate-boca diplomático, aplausos e um fundo bilionário, os Acordos de Cancún, que resolvem as pendências deixadas há um ano pela reunião de Copenhague. Porém, a proteção efetiva da atmosfera, com um acordo internacional com peso de lei, ficou para o futuro. O mundo pós-Cancún continua no rumo de chegar a 2020 emitindo até 9 bilhões de toneladas de CO2 a mais do que poderia, o que anularia as chances de manter o aquecimento global abaixo do nível seguro de 2°C.

FUNDO E FLORESTA

Entre as principais decisões tomadas em Cancún está a criação do Fundo Verde do Clima, que financiará ações de adaptação e combate à mudança climática nos países em desenvolvimento.

O fundo se beneficiará de duas promessas feitas em Copenhague: US\$ 28 bilhões a curto prazo (parte do dinheiro já está sendo oferecido, e os repasses seguem até 2012) e um valor maior a longo prazo, que deve chegar a US\$ 100 bilhões por ano em 2020. Também foi finalmente acordado um mecanismo para compensar os países tropicais pela redução do desmatamento, o Redd+. Como o desmatamento responde por cerca de 15% das emissões globais, o Redd+ deverá ser uma medida de mitigação do efeito estufa barata e eficaz. A única delegação que tentou barrar o Redd+ em Cancún foi a da Bolívia -o país de Evo Morales acredita que o mercado global de carbono estimula o capitalismo. O país bloqueou a reunião. A presidente da COP-16, a chanceler mexicana Patrícia Espinosa, resolveu a questão declarando o consenso por atingido. A Bolívia chamou a manobra de "atentado às regras da convenção". "A regra de consenso não significa unanimidade, nem que uma delegação possa impor se impor sobre a vontade das outras", disse Espinosa. Foi aplaudida. Espinosa não foi a única a ganhar palmas. Todd Stern, negociador dos EUA, também foi aplaudido. "Vamos fechar este acordo e colocar o mundo na direção de um futuro sustentável e de baixo carbono", disse. A venezuelana Claudia Salerno, cuja obstrução no ano passado levou Copenhague a pique, também mudou de atitude e apoiou o acordo -contra a aliada Bolívia. "Meu país está inundado e eu agora posso voltar para casa dizendo que tenho alguma coisa", afirmou.

KYOTO PARA DEPOIS

Muitas decisões importantes, porém, foram simplesmente postergadas.

A principal diz respeito à sequência do Protocolo de Kyoto, devido à resistência de Japão, Rússia e Canadá. O acordo fala apenas em evitar um hiato na proteção ao clima após 2012, quando Kyoto expira, mas nenhum país fica obrigado a nada. Houve, portanto, alguma insatisfação com o texto final. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que daria nota 7,5 aos Acordos de Cancún.

Bolívia tentou barrar acordo em Cancún – Claudio Angelo e Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2010

DOS ENVIADOS A CANCÚN

Por pouco uma objeção da Bolívia não pôs a reunião a perder. O país se opôs ao texto dos Acordos de Cancún e bloqueou a reunião. Como a regra das ONU determina decisões por consenso, o voto boliviano poderia levar o encontro à breca. A presidente da COP-16, a chanceler mexicana Patrícia Espinosa, resolveu a questão declarando o consenso por atingido. A Bolívia chamou a manobra de "atentado às regras da convenção". "A regra de consenso não significa unanimidade, nem que uma delegação possa impor se impor sobre a vontade das outras", disse Espinosa. Foi aplaudida. Espinosa não foi a única a ganhar palmas. Prova de que se exorcizou o fantasma de Copenhague foi o fato de que Todd Stern, negociador dos EUA, também foi aplaudido. "Vamos fechar este acordo e colocar o mundo na direção de um futuro sustentável e de baixo carbono", disse. A venezuelana Claudia Salerno, cuja obstrução no ano passado levou Copenhague a pique, também mudou de atitude e apoiou o acordo -contra a aliada Bolívia. "Meu país está inundado e eu agora posso voltar para casa dizendo que tenho alguma coisa", afirmou. (CA e ML)

Menos vulnerável, Brasil não deve receber dinheiro 'verde' – Miguel Angelo e Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2010

Um ano se passou desde o fiasco de Copenhague, e mesmo o resultado modesto da COP-15 enfrentou dificuldade para ser sacramentado nesta COP-16, em Cancún. Nos salões do resort Moon Palace, apelidado "Mundo da Lua", não se discutiram de modo concreto novas metas de redução de gases do efeito estufa, necessárias para manter o aquecimento abaixo dos 2C seguros. A conferência andou de lado, por assim dizer, com pequenos avanços localizados, como algum detalhamento do acordo sobre redução de desmatamento (Redd+) e de fundos para medidas de mitigação, como redução de desmatamento, e adaptação. Os países ricos se comprometeram a desembolsar, até 2012, um valor "aproximado" de US\$ 30 bilhões. É o chamado "fast start", dinheiro para países menos desenvolvidos começarem a se preparar para a mudança do clima e impactos já em curso, como erosão da costa e salinização dos lençóis freáticos. Além disso, as nações desenvolvidas prometem aumentar doações privadas e governamentais, até 2020, para a casa dos US\$ 100 bilhões anuais. O Fundo Verde criado em Cancún, que receberá parte "significativa" desses fundos, começa sob administração provisória do Banco Mundial, mas supervisionado por um conselho em que países pobres terão no mínimo representação paritária.

É pouco provável que o Fundo Verde beneficie diretamente o Brasil. A prioridade fica com os países mais atrasados e vulneráveis, como os da África. Além disso, o país já criou o Fundo Amazônia, na área de florestas, com a doação de mais de US\$ 100 milhões da Noruega, em 2009, primeira parcela do valor de US\$ 1 bilhão prometido pelo país nórdico. Por fim, em Copenhague, o presidente Lula já havia oferecido a possibilidade de o Brasil entrar como doador no fundo. Para que avanços mais reais aconteçam, é necessário resolver um mal que se agrava a cada COP: os EUA não estão preparados para assumir compromissos de redução de emissões proporcionais a seu peso como poluidor, hoje e no passado. Os países que subscreveram o Protocolo de Kyoto já estão fazendo seus cortes, como a União Europeia e o Japão. Até países em desenvolvimento que são grandes emissores - Brasil, China e Índia - estão fazendo cortes. A cada ano que passa, o passivo dos EUA aumenta. Se não for resgatado, o sistema climático quebra. É quase certo que essa dívida sofrerá algum desconto, por impagável na totalidade.

Principais Pontos do Texto Final – Folha de São Paulo – Ciência – 12/12/2010

Será estabelecido um Fundo Verde do Clima para financiar ações de combate ao aquecimento global nos países em desenvolvimento, que vai gerenciar uma verba que deverá chegar a US\$ 100 bilhões por ano em 2020. A proteção de florestas nos países em desenvolvimento, com a redução das emissões através de desmatamento evitado (via manejo sustentável, por exemplo), receberá dinheiro. Serão criados ao redor do mundo Centros de Tecnologia de Clima, para identificar tecnologias limpas adequadas aos países em desenvolvimento. Entre 2013 e 2015, acontecerá uma revisão das metas de longo prazo da redução de emissões de CO₂ no mundo inteiro.

Operação Arco Verde beneficia Amazônia – Sítio Eletrônico do MAPA – 12/12/2010

Brasília – O governo federal tem trabalhado de forma integrada para alcançar metas da Operação Arco Verde, em funcionamento desde 2008, segundo o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, que encerrou o 2º Encontro Nacional da Operação Arco Verde, na noite desta segunda-feira, 13 de dezembro, em Brasília. Para Bertone, inúmeros programas em execução na Amazônia vão proporcionar a utilização adequada da terra e a geração de renda para os agricultores da região.

O secretário citou como exemplo o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, que desenvolve variedades propícias para a região, vinculando a opção pela cultura à titularização da terra e ao financiamento das atividades a longo prazo. A ação envolve os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

Os 43 municípios atendidos pela Operação Arco Verde estão localizados nos estados de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Roraima. A iniciativa promove a cidadania, saúde e apoio agropecuário. Entre as ações do Ministério da Agricultura está o investimento de mais de R\$ 12 milhões na aquisição de patrulhas mecanizadas, equipamentos agrícolas, treinamento de técnicos e recuperação de estradas, de 2008 a 2010.

Para 2011, como parte das ações da operação, o ministério vai reforçar o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia com mais R\$ 4 milhões, priorizando os municípios que apresentam áreas degradadas, ociosas ou subprodutivas. Trata-se de uma ação conjunta com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que prevê investimentos nos próximos 18 meses, para a reincorporação dessas áreas ao processo de produção agropecuária sustentável. A medida vai contribuir para diversificar e aumentar a oferta de alimentos, energia e madeira nas áreas degradadas e para a redução do desmatamento da floresta nativa.

Segundo Bertone, quem planta palma na região vai colher, em três anos, a primeira safra e após seis anos terá uma produção razoável. Para apoiar o agricultor, o governo financia a cultura a juros baixos, por meio do Programa de Produção Sustentável da Palma, e dá assistência técnica, garantindo o desenvolvimento da área e a distribuição de renda.

Durante o encontro, o prefeito do município Mato Grossoense Peixoto de Azevedo, Sinvaldo Brito, representante das regiões que integram a Operação Arco Verde recebeu, simbolicamente, títulos de propriedade de terra de 14 municípios. A ideia é que esse exemplo se multiplique em relação à concessão da titularidade da terra e em termos de produtividade em condições sustentáveis, respeitando o meio ambiente, preservando a Amazônia.

Operação Arco Verde

O objetivo da Operação Arco Verde é promover o desenvolvimento sustentável da região, com prioridade ao combate ao desmatamento da Amazônia Legal. Lançada em 2008, a operação deu início a uma série de políticas e ações públicas de estímulo à produção sustentável. O projeto conta com o apoio de oito ministérios: Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Cidades, Integração Nacional, Trabalho, Justiça e Saúde.

Estima-se que existam hoje cerca de 70 milhões de hectares de pastagens degradadas no Brasil – 16 milhões somente na Amazônia –, além de 17 a 18 milhões de hectares de áreas desmatadas abandonadas pelos produtores após um período de exploração agrícola. *(Sophia Gebrim)*

COP 16: soluções falsas e perigosas para mudar o rumo das mudanças climáticas – Sítio Eletrônico da CPT – 13/12/2010

Apesar do acordo firmado no início da COP 16, em Cancún, camponeses (as) e militantes de várias partes do mundo vão continuar a resistência. Bolívia, um dos únicos países a levantar a voz contra os acordos da Conferência, vai pedir a anulação de tais acordos na corte de Haia.

No dia 28 de novembro, organizações sociais do mundo todo iniciaram uma intensa jornada de luta no marco da Cúpula sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP 16).

Desde até o dia 9 de dezembro, foram realizadas marchas, assembleias, oficinas, fóruns e ações globais para inserir diversos povos e nações na luta pelo resgate de um pensamento voltado para a proteção da Mãe Terra.

Durante vários dias, a intenção principal de todas as manifestações foi denunciar o desrespeito à natureza, a devastação ambiental que ameaça a humanidade e a comercialização de bens essenciais para a vida em benefício das transnacionais.

Na última sexta-feira (10), a Cúpula sobre o clima chegou ao fim, mas o mesmo não deve acontecer com as ações articuladas pelas organizações sociais e ambientais. Enquanto camponeses/as, povos indígenas, agricultores e

demais afetados pelas decisões em torno do clima não foram inseridos no debate, a luta não deve cessar.

Fazendo ecoar a voz de uma parcela desses povos, a Via Campesina tornou pública na quinta-feira (9) a 'Declaração de Cancun'. O documento afirma a necessidade de justiça ambiental e respeito à Mãe Terra e demonstra que as medidas podem, de fato, esfriar o planeta, e reverter problemas como a insegurança alimentar, que estão estreitamente ligados às mudanças climáticas. É também mais um meio para denunciar os atuais modelos de consumo, produção e comércio, causadores da destruição ambiental.

Apesar do intenso debate em torno de temas que envolvem o clima mundial, a Via Campesina denuncia que os governos estão indiferentes ao aquecimento do planeta e por isso, as discussões são voltadas não para estratégias de resfriamento, mas para negócios financeiros especulativos, para a nova economia verde e a privatização de bens comuns.

Também é grave ver a disseminação e implantação de soluções falsas e perigosas, como a ação de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDSL) e a geoengenharia, considerados como 'comercialização dos bens naturais e compra de permissão para contaminar os créditos de carbono'.

A energia nuclear, a agricultura industrial, os produtos transgênicos, os tratados de livre comércio que beneficiam apenas os países do Norte e da Europa, e a atuação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial de Comércio, entidades que facilitam a ingerência de grandes transnacionais; são apenas algumas das iniciativas insensatas denunciadas.

O que se espera é a participação popular nas tomadas de decisões por meio de uma consultamundial, a valorização da agricultura familiar, atividade que ajuda a esfriar o planeta e garante a segurança alimentar; incentivos à mudança de estilo de vida e consumo; e políticas de proteção à biodiversidade.

Tudo isso precisa ser concretizado levando-se em consideração os princípios dos acordos feitos durante a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática, realizada em Cochabamba, na Bolívia. Na ocasião, os povos afetados pelas mudanças climáticas protagonizaram o cenário de debates e decisões e criam propostas efetivas para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa e gerar a justiça social e ambiental.

"Não mais dano à Mãe Terra? Não mais destruição ao planeta! Não mais despejos de nossos territórios! Não mais morte aos filhos e filhas da Mãe Terra! Não mais criminalização de nossas lutas!"

Bolívia vai contestar acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2010

Por considerar que os Acordos de Cancun, assinados na cúpula do clima que terminou na madrugada de sexta para sábado, violaram as regras da ONU, a Bolívia anunciou que vai recorrer à Corte Internacional de Justiça de Haia para anulá-los. O país argumenta que o marco legal das Nações Unidas sobre as cúpulas internacionais deixa claro que as decisões precisam ser tomadas por consenso. A Bolívia considera que sua posição - o país foi o único dos 194 a querer bloquear o acordo - foi ignorada em Cancun.

O chefe da delegação boliviana, Pablo Solón, disse que o "rompimento de uma regra da ONU gera um precedente funesto". Segundo ele, a presidente do encontro de Cancún, Patrícia Espinosa, está consciente de que não poderia ter declarado consenso atingindo mesmo com a oposição da Bolívia. "Os que estão aí sabem o que fizeram. Foi tudo com o objetivo de impor uma posição", disse o boliviano. O que Espinosa, que é a chanceler do México, fez para irritar tanto a delegação da Bolívia foi declarar, já na reta final das negociações em Cancún, que "a regra de consenso não significa unanimidade, nem que uma delegação possa impor se impor sobre a vontade das outras". Foi aplaudida e evitou, assim, que a Bolívia levasse a cúpula à breca. O país se opõe especialmente ao fortalecimento do mercado internacional de carbono. Nas palavras do presidente boliviano, Evo Morales, em Cancún: "converter a natureza em mercadoria é garantir a sobrevivência do capitalismo". Um dos pontos principais do texto final da cúpula é justamente trocar dinheiro pela preservação de florestas nos países tropicais -desde os primeiros dias do encontro, já se esboçava a presença desse item no acordo final. Por isso, desde o começo da cúpula existia no ar uma divisão entre a delegação boliviana e as outras. Logo na abertura da COP, no dia 29 de novembro, os negociadores de Papua-Nova Guiné bateram boca com os bolivianos. Defendiam justamente que consenso total não fosse necessário. Depois, no dia 6 de dezembro, a briga foi com os EUA. No dia, documentos do Wikileaks mostraram a estratégia dos EUA de "neutralizar ou marginalizar" países "pouco dispostos a ajudar" nas negociações do clima, com destaque especial para a Bolívia. Solón disse, então, que os papéis só confirmavam a "a interferência, a pressão e a chantagem lamentavelmente conduzidas pelos EUA". Solón se negou a especular, agora, por que países tradicionalmente aliados de La Paz, como a Venezuela, aceitaram o acordo de Cancún. Se limitou a dizer que a Bolívia tem "princípios, princípios que não vendemos".

Queda do desmatamento é quase o dobro na região da Arco Verde– Sítio Eletrônico do MMA - 13/12/2010

Paulenir Constâncio e Carlos Américo

A maioria dos 43 municípios que mais desmatam na Amazônia, o chamado arco de fogo, apresentou índices de desmatamento abaixo da média do bioma. A redução chegou a 23%, contra os 14,6% medidos pelo Prodes entre agosto de 2009 e julho de 2010. Os números foram apresentados nesta segunda-feira (13/12), em balanço da Operação Arco Verde Terra Legal, conjunto de medidas que começaram com o mutirão realizado em 2009 e durante todo este ano levou sustentabilidade e regularização fundiária à região.

No II Encontro Nacional da Operação Arco Verde, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que essa queda do desmatamento da Amazônia, em especial nos municípios da operação, é o resultado das atividades de comando e controle e de alternativas de desenvolvimento sustentável.

"A Arco Verde mostra que tem saída. É possível reduzir o desmatamento e ter desenvolvimento na Amazônia. Se fecha uma propriedade ilegal, tem que dar renda, educação e oportunidade para o desenvolvimento sustentável local. E a Operação Arco Verde dá isso", ressaltou a ministra. Para a ministra, só tem sentido discutir o planeta se a gente pode resolver os problemas das realidades das pessoas.

Para ela, a base da Arco Verde é que atende à sociedade, ouve suas demandas e cria alternativas sustentáveis de acordo com a necessidade de cada município. "Dá para todo mundo produzir e viver na terra, ajudar o desenvolvimento do país sem ir contra a lei ambiental", avalia a ministra.

Paragominas, no sul do Pará, onde as medidas de repressão culminaram com a queima de veículos de fiscalização e da sede do Ibama, é o primeiro a sair da lista dos maiores desmatadores. Comparado com o período anterior, o município reduziu em 13% a área desmatada.

No encontro, que reuniu prefeitos, secretários municipais de meio ambiente e autoridades do governo federal em Brasília, ficou prevista a criação, em 2011, de um sistema de monitoramento municipal. A ideia é acompanhar de perto a evolução da redução das áreas desmatadas e poder cobrar dos governos estaduais e federal que sejam cumpridos os acordos da operação.

Paragominas deixa a lista depois de ter georreferenciado todas as propriedades do município, conseguir o Cadastro Ambiental Rural, o CAR, para 80% das propriedades e reduzir de 300 para 16 o número de serrarias em atividade. De acordo com o vice-prefeito, Paulo Tocantins, "a situação agora está sob controle". Ele explica que inicialmente a atividade produtiva municipal - que depende em parte do carvão e da extração da madeira - teve uma pequena redução, mas que já começa a mostrar sinais de crescimento sem desmatamento ilegal. Para ele, o próximo passo é inibir o desmatamento nos assentamentos. Ele avalia que são mais de 1.000 famílias assentadas onde a sustentabilidade está chegando aos poucos. "Estamos fazendo pactos, envolvendo toda a sociedade para chegar aos resultados", explica.

Segundo Paulo Cabral, secretário-executivo da Arco Verde, existem políticas de médio e longo prazos que precisam ser implementadas para levar sustentabilidade aos municípios amparados pelo programa. Em 2011, o esforço do governo, estados e municípios será no sentido de levar assistência técnica, crédito, transferência de tecnologia e avançar na regularização fundiária. São etapas onde, segundo esclarece, o envolvimento dos produtores e da sociedade é fundamental. As ações, que envolvem 14 órgãos públicos, têm como meta a mudança da economia nesses municípios. Muitos ainda têm a economia local atrelada à exploração predatória dos recursos naturais, principalmente a madeira.

Terra Legal - A operação Arco Verde empreendeu 2,2 mil ações, das quais mais de 85% foram concluídas e as demais são de longo prazo ou contínuas. O programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, promoveu a regularização fundiária de mais de 285 propriedades rurais e 17 urbanas, e tem cadastradas 21 mil propriedades.

A Arco Verde também investiu R\$ 317 milhões em financiamento de atividades de agricultura e pecuária. O desafio para o próximo ano continua a mudança do modelo produtivo dos municípios que mais desmatam para a sustentabilidade.

Mudanças climáticas

A ministra Izabella falou com jornalista, na entrada do evento, sobre o resultado da 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-16). Para ela, em Cancún venceu o multilateralismo, com uma grande capacidade de negociação entre os participantes. Segundo ela, a delegação brasileira teve um papel estratégico nos debates sobre um acordo pós- Protocolo de Quioto, REDD + e fundo de adaptação.

Segundo a ministra, o êxito da reunião foi porque o governo mexicano escolheu temas, no chamado "pacote balanceado", para orientar as negociações. "Esses temas fizeram avançar a agenda do clima e fez com que Cancún tivesse uma declaração política. O resultado de Cancún é um resultado político de vários países para construir uma ação coordenada sobre clima", destacou. Não estava na pauta da COP-16 um acordo global.

Fundo de Adaptação foi a surpresa da COP 16. Tínhamos dificuldades nas negociações, mas conseguimos fechar um modelo bastante razoável, em que o fundo fica sob o guarda-chuva da convenção e gerido pelo Banco Mundial, com comitê composto por países desenvolvidos e emergentes, explicou a ministra. Ela também ressaltou o êxito nas discussões sobre REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), mecanismo que pode gerar pagamento pela proteção das florestas.

Por outro lado, a discussão sobre o Protocolo de Quioto foi o ponto fraco da reunião. Muito países desenvolvidos, de acordo com ela, sequer admitiam discutir um segundo período de compromisso do protocolo que tem metas de redução de emissão para os países desenvolvidos. Ela destacou como positivo que as negociações sobre pós-Quoto continuam abertas.

O anúncio do decreto sobre os cenários de redução de emissões, o primeiro do mundo a apresentar metas, foi aplaudido na COP 16. "Isso nos colocou com mais protagonismo internacional. O Brasil sempre teve esse papel porque é um país de economia emergente, com uma equipe diplomática e técnica de alta qualidade no tema", ressaltou. "Neste ano, o Brasil está de parabéns com os resultados das convenções do Clima e da Biodiversidade", finalizou.

Cancún, novo fôlego para negociações do clima - Renato Grandelle – O Globo – O Mundo – 13/12/2010

Para um encontro fadado ao fracasso, a Convenção das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP-16), encerrada ontem em Cancún, surpreendeu. O encontro deu fôlego novo para o clima, tirando da letargia o difícil processo de negociação das Nações Unidas — onde a exigência de unanimidade freou os debates desencadeados no ano passado, em Copenhague. Ainda que tenha frustrado as esperanças do mundo inteiro, a conferência na Dinamarca foi fundamental para que, agora, os negociadores conseguissem tímidos avanços. Esta é a opinião de Suzana Kahn Ribeiro, professora de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ e integrante da diretoria do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que esteve em Cancún e, em entrevista ao O GLOBO, fez um balanço sobre as principais conquistas do evento — além de tecer elogios aos representantes brasileiros.

COPENHAGUE X CANCÚN: “O início da COP-16 foi marcado pela falta de esperança; em um cenário como este, o que acontecesse seria lucro. A conferência deste ano acabou mais produtiva do que o encontro realizado na Dinamarca, em dezembro passado. Ainda assim, as duas convenções estão completamente ligadas. Um dos

maiores avanços que tivemos agora foi tornar oficial o Acordo de Copenhague, porque, na época em que ele foi feito, não era reconhecido como um documento oficial. Pelo contrário: no decorrer do ano, ele foi muito combatido, acusado de não ter sido fruto de um processo transparente. E reconhecer aquele Acordo foi um grande avanço, porque ele estabelece compromissos como evitar que a temperatura global aumente mais do que 2 graus Celsius; do contrário, as mudanças climáticas podem ser irreversíveis.”

FUNDO VERDE: “Este foi outro tópico muito debatido em Copenhague, mas havia uma grande resistência dos países pobres de que a administração dos recursos (US\$30 bilhões até 2012; depois, e até 2020, US\$100 bilhões anuais) ficasse nas mãos do Banco Mundial. Trata-se de uma instituição em que eles não têm influência. Queriam, portanto, que o gerenciamento da verba coubesse à própria Conferência do Clima, mas ela ainda não tem estrutura para assumir este compromisso. Então, foi definido que, num primeiro momento, o Banco Mundial será responsável pelo dinheiro, e, depois, a COP criará um comitê, onde os países em desenvolvimento terão assento, para assumir esta verba.”

REDD: “Não é possível construir uma casa sem ter suas fundações. Era isso o que acontecia com o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, um fundo destinado à preservação de florestas tropicais): havia uma série de questões pendentes. Não se sabia que salvaguardas um país teria para manter a biodiversidade, qual é o montante de carbono que se tem em uma determinada área... Enfim, todos os aspectos técnicos avançaram e a regulamentação está concluída. De qualquer maneira, o Brasil não receberá dinheiro em um primeiro momento. O importante, agora, é destinar recursos para o monitoramento das florestas. Já fazemos isso, e de forma exemplar. Em Cancún, definimos o que é o REDD; falta saber como ele vai ser pago, e isso ficou para o ano que vem.”

POSTURA DO BRASIL: “A ausência do presidente Lula foi compreensível, porque não havia outros líderes mundiais no encontro. Talvez tenha sido bom que os chefes de Estado ficassem longe de Cancún, porque todo o processo foi encaminhado por equipes técnicas, que discutem as questões climáticas durante o ano inteiro. A atuação brasileira foi muito positiva. Regulamentamos o decreto das mudanças climáticas, assinado no ano passado. Temos, agora, uma meta quantitativa de emissões: sabemos o número de toneladas de CO₂ que vamos deixar de emitir nos próximos anos.

E firmar este compromisso foi fundamental. O Brasil deu um sinal a outros países de sua disposição para combater as mudanças climáticas. No âmbito interno, este anúncio também é uma boa notícia, porque facilita o planejamento de diversos setores econômicos.”

BALANÇO: “A presidente da COP, Patricia Espinoza (secretária de Relações Exteriores do México) teve desempenho exemplar. Certamente ela aprendeu muito ao observar a atuação desastrosa do primeiro-ministro dinamarquês, Lars Rasmussen, no ano passado. Copenhague foi marcada pela insatisfação gerada por documentos e rascunhos de acordos, que não se repetiram em Cancún. Também conseguiu-se evitar que fosse incluído, como parte do Fundo Verde, recursos já destinados atualmente por países desenvolvidos a nações pobres. Em vez de mais dinheiro, portanto, haveria apenas uma troca de rubrica de ajuda já existente. Mas existe uma certa frustração porque a velocidade das negociações é impressionantemente lenta e deslocada da urgência do assunto. Cito mais uma vez o Fundo Verde: em Copenhague, concordou-se sobre a sua necessidade; em Cancún, os países definiram quem vai gerar estes recursos. Só em Durban, na África do Sul, saberemos de onde virá este dinheiro. Enquanto isso, um acordo mais efetivo não é feito.”

Os aplausos que encerraram a 16ª Convenção das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU, no sábado, não foram suficientes para silenciar um alerta: os cortes nas emissões de gases-estufa estão muito aquém do necessário. Se as metas atuais não forem atualizadas, o mundo chegará a 2020 emitindo até 12 bilhões de toneladas de carbono a mais do que o recomendável. É mais do que o suficiente para tornar as mudanças climáticas incontroláveis. E o encontro em Cancún pouco fez para mudar este quadro. EUA e China, os maiores poluidores da atmosfera, seguem retardando, por motivos políticos e econômicos, um engajamento mais expressivo na luta contra o aquecimento global.

Para o climatologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a inércia das potências globais pode dominar também as próximas conferências. Nobre faz eco a analistas internacionais, incrédulos que o presidente Barack Obama conseguirá aprovar uma legislação climática em seu mandato.

— Se ele for reeleito com ampla margem de votos, aí ele poderá atuar com força para promulgar o projeto a partir de 2013 — pondera Nobre. — Do contrário, nem o texto que tramita agora, que impõe metas muito modestas, será aprovado.

A China, de acordo com Nobre, observa os EUA enquanto investe em energia limpa. Em quatro anos, sua geração de energia eólica e solar será maior do que dos EUA. Em 2020, vai superar toda a produção energética brasileira.

— Como potência que é, a China quer vender tecnologia verde para o mundo — ressalta Nobre. — E, em 2050, o mercado de painéis solares, que poderão fornecer até metade da energia produzida no mundo, será extremamente lucrativo. Enquanto a China não dominar este setor, ela não assumirá metas para reduzir sua liberação de gases na atmosfera. Até lá, continuará com sua estratégia atual: prometendo que o crescimento das emissões não será tão grande quanto o projetado.

Como este debate só ganhará contornos nas próximas décadas, Cancún registrou só “microprogressos”, diz Nobre.

Seu maior feito pode ter sido evitar a morte do Protocolo de Kioto, dada como certa no início da COP-16. Trata-se do único acordo que estabelece metas legais para seus signatários — embora estes compromissos só sejam cobrados dos países desenvolvidos. Ainda assim, as metas são muito modestas. Espera-se que, até 2012, seus signatários tenham cortado 5,3% de suas emissões. Na segunda etapa (2013-2020), será preciso reduzir entre 25 e 30% dos gases-estufa.

REDD já movimentou US\$4,5 bilhões Os negociadores ainda hesitam em debater o aquecimento global, mas já progrediram na discussão sobre o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), um fundo destinado à preservação de florestas tropicais como as da Amazônia e da Indonésia.

— Sabemos que o REDD terá três fases: na primeira, já em vigor, os países montarão redes de monitoramento das florestas — explica Paulo Moutinho, diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). — O REDD usará recursos do Fundo Verde, que terá US\$100 bilhões por ano. Mas falta decidir se os países ricos podem cumprir seus cortes de emissões investindo na floresta de nações pobres. Parece um mercado interessante, mas ainda gera controvérsia.

Investimentos como este e na montagem de redes de vigilância de florestas, segundo Moutinho, já movimentam US \$4,5 bilhões no planeta.

Senadora Kátia Abreu destaca repercussão do Projeto Biomassa COP-16 – Sítio Eletrônico da CNA – 15/12/2010

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, destacou o Projeto Biomassa como uma das principais ações realizadas pela entidade em 2010, na coletiv realizada em Brasília nesta quarta-feira (15/12) na sede da entidade. Após um abençoado dia de participação na COP-16, que atraiu a atenção da mídia global, como, por exemplo, a BBC, que destacou o Projeto Biomassa em segundo lugar como os 10 melhores fatos a comemorar no evento, o próximo passo será participar dos principais fóruns de discussões ambientais do mundo. O objetivo é estabelecer parcerias e divulgar o projeto, que, segundo a presidente da CNA, poderá ser adotado por diferentes países.

Realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), envolverá o investimento de US\$ 23 milhões, entre implantação operacional e marketing, com abrangência nos seis biomas nacionais (Pampa, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Amazônia e Mata Atlântica), num prazo de nove anos.

De acordo com a senadora Kátia Abreu, faltava no Brasil uma iniciativa que inserisse os produtores rurais de forma responsável. “Precisávamos de um projeto com base científica. Estamos fazendo a coisa certa, para gerar confiança entre os consumidores e adesão dos produtores”, ponderou a presidente da CNA. O Projeto Biomassa organiza todas as técnicas de produção, de modo a torná-las disponíveis aos produtores. Em cada bioma haverá uma propriedade que servirá como vitrine tecnológica, para que os produtores observem in loco as práticas que se adaptam às suas realidades de produção.

O fim do projeto de pesquisa e implantação coincidirá com o prazo estabelecido pelo governo brasileiro para cumprir as metas do Projeto ABC. Por meio dele, o Brasil se compromete a reduzir 176 toneladas de carbono equivalente até 2020. A agropecuária é responsável por 18% das emissões e por 60% do desmatamento, tendo como base 2005.

A Embrapa calculou que serão necessários R\$ 56 bilhões para atingir as metas de adesão voluntária - até o momento o País não adotou compromissos vinculantes de redução das emissões. A presidente da CNA informou que o governo brasileiro disponibilizou até o momento R\$ 2 bilhões para 2011. “Caso a liberação de verba tenha esse ritmo, só vamos atingir as metas em 2028. Então precisamos de mais recursos”, opinou. A senadora disse que a participação em eventos internacionais de meio ambiente servirá também para a prospecção de possíveis investidores em projetos ambientais, ação com a qual pretende ajudar o Brasil a atingir as metas no prazo.

Adiamento da votação do novo Código Florestal pode aumentar a insegurança jurídica no setor rural – Sítio Eletrônico da CNA – 15/12/2010

O adiamento da votação da proposta de atualização do Código Florestal poderá aumentar o quadro de insegurança jurídica entre os produtores rurais em 2011. O alerta foi feito nesta quarta-feira pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, ao fazer um balanço de 2010 e falar sobre as perspectivas do setor agropecuário para o próximo ano. Um dos motivos para este cenário de instabilidade no campo apontado pela senadora foi a renovação de metade da Câmara dos Deputados, onde a matéria aguarda apreciação. Desta forma, avaliou a senadora, há muitas incertezas sobre o andamento das discussões em torno do tema.

“Avançamos nos debates, mas não conseguimos votar nesse ano, infelizmente. No ano que vem é nova legislatura e 50% dos deputados são novos, que precisam conhecer a matéria para votar. Ouseja, todo o debate deve começar de novo”, disse a presidente da CNA. Na sua avaliação, enquanto vivem a expectativa de aprovação da proposta de atualização do Código Florestal, relatada pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB), 90% dos produtores continuam criminalizados e preocupados com decreto editado pelo governo no fim de 2009, definindo prazo de averbação de reserva legal até junho de 2011. “Não sabemos o que vai acontecer, se o decreto vai vencer, se a modificação da legislação ambiental virá, e os ambientalistas vão insistir nos seus equívocos”, ressaltou.

Outro fator relacionado à insegurança jurídica mencionado pela presidente da CNA foram as invasões de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para contribuir com o combate a essas invasões, Kátia Abreu lembrou que a entidade promoveu uma ampla campanha e desenvolveu estudos que mencionam o prejuízo econômico causado pelos atos promovidos em alguns estados. “A sociedade precisa entender que as invasões causam prejuízo não apenas para o João, o José ou o Pedro, mas para toda a economia do país. A terra não precisa ser 100% invadida, mas já afasta o empresário que quer investir”, afirmou.

A questão da logística e infraestrutura também foi abordada pela senadora na entrevista coletiva. Segundo ela, o governo precisa priorizar investimentos em regiões produtoras de grãos. “O governo precisa ver se precisa do trembala ou se quer melhorar a logística no centro-oeste, que produz metade da produção de grãos no País. Se tiver mais dinheiro, faz o trembala”, enfatizou.

Triplique número de afetados pelo clima – Wilson Tosta – Estado de São Paulo – Vida & - 15/12/2010

De 2007 a 2009, triplicou o número de brasileiros afetados por inundações, secas, vendavais e temperaturas extremas. É o que revela o Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, lançado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento mais impressionante ocorreu no item inundações. Em 2009, as enchentes – que em 2007 haviam afetado 1 milhão de pessoas – impactaram 3,2 milhões de brasileiros. No item secas, o salto foi de pouco mais de 750 mil para cerca de 1,8 milhão, e nos desastres com causas eólicas e temperaturas extremas, o número de afetados passou de 200 mil para 800 mil.

As informações do atlas foram divulgadas três dias após o fim da Conferência do Clima das Nações Unidas, realizada em Cancún, México (mais informações nesta página).

Em sua sexta versão – a primeira foi em 1937 e a quinta, em 2000 –, a publicação mostra a evolução da proporção de vítimas dos tipos de desastre distribuídos pelo território brasileiro no período 2007-2009.

O atlas revela, por exemplo, que Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Piauí foram os Estados que tiveram a maior proporção de habitantes afetados – entre 12,1% e 15,2%.

No ano passado, os gaúchos foram os mais afetados pelas secas. Do 1,6 milhão de habitantes que sofreram com desastres naturais no Estado, mais da metade enfrentou a falta de chuvas. No mesmo ano, os capixabas foram fortemente afetados pelas enxurradas.

Os números divulgados ontem abalam uma crença arraigada no senso comum: a de que o Brasil é um país livre de grandes tragédias naturais que afetam duramente outros países.

Eixos. Território e Meio Ambiente é o nome de um dos quatro “eixos” do atlas, que, por determinação legal, leva o nome daquele que é considerado o maior geógrafo nascido no Brasil, Milton Santos (1926-2001).

Em suas páginas, dissecam questões como uso de agrotóxicos, espécies em extinção, reservas florestais, cobertura vegetal, biomas, queimadas, ameaças à biodiversidade – tudo referenciado em mapas coloridos do Brasil e dos Estados. As fontes são o próprio IBGE e órgãos oficiais, do Instituto Chico Mendes à Fundação Nacional do Índio, abrangendo instituições internacionais, como o Banco Mundial.

Nas páginas de Ameaças à Biodiversidade, por exemplo, é possível ver a Concentração de Fontes de Ameaças, representadas por uma escala de cores que vai do amarelo (muito baixa) a negro (muito alta). A ilustração expõe a proximidade e a distância de unidades de conservação, por exemplo. O período examinado vai até setembro de 2009. Em outras páginas é possível ver a representação da Poluição Industrial Potencial e do Uso de Agroquímicos.

A primeira, com dados de setembro de 2010, mostra que os Estados que concentram mais poluentes são São Paulo e Minas Gerais. Um gráfico indica que o poluente industrial mais emitido no País é o monóxido de carbono (CO). Sozinha, a indústria metalúrgica responde pela emissão anual de 400 mil toneladas dessa substância. A segunda revela que São Paulo liderou, em 2005 (último dado disponível), o consumo de agrotóxicos, com 55 mil toneladas anuais.

Trabalho. A elaboração do atlas envolveu 40 pesquisadores. De acordo com o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, exemplares do atlas serão enviados para representações diplomáticas do Brasil no exterior.

Reunião da ONU discutiu aquecimento global

Encerrada na madrugada de sábado, a 16ª Conferência do Clima da ONU (COP-16), em Cancún, reuniu quase 200 países para buscar um acordo que limitasse as emissões de gases-estufa para frear o aquecimento global – apontado como vilão das mudanças climáticas. Na reunião, foram aprovados um fundo para países pobres e um mecanismo de proteção às florestas (Redd).

**Para vice boliviano, país não se isolou na cúpula do clima – Claudia Antunes –
Folha de São Paulo – Ciência – 15/12/2010**

O vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, disse que seu país pode ter ficado sozinho entre outras nações ao se opor ao documento final da conferência sobre o clima em Cancún, mas está acompanhado dos movimentos sociais. "Confiamos em que, mais cedo do que tarde, esse ponto de vista da sociedade civil será adotado pelos Estados", diz. "Somos um governo de movimentos sociais." Em abril deste ano, o governo boliviano, que tem fortes vínculos com organizações indígenas, promoveu em Cochabamba a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra. Em passagem pelo Rio para lançar seu livro "A Potência Plebeia" (editora Boitempo), sociólogo Linera criticou a "lógica de produzir e acumular" dos países industrializados, que "vão seguir causando danos ao ambiente". Questionado se ficou surpreso com fato de a Bolívia ter perdido o apoio mesmo de países da Alba (Aliança Bolivariana para as Américas), como Cuba e Venezuela, foi lacônico: "Isso nos chamou a atenção sim".

Brasil foi protagonista em conferências internacionais da ONU– Sítio Eletrônico do

MMA - 15/12/2010

Ana Flora Caminha

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou nesta quarta-feira (15/12) que o Brasil demonstrou possuir as três qualidades necessárias para contribuir para o sucesso das conferências internacionais: capacidade de diálogo, diplomacia eficiente e conhecimento técnico. A declaração foi feita em evento promovido pela Universidade de Brasília para discutir os avanços e desafios dos acordos de biodiversidade e clima, tratados em Nagoya, no Japão, e em Cancún, no México.

Em relação à 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada na segunda quinzena de outubro em Nagoya, a ministra explicou que estava em jogo, do ponto de vista político, o processo multilateral, questionado após a Conferência do Clima, em Copenhague, no final de 2009. "O Protocolo de Nagoya sobre acesso e repartição de benefícios foi negociado até o último minuto", lembrou a ministra.

Em Nagoya foram ainda definidas as metas para 2020, cujo desafio para o Brasil será a conservação da biodiversidade nos ecossistemas costeiros e marinhos. A ministra lembrou que, apesar de nenhum dos países ter cumprido as metas de conservação

estabelecidas para 2010, "o Brasil é o campeão no cumprimento das metas, tendo criado 75% das áreas protegidas em todo o mundo nos últimos oito anos."

A ministra falou do terceiro resultado da COP-10, que trata dos meios de financiamento para implementação das ações. "Será preciso construir a Estratégia Nacional até 2012, para então acessar os recursos necessários para implementar as ações, pois a partir de Nagoya o repasse de recursos deverá ser sempre associado a objetivos claros."

O secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Bráulio Dias, reforçou que, a partir da COP-10, os valores da biodiversidade serão incluídos nas contas públicas nacionais, até 2020 serão eliminados todos os incentivos econômicos perversos para a biodiversidade e serão criados incentivos positivos para valorização da biodiversidade, saindo da política tradicional de comando e controle.

Cancún - Segundo a ministra, a 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, no México não gerava muitas expectativas por conta dos resultados da COP-15 em Copenhague, mas surpreendeu a todos, mais uma vez, pelo protagonismo do Brasil que, junto com o Reino Unido, conseguiu assegurar que o Protocolo de Kyoto continue em negociação, apesar das profundas divergências em relação à segunda fase de compromisso.

Ela lembrou que, durante a COP-16, o Brasil anunciou a curva de redução das emissões até 2020, por meio de decreto assinado pelo presidente Lula. "Fomos o primeiro país do mundo a fazer um anúncio deste tipo, mesmo com o cenário de crescimento da economia", afirmou a ministra. "O Protocolo de Kyoto é essencial para que o impacto sobre as mudanças climáticas seja significativo e o Brasil está comprometido em fazer sua parte a fim de garantir a construção de uma economia de baixo carbono no futuro", assegurou a ministra.

Na COP-16, ONGs brasileiras destacam biocombustíveis e combate a desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA - 06/12/2010

A participação das organizações não governamentais brasileiras nos eventos paralelos da COP-16 mostra o compromisso da sociedade civil do Brasil em iniciativas que pretendem colaborar para reverter o problema global das mudanças climáticas e propor soluções inovadoras para o maior desafio da humanidade no século 21. Produção sustentável de biocombustíveis, ação empresarial e combate a desmatamento serão temas das discussões propostas pelas ONGs na Conferência das Nações Unidas sobre o clima.

A União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), entidade representativa das principais unidades produtoras de açúcar, etanol (álcool combustível) e bioeletricidade no sudeste do Brasil, realiza no dia 6 de dezembro uma discussão relacionada ao papel dos biocombustíveis na redução das emissões de gases causadores do aquecimento global na economia emergente e sua participação na promoção do desenvolvimento sustentável. A atuação dos empresários brasileiros nas discussões e iniciativas sobre mudanças climáticas no Brasil será tema de

evento realizado pelo Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS) no dia 7 de dezembro. Na discussão, a preparação do Brasil do ponto de vista das propostas para a redução das emissões de gases de efeito estufa para a conferência Rio+20, em 2012, a copa do mundo, em 2014 e os jogos olímpicos em 2016.

No dia 8 de dezembro, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) promove um debate sobre financiamento e ações políticas voltadas para REDD no Brasil nos níveis local, estadual e nacional. O objetivo é abrir espaço para apresentações de especialistas no processo de participação política entre parceiros no planejamento sub-regional visando a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Mudanças no Código Florestal deve ficar para o próximo ano – Sítio Eletrônico da Contag – 17/12/2010

As alterações propostas por Aldo Rebelo ao Código Florestal vão ficar para o próximo ano em virtude da negativa de votação em regime de urgência como desejava alguns setores do Congresso Nacional. Entre as mudanças encaminhadas está a anistia aos proprietários rurais que desmataram até dia 22 de julho de 2008, a redução de proteção das florestas e da diminuição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo dos leitos dos rios.

Outra proposta contida no relatório é a não obrigatoriedade da reserva legal para as propriedades de até quatro módulos fiscais mantendo as áreas remanescentes onde elas existam.

A Contag vai pressionar o Congresso para a inclusão do conceito de agricultura familiar conforme o previsto na Lei 11.326 e o cômputo da reserva legal com as áreas de preservação permanente, além de outros pontos negociados com o Ministério de Meio Ambiente por ocasião do Grito da Terra Brasil ainda em 2009, fruto de exaustivos debates pelo MSTTR visando dar tratamento diferenciado à agricultura familiar no país.

O debate sobre a flexibilização e a atualização da legislação ambiental, especialmente das florestas e dos mananciais de água doce, por certo serão um pontos centrais da agenda ambiental nos próximos anos, dado que existe uma pressão muito grande da sociedade nacional e internacional por mecanismos de proteção, notadamente nos países onde estes recursos existam em abundância. Estes foram um dos principais temas discutidos na COP 16 em Cancun, eivados de muitas polêmicas devido à necessidade da constituição de fundos financeiros para a implantação dos mecanismos de conservação e proteção.

Fonte: Elizário Toledo, assessoria da Contag

Em Cancún, entre sonho e realidade – Washington Novaes – O Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/12/2010

Como já se previra emartigoneste espaço (3/12), foram bastante modestos os resultados dareuniãoda Convenção doClima emCancún, no México. Quase todas as discussões importantes foram prorrogadas para o ano que vem: 1) Saber se haverá ou não um novo ProtocolodeKyoto, que obrigue os países industrializados a reduziremsuas emissões degases poluentes – o atual expira em2012 e ainda não foi

cumprido totalmente (e hoje os países industrializados, por ele abrangidos, emitem menos que os países em desenvolvimento – cerca de um terço do total, ante 85% em 1990); 2) saber com quanto cada país industrializado contribuirá para um fundo que ajude os países mais pobres a enfrentar mudanças climáticas (US\$ 30 bilhões até 2012 e US\$ 100 bilhões anuais até 2020); 3) saber como funcionará o Redd (redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas tropicais, com financiamento dos países mais ricos).

Não se aprovou nenhum acordo obrigatório para redução de emissões, embora os participantes reconheçam que “o aquecimento global é inequívoco” e que é preciso empenho para que o aumento da temperatura do planeta até 2015 não ultrapasse 1,5 grau Celsius (já subiu 0,8 grau e 2010 é o ano mais quente do planeta em mais de um século).

Mais difícil ainda será reduzir as emissões entre 25% e 40% (sobre as de 1990) até 2020; ou “50% ou mais até meados do século”, para que não se elevem mais de 2 graus e seja ainda mais grave, como lembrou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, acentuando que naquele momento a Terra terá 9 bilhões de habitantes, consumindo e emitindo. Apesar de tudo, no final da reunião houve certo alívio e até otimismo com a aprovação de um documento (“não vinculante”), ainda que para isso o presidente da reunião tenha decidido que “consenso” (obrigatório para tomar decisões em reuniões da ONU como essa) não significa “unanimidade”. A Bolívia, o único país contra a aprovação, já anunciou que recorrerá à Corte Internacional de Haia.

Autoridades brasileiras saíram quase exultantes da reunião, por alguns motivos. O primeiro é o anúncio de que o desmatamento na Amazônia em 2009-2010 (6.451 quilômetros quadrados, com margem de erro de 10%) foi o menor das últimas décadas, 13,6% menor que no período anterior – embora se reconheça que o desmatamento em áreas menores que 0,5 km² não é detectado pelos satélites de monitoramento rápido; e algumas instituições dizem que a degradação de florestas ali, com corte seletivo, não mensurado, seja muito forte. Hoje, o desmatamento no mundo responde por pelo menos 15% das emissões totais, com a perda de quase 10 milhões de hectares anuais. É pena, entretanto, que, apesar desse contexto, o decreto presidencial brasileiro sobre a estratégia para ocupação de território na Amazônia e conservação de recursos naturais tenha aberto exceção para a implantação da BR-319, que atravessa áreas de preservação permanente.

Outra razão para o otimismo de nossas autoridades foi o anúncio, durante a convenção, do decreto presidencial que, ao regulamentar a lei nacional da política de clima, prevê que o País em 2020 esteja emitindo, no máximo, 2,1 bilhões de toneladas anuais de gases poluentes (mais de 11 toneladas/ano por habitante); sem essa exigência, ao ritmo atual, as emissões poderiam chegar a 3,2 bilhões de toneladas anuais naquela data. O decreto permitiria também cumprir o objetivo anunciado em 2009, em Copenhague, de reduzir as emissões brasileiras entre 36% e 38,9% sobre o total a que chegariam em 2020. Cumprir o decreto exigirá que o País reduza suas emissões em 6% sobre as registradas em 2005, ano do último inventário nacional. E publique em 2011 os resultados desmembrados em 12 setores econômicos, com os respectivos planos de ação. Mas o sistema abrirá caminho para um “mercado nacional de carbono”, ao admitir que um setor empresarial venda créditos a outro setor ou empresa que não tenha cumprido suas metas.

Depois de Cancún, continuam sem resposta várias questões decisivas: 1) Até o ano que vem, vai-se conseguir superar a resistência do Japão, da Rússia e outros países à prorrogação (ou um novo acordo) do Protocolo de Kyoto, sem adesão dos Estados Unidos (que não homologaram o que está em vigor e, para qualquer hipótese,

dependerão da improvável aprovação do Congresso), da China e de outros grandes emissores ? 2) Será possível chegar em 2011 a um acordo “vinculante”, de compromissos obrigatórios de redução de emissões de todos os países, de modo a cumprir as metas globais até 2050? 3) Que regras no Redd definirão que países poderão receber recursos (com ou sem monitoramento externo?), que nações proverão o dinheiro, qual o valor? 4) Que países, em meio à atual crise econômica, proverão recursos necessários para se chegar a US\$ 100 bilhões anuais destinados a projetos de adaptação a mudanças climáticas nos países mais pobres?

E, pairando no ar, uma nova e complexa questão: como se fará daqui por diante, uma vez quebra do acordo de consenso, indispensável nas votações em convenções da ONU – quando a Bolívia votou contra o fundo, sob a alegação de que não se deve comercializar a natureza (os doadores poderiam contabilizar os benefícios em seus inventários de emissões)? E se a Corte de Haia, à qual a Bolívia recorrerá, lhe der razão? Ou se em alguma nova votação houver um voto contrário dos Estados Unidos, da China, do Japão, grandes emissores? Esse voto terá o mesmo tratamento dado à Bolívia? Com que consequências, já que o consenso decorre da necessidade de uma regra universal, para ser cumprida por todos os países – uma vez que em questões como as do clima um país, sozinho, pode prejudicar muito o panorama? Chega-se a 2011 com as mesmas questões sobre a mesa. E em Cancún já se ouviram vozes afirmando que é preciso buscar novos caminhos, fora das convenções “paralisantes” da ONU.

ONU declara 2011 como o Ano Internacional das Florestas – Sítio Eletrônico do MMA - 17/01/2011

As Nações Unidas declararam 2011 como o Ano Internacional de Florestas e o Ministério do Meio Ambiente prepara uma programação de eventos para aumentar a conscientização sobre a importância das florestas para as pessoas, com destaque para a conservação, o manejo e o desenvolvimento sustentáveis. "Florestas para as pessoas" é o tema do Ano, que será lançado no dia 24 de janeiro, em Nova Iorque (EUA), durante a 9ª Sessão do Fórum das Nações Unidas para Florestas (UNFF, sigla em inglês).

A logotipo preparada pela ONU mostra o papel fundamental das pessoas na conservação e exploração sustentável das florestas, que garantem moradia para pessoas, habitat para a diversidade biológica e estabilidade para o clima mundial, além de serem fonte de alimentos, medicamentos e água potável.

Em todo o mundo, as florestas cobrem 31% da área terrestre, servem de casa para 300 milhões de pessoas e garantem a sobrevivência de 1,6 bilhão de pessoas. O Brasil, segundo país com a maior extensão florestal do planeta, atrás apenas da Rússia, tem 516 milhões de hectares de florestas naturais e plantadas, o que equivale a 60,7% do território nacional, de acordo com dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Dentre as funções prioritárias definidas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a maior parte das florestas brasileiras - 190.119.140 de hectares - ainda tem uso prioritário desconhecido ou indefinido, seguido pelos 128.244.660 hectares das reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável - unidades de conservação de uso sustentável - e

terras indígenas, consideradas função prioritária de serviço social, por incluir populações indígenas e comunidades tradicionais entre as beneficiárias do uso da floresta.

O restante da área de florestas está dividida entre os seguintes usos: 85.148.800 de hectares para proteção do solo e recursos hídricos (estimativa de 10% da área total do país em áreas de preservação permanente); 49.991.010 de hectares para conservação da biodiversidade em unidades de conservação federais e estaduais, em sua maioria de proteção integral; 32.284.110 de hectares para a produção madeireira e não madeireira em florestas nacionais, estaduais e florestas plantadas; e 30.798.320 de hectares de áreas de proteção ambiental, outra categoria de unidades de conservação de uso sustentável que permitem usos múltiplos, como áreas urbanas.

As florestas brasileiras também garantem 615.947 empregos formais, segundo dados de 2009 do Ministério do Trabalho e Emprego. A maioria dos trabalhadores - 172.740 - está na indústria moveleira, seguidos pela produção de celulose e papel (163.182), desdobramento de madeira (83.114), produção florestal em florestas plantadas (62.877), atividades de apoio à produção florestal (44.419), produção de estruturas e artefatos de madeira (43.742) e produção florestal em florestas nativas (6.382).

Mais informações (em inglês): <http://www.un.org/en/events/iyof2011/>

União pode retomar 90 mil km² de terras de posseiros na Amazônia – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida & - 18/12/2010

Uma área na Amazônia de aproximadamente 90 mil quilômetros quadrados – o equivalente a 60 vezes a cidade de São Paulo – poderá ser retomada pela União. Isso porque seus atuais ocupantes não se apresentaram para cadastrar no programa de regularização fundiária do governo.

Ao final da primeira etapa de cadastramento dos posseiros, que alcançou 84,2 mil ocupações desde 2009, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançará uma convocação aos ocupantes de áreas mais consolidadas de exploração econômica na Amazônia e também nas bordas da região mais preservada da floresta, além de uma área menor no chamado “coração” da floresta.

A avaliação é de que os atuais ocupantes de 30% da área alcançada nessa primeira etapa da regularização fundiária não se apresentaram ao cadastramento do Terra Legal, calcula o coordenador do programa, Carlos Guedes. “Depois do processo de chamada compulsória, o governo vai retomar as áreas”, disse.

As terras retomadas serão destinadas a novas unidades de conservação do bioma ou serão usadas para compensar passivos ambientais de assentamentos de reforma agrária na região, prevê proposta em discussão no governo, a que o **Estado** teve acesso.

O documento Diretrizes para a Destinação Sustentável das Terras Federais na Amazônia Legal prevê o uso de terras remanescentes para o assentamento de atingidos por barragens de grandes hidrelétricas na região.

Acima do limite. Uma das principais razões para a não apresentação dos ocupantes para cadastramento seria o tamanho do imóvel, acima dos limites permitidos pela regularização fundiária, de até 15 módulos fiscais. A expectativa do governo é de

que apareçam grandes ocupações irregulares de terras públicas a partir do cadastramento e do trabalho de georreferenciamento das terras.

Até terça-feira, o Terra Legal havia cadastrado 84,2 mil posseiros na Amazônia. A maioria deles terá direito aos imóveis sem nenhum custo, porque as posses não ultrapassam 1 módulo fiscal (até 100 hectares, dependendo do município). Esse grupo reúne 65% dos cadastrados até agora.

As pequenas posses, de 1 a 4 módulos, representam 27% do total. Já nas propriedades médias, de 4 a 15 módulos, encontram-se 7,8% dos inscritos no programa de regularização. O preço a ser pago vai variar de acordo com a localização dos terrenos, sempre abaixo do preço de mercado. Há hectare sendo vendido a R\$ 2,99, segundo o **Estado** informou em maio (*mais informações nesta página*).

Os terrenos acima de 15 módulos só poderão ser comprados pelos ocupantes por meio de licitação.

Por ora, apareceram 168 pretendentes aos imóveis maiores.

O Pará foi o Estado com o maior número de cadastrados (66,3% do total). Os inscritos declararam agricultura e pecuária como as atividades econômicas predominantes nas áreas da União ocupadas irregularmente.

O programa de regularização fundiária da Amazônia foi lançado em 2009 e abriu caminho ao reconhecimento das posses ocupadas até dezembro de 2004.

Até o final do ano que vem, o governo pretende regularizar 560 mil quilômetros quadrados de terras públicas, o equivalente a mais de duas vezes o tamanho do Estado de São Paulo.

Um campo de futebol por apenas R\$ 2,99

No final de maio, o **Estado** revelou que um pedaço de terra pública na Amazônia pode custar R\$ 2,99 por hectare (a dimensão de um campo de futebol) ou até menos ao atual ocupante, de acordo com a nova tabela de preços definida pelo governo.

O preço mais baixo dos terrenos foi objeto de intenso lobby ruralista e descontos aos candidatos a títulos de terras na Amazônia por meio do programa de regularização fundiária Terra Legal foi definido em portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Simulações de preços mostraram que um terreno de 200 hectares no município de Manoel Urbano (AC) poderá ser vendido ao atual ocupante por menos de R\$ 600, pagos em 20 anos em parcelas anuais, com três anos de carência e juros de 1% ao ano. Neste caso, o hectare sairá por R\$ 2,99.

"A economia sustentável começa pela abolição do PIB" – Folha de São Paulo – Mercado – 18/12/2010

Quando chamamos José Eli da Veiga de otimista, ele pede para ir "devagar com o andar". "Otimista é um pessimista mal informado", rebate o professor de economia na USP, que aponta, em novo livro, avanços na legitimação da sustentabilidade como valor cultural e político. De jargão científico, nos anos 70, a termo da moda hoje, a palavra sustentabilidade ganhou o centro do debate sobre desenvolvimento. O livro discute as contradições entre teorias desenvolvimentistas e a ecologia -e entre a

morosidade nas discussões do Protocolo de Kyoto e as conclusões urgentes do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Vislumbra a ascensão da "economia verde", que deve ganhar força em 2012, com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Para que a evolução ocorra, Veiga julga necessário abolir o Produto Interno Bruto como unidade de medida da economia mundial, bem como substituir a competição pela colaboração no desenvolvimento tecnológico. Nesta entrevista, ele explica o que espera do futuro próximo. Não comenta a Conferência do Clima de Cancún, ocorrida na semana passada, porque "exigiria muito mais pano para manga".
(EGN)

★

Superar o PIB
O PIB é uma medida muito precária de desempenho econômico, que certamente será superada por outra referente ao consumo e não à produção. Simultaneamente, a qualidade de vida terá um indicador bem mais sofisticado do que o atual IDH. A avaliação da sustentabilidade desse duplo processo exigirá uma medida biofísica, como é a atual pegada ecológica. Trata-se, portanto, de três dimensões que não devem ser confundidas ou misturadas.

Dilma Rousseff
Por enquanto é impossível fazer qualquer prognóstico sobre o que será o governo Dilma, pois o noticiário das últimas semanas esteve abarrotado de surpresas, algumas muito boas. Tomara que a nova equipe perceba que a qualidade do crescimento econômico é infinitamente mais estratégica para o futuro da sociedade do que sua mera aceleração. Como dizia Gandhi, a velocidade não faz sentido quando se desconhece o rumo.

Cooperação tecnológica
A ênfase do livro é para a necessidade de acabar com essa relação chamada eufemisticamente de "transferência de tecnologia" e substituí-la por um processo planejado de cooperação científico-tecnológica entre as "potências climáticas", cuja lista inclui um grande número de sociedades emergentes.

Os EUA de Obama
Nos EUA, continuam muito fortes os grupos de interesse ligados aos negócios de energias fósseis. Por isso, mesmo que um presidente tenha clareza sobre a necessidade de rever a estratégia de segurança energética, investindo na transição ao baixo carbono, ele terá imensa dificuldade de ganhar o Congresso para essa posição. Não se trata de "decepção" com Obama, pois ele tentou e teve que recuar. Mas não se deve excluir a possibilidade de um forte contra-ataque em 2013, caso ele consiga se reeleger.

SUSTENTABILIDADE

AUTOR José Eli da Veiga

EDITORA Senac-SP
QUANTO R\$ 35 (160 págs.)

Marcado por críticas, Código Florestal só será votado em 2011 – Sítio Eletrônico do MST
– 20/12/2010

Se acordo e mercado de disputas entre ambientalistas e ruralistas, o texto do novo Código Florestal Brasileiro deverá ser votado na Câmara dos Deputados apenas em 2011. Até lá, valem as regras do Código aprovado em 1965.

Em agosto, a comissão especial criada para discutir a matéria aprovou o substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) por 13 votos contra cinco. Rebelo assegura que sua proposta tem o apoio de 80% dos deputados e que a votação ocorrerá nos primeiros meses do próximo ano.

O deputado propõe, por exemplo, que os produtores recomponham as áreas desmatadas num prazo de 25 anos.

“(A mudança no Código Florestal) é um tiro no pé porque vai criar condições para voltar a crescer o desmatamento”, analisa Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). “Ao anistiar infratores ambientais, convidamos para que voltem a infringir a lei porque a leitura é de que em algum momento o governo vai anistiar novamente”, explica.

O Ministério do Meio Ambiente gostaria de apresentar uma proposta alternativa, com menos concessões aos ruralistas e mais garantias de preservação. “É importante ressaltar quem é o agente, na Amazônia e no Brasil todo, faz sua parte. E agora não dá para chegar e falar quem cumpriu o fio bobo”, avalia Mauro Pires, diretor do Departamento de Combate e Controle do Desmatamento do ministério.

Enquanto o ministério da Agricultura e a Embrapa defendem a aprovação do Código, o ministério do Meio Ambiente estuda apresentar uma proposta alternativa. Para o Meio Ambiente, o relatório de Aldo Rebelo é excessivamente ruralista e pouco ambientalista.

“É um recado claro de que o desmate vale a pena, de que o crime compensa”, ironiza Rafael Cruz, integrante da campanha de Amazônia do Greenpeace. Para ele, o grupo de influência em Brasília usa a produção de alimentos como justificativa para mudar a lei, embora considere que a alegação não seja verdadeira. Nos cálculos da organização, uma das mudanças propostas pelo deputado, a de reduzir a preservação de mata ciliar, seria suficiente para, sozinha, minar todos os esforços feitos pelo Brasil nos últimos anos.

Paulo Maurício Lima de Alencastro, pesquisador do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas de Amazônia (Inpa), vê com grande preocupação a movimentação no Congresso. “Já começamos a reduzir as áreas de preservação permanente, a alterar a lei para que legalize as pessoas que não estão adequadas às normas, tudo isso são erros. Não se pode alterar. A sociedade não deve ir permitir esse tipo de coisa.”

A Via Campesina pediu, em nota, que todos os brasileiros se mobilizem para derrubar o projeto, visto como um ataque a tudo que se opõe aos interesses privados. “Para o latifúndio do agronegócio, que se utiliza da monocultura, de quantidades gigantescas de agrotóxicos e de trabalho escravo, o Código Florestal é um empecilho, que deve ser destruído assim como as florestas da Amazônia, da Caatinga e do Cerrado”, defende a entidade.

O Código Florestal brasileiro é visto por ambientalistas como uma legislação extremamente avançada em termos de preservação, especialmente se tomado em conta o pioneirismo das medidas implementadas a partir das primeiras décadas do século 20 e consolidadas em 1965. Por isso, as modificações poderiam ter um caráter de incentivo ao desmatamento. “Se afrouxar (as exigências), é mais difícil de voltar a ganhar força porque o governo perde a moral. Esse é um embate em que está se testando a consistência e a persistência das políticas públicas”, pondera Veríssimo, do Imazon.

Perspectivas dos ruralistas

Preocupada com mais um adiamento, a presidenta da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou que a oposição está disposta a votar propostas de interesse do governo caso o Código seja apreciado ainda em 2010.

Ela explicou que a indefinição pode afetar as exportações brasileiras. “O mundo todo prefere comprar dos países que possuem e respeitam suas leis ambientais”, afirmou.

Para Aldo Rebelo, o Brasil não pode se dar ao luxo de exportar empregos para a Europa e os Estados Unidos por meio de uma legislação que inviabilize sua economia.

“Não podemos traçar uma incompatibilidade entre desenvolvimento e meio ambiente. É necessário que o país proteja o meio ambiente e também o desenvolvimento da agricultura e da indústria que é a proteção do emprego”, afirmou o deputado ao Sul 21. O deputado afirma que o novo Código trará regras mais claras e uniformes, possibilitando o aumento de empregos na agricultura e na indústria de alimentos.

Segundo Kátia Abreu, “não temos que ter um Código com ambientalistas e ruralistas, mas com ar de Brasil, de comida barata de alta tecnologia. Não temos condições de retirar o alimento de onde ele é plantado para reduzir a produção quando mais de um bilhão de pessoas no mundo passa fome”.

O projeto de lei que muda o Código Florestal foi apresentado em outubro de 1999, chegou ao Plenário da Câmara dos Deputados somente no dia 1º de dezembro de 2010 e aguarda a votação de um requerimento de urgência para pular a fila dos projetos que estão prontos para deliberação.

Ambientalistas versus produtores

O deputado reconhece que a legislação brasileira estará entre as mais duras do mundo, mas condena a guerra entre ambientalistas e produtores rurais. Na sua opinião, não é mais possível tratar a agricultura como vítima do meio ambiente e vice-versa. “Quando alimentamos esse conceito, criamos uma guerra”, explicou.

Um exemplo é o Reino Unido, onde um mesmo ministério trata a agricultura, da produção de alimentos e do meio ambiente.

O principal embate diz respeito à chamada moratória do desmatamento, que proíbe a criação de áreas para a agricultura e pecuária pelo prazo de cinco anos. Para compensar, Aldo Rebelo sugere reconhecer e regularizar as áreas que até julho de 2008 eram utilizadas na agropecuária.

De acordo com o deputado, os cinco anos previstos de moratória permitirão que a União e os estados concluem o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), norma instituída em 2002 para pôr ordem nos programas, projetos e atividades que utilizem recursos naturais. Os ambientalistas reclamam que a moratória não terá validade para aqueles que obtiverem autorização para desmatar até a regulamentação do Código.

O atual Código permite o desmatamento com licença. Rebelo deu 25 anos de prazo – considerados os cinco de moratória – para os produtores recompor as áreas desmatadas e suspende as penalidades para aqueles que cometeram crimes ambientais até julho de 2008. Ele também enfrenta os que se opõem ao seu relatório por permitir que os estados aumentem ou diminuam as áreas de reserva legal baseados em estudos que patrocinem.

As propriedades de até quatro módulos fiscais estão obrigadas de recompor a reserva legal, mas são mantidos os percentuais para preservação cabendo às reservas legais preservar 80% da vegetação nativa na Amazônia, 35% no Cerrado e 20% no restante do país.

Segundo Aldo Rebelo, “o país é muito grande e desigual e os pequenos produtores tendem a sofrer mais a pressão da legislação, mas ao mesmo tempo em que facilitamos a situação deles, entendemos que os grandes terão obrigações maiores compatíveis com sua sobrevivência”.

Amazônia vai gerar 30% da hidroenergia - **Josette Goulart – Valor Econômico – Capa – 20/12/2010**

De São Paulo

O mapa da geração hidrelétrica do país vai mudar completamente nos próximos anos com as licitações realizadas durante o governo Lula. Mesmo sob protestos ambientais, a Amazônia passará a ser responsável por quase um terço da capacidade de geração hidrelétrica do país. Serão aplicados R\$ 60 bilhões na região para a construção e instalação de sete usinas, entre elas os megaprojetos do Madeira, Belo Monte e Teles Pires. Hoje a região produz 10 mil MW por meio de seus rios e vai superar os 30 mil MW com os novos projetos. A grandiosidade dos números também vai se refletir no ranking dos grandes geradores. A Neoenergia, que liderou o consórcio vencedor do leilão de Teles Pires, na sexta-feira, será a segunda maior atrás da GDF Suez. O grupo franco belga sequer deu lances no leilão de sexta-feira, deixando a Eletronorte fora da disputa. Página B10

Amazônia altera mapa da geração no país - **Josette Goulart – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010**

Energia Região vai receber R\$ 60 bi em investimentos, como nas usinas do rio Madeira, Belo Monte e Teles Pires

O uso dos rios da Amazônia para a produção de energia elétrica, mesmo sob fortes protestos de ambientalistas, deixou de ser apenas uma discussão sobre o que parecia ser um futuro distante para ir tomando forma durante o governo Lula. Com base nas licitações realizadas até agora, é possível afirmar que a região será responsável pela geração de quase um terço de toda a energia hidrelétrica do país. A floresta será inundada por cerca de R\$ 60 bilhões, necessários para a construção de sete usinas que juntas alteram não só o mapa da produção como o dos negócios de geração.

Quando entrarem em operação, as megausinas licitadas na região —Madeira, Belo Monte e Teles Pires que juntas somam 19.500 MW — vão alterar o ranking dos grandes geradores privados do país. A liderança continuará nas mãos da GDF Suez, mas o grupo francês reduziu o apetite depois do negócio em Jirau (veja matéria ao lado). Novos geradores tentaram usar a Amazônia como trampolim para o topo do ranking, como a Odebrecht Energia—mas a empresa não conseguiu ir além de Santo Antônio e a ínfima participação na sociedade de Teles Pires. Outros ficaram marcados pela ausência, como foi o caso da CPFL Energia, quarta maior do país, que disputou dois leilões e perdeu. Quem despontou foi o grupo Neoenergia, que sai da sexta para assumir a segunda posição.

A empresa controlada pelo fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) e pelo grupo espanhol Iberdrola foi a vencedora da licitação da usina de Teles Pires, na sexta-feira, onde detém mais de 50% da sociedade investidora, e é também dona de 10% de Belo Monte. Com esses dois projetos, a Neoenergia vai ampliar em cerca de dois mil megawatts (MW) sua capacidade de geração somente com projetos na região. O montante representa quase a totalidade do que a AES Tietê, a 2ª maior geradora privada do país e a 10ª, se levado em conta as estatais, tem hoje sob sua administração.

A ascensão da empresa, entretanto, está se dando sob uma plataforma de forte risco em termos de retorno sobre o investimento.

A usina de Belo Monte, onde tem 10% da sociedade e será responsável por cerca de R\$ 2,5 bilhões de investimentos, ainda não obteve licença ambiental para o início das obras. A energia da usina foi vendida a menos de R\$ 80o MWh e a base de retorno se dá em torno da antecipação do início da geração.

Em Teles Pires, na sexta-feira, o espírito agressivo da Neoenergia pôde ser visto pelo baixo preço oferecido pela energia para ficar dona da usina. O lance vencedor de R\$ 58,36 é o menor preço da história dos leilões de energia do país, mesmo se comparado com leilões de projetos existentes.

Além disso, a empresa terá o desafio de construir a usina em menos de quatro anos.

O ranking futuro dos geradores privados só não será inteiramente modelado pelos projetos da Amazônia porque o grupo Bertin, que tem participação em Belo Monte, é dono de concessões de termelétricas leiloadas em 2008 que somadas chegam a quase 5 mil MW.

Boa parte delas está com o cronograma atrasado, mas a empresa afirma que entregará os empreendimentos e assim vai ocupar posição de destaque no ranking. Em Belo Monte, por meio da Gaia Energia, o grupo tem 9% da sociedade, quase mil megawatts, mas ele tem a opção de ficar com apenas 2% e deve tomar essa decisão somente no próximo ano.

Das sete usinas na Amazônia que tiveram energia vendida em leilões do governo federal, cinco foram negociadas neste ano. Além de Belo Monte, que tem 11.233 MW de capacidade e investimentos previstos em R\$ 25 bilhões, foram leiloadas Colíder (300 MW) e Teles Pires (1.820 MW), ambas no rio Teles Pires no norte de Mato Grosso e dentro da Amazônia legal.

No Amapá, foi vendida energia das usinas de Ferreira Gomes (153 MW) e Santo Antônio do Jari (300 MW). Esta última já tinha outorga registrada há alguns anos, mas só agora o empreendimento irá adiante com a venda da energia realizada na sexta-feira.

As usinas da Amazônia ainda sofrem forte pressão das organizações não governamentais e Ministério Público Federal. Em Teles Pires, na semana passada, se repetiu o que já se transformou em um rito em leilões de hidrelétricas: liminares cassam a licença ambiental e próximo ao leilão a Advocacia Geral da União consegue derrubar a liminar e o leilão acontece. Em Belo Monte, já havia sido assim. Dessa forma, mesmo sob juízo, as usinas continuam saindo do papel. Santo Antônio e Jirau são bons exemplos.

O governo, entretanto, não tem se sensibilizado com os argumentos dos ambientalistas que alegam que está se mudando e se destruindo parte da Amazônia para sempre.

O projeto de Tapajós, a próxima megausina no Pará, ainda não começou a ser discutido dentro do governo, mas pode representar uma mudança. Questionado sobre se há planos para se fazer de Tapajós um modelo diferente de discussão e até do processo de licenciamento, o presidente da Empresa de Pesquisa (EPE), Maurício Tolmasquim, diz apenas que sim, de que é preciso ter um plano de discussão, mas nenhuma ação concreta ainda foi tomada.

Pobreza mantém Amazônia distante do país - **Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010**

Desenvolvimento Desmatamento cai, mas região continua com graves problemas de saúde e saneamento básico

Se a boa notícia da Amazônia é que o desmatamento nunca foi tão baixo na história deste país, a má notícia é que os indicadores sociais mostram uma região com problemas crônicos e preocupantes.

Apesar de alguma melhora, a Amazônia está distante do Brasil em relação à pobreza, às doenças, ao saneamento básico e à saúde materna. Colocando foco em alguns desses parâmetros, os brasileiros que vivem em nove Estados da floresta parecem fazer parte de outro país.

A pobreza, por exemplo, afetava 42% da população amazônica em 2009. A média brasileira naquele ano era de 29%. Segundo dados do mais recente Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 24 milhões de pessoas moram na Amazônia e 80% estão nas cidades. O crescimento da população da região nos últimos 20 anos foi de 41% (a média brasileira bateu em 31%), e a migração tem papel importante nesse número. Em 2009, mais de 10 milhões de pessoas viviam com menos de meio salário mínimo por mês.

Paradoxalmente, na região que mais tem recursos hídricos no mundo, o acesso à água potável e o saneamento básico são serviços precários. Em 2009, 34% da população amazônica não tinha água encanada. A metade não possuía coleta de esgoto adequada – ou seja, ligada à rede ou com fossa séptica. Não há dados disponíveis sobre tratamento do esgoto. O que se sabe é que, há dois anos, 81% dos municípios amazônicos não tinham nenhuma rede de coleta de esgoto.

Estes dados foram recolhidos, analisados e agora estão sendo divulgados em um ambicioso raio-X da região, feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da

Amazônia (Imazon), um dos mais respeitados centros de pesquisa da floresta, com sede em Belém. Em “A Amazônia e os Objetivos do Milênio 2010”, pesquisadores examinaram a evolução das metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015, colocando foco na situação dos nove Estados da Amazônia Legal em saúde, educação, renda e condições de vida. Observaram a performance de 25 indicadores, cruzando dados do IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos ministérios da Saúde e do Trabalho, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Socioambiental (ISA), para citar algumas das fontes.

A intenção do trabalho era mapear como a Amazônia está em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela ONU em 2000, e que têm como meta, por exemplo, reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população em extrema pobreza, reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna no período ou chegar a 2015 tendo estabilizado a incidência de malária e de outras doenças graves.

A conclusão é que, embora tenham sido registrados progressos na maioria dos indicadores analisados de 1990 a 2009, a melhora é tímida e está muito abaixo da média nacional. “Fizemos um retrato social da Amazônia olhando para 2015”, diz Adalberto Veríssimo, pesquisador-sênior do Imazon e um dos autores do trabalho. “O que vimos é que a Amazônia ainda é pobre, com taxas de violência e doenças muito graves e precariedade em serviços básicos”, continua.

Embora em educação, renda e saúde tenham sido verificados avanços de 1990 a 2009, o quadro é de grandes deficiências. “Os indicadores sociais ainda são vergonhosos, o Brasil não pode aceitá-los”, prossegue Veríssimo.

“Um país com economia emergente não pode ter indicadores desses em uma região tão estratégica como a Amazônia.” Os pesquisadores apontam, no entanto, sinais positivos verificados nas últimas duas décadas.

Também na Amazônia registrou-se um sensível aumento no acesso à educação (com igualdade entre homens e mulheres) e redução da mortalidade infantil, embora neste tópico os pesquisadores desconfiem de sub-registros nas estatísticas oficiais.

O estudo mostra que existiu um forte aumento na taxa de frequência escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos do ensino fundamental. Era 71% em 1991 e subiu para 90% em 2009, algo muito parecido ao do resto do Brasil. O caso de adolescentes cursando ensino médio é espantoso: passou de 9% em 1991 para 47% em 2009. O desafio na floresta é o mesmo do Brasil: melhorar a qualidade do ensino. Na Amazônia, as discrepâncias entre a escolaridade da população rural e urbana são muito agudas. Segundo o IBGE, a população rural da região apresentava taxa de analfabetismo 2,5 vezes superior às áreas urbanas.

Na redução da pobreza também houve ganhos. Entre 1990 e 2009, a pobreza extrema (gente que vive com menos de um quarto do salário mínimo) diminuiu de 23% para 17% na região. No mesmo período, ocorreu uma redução de 20% para 11% na pobreza extrema no Brasil. No fim de 2008, 1,9 milhão de famílias na Amazônia se beneficiaram com o Bolsa Família – ou seja, 18% de todos os inscritos no país.

O maior trunfo da região é sabido e festejado — a queda histórica nos índices de

desmatamento — e o vigoroso aumento no número de áreas protegidas. Mas agora, a presidente eleita, Dilma Rousseff, e os novos governadores da região têm pela frente o desafio de manter esse cenário sob controle e cumprir os compromissos de reduzir as emissões de gases-estufa causadas pelo desmatamento.

“O relatório mostra que, em quase todos os indicadores, a Amazônia está na lanterninha do Brasil”, diz Veríssimo. “Es se é o legado da economia do desmatamento, que, felizmente, está sendo jogada no lixo.” O lado B do contexto amazônico está além da floresta e da biodiversidade.

“A região está avançando, tem grandes projetos econômicos, recebe muitos migrantes, mas a riqueza gerada aqui não está sendo revertida em capita social”, argumenta a engenheira florestal Danielle Celentano, outra autora do trabalho e consultora do Imazon. “Aqui, o que se verifica são problemas realmente estruturais.” Danielle trabalhou em um relatório anterior do Imazon sobre o tema, de 2007, e lembra que a melhor notícia daquele estudo era a queda na mortalidade infantil.

Agora, de 1990 a 2009, o dado se repete e confirma a tendência anterior: a mortalidade de crianças até um ano caiu 52%, ou seja, passou de 51 para 25 óbitos para cada mil nascidos vivos. No Brasil, a taxa caiu de 45 para 23 no período.

A diarreia aguda, que poderia ser facilmente evitada e tratada, foi responsável por 6% das mortes de crianças até cinco anos na Amazônia em 2006. Mas a drástica queda na mortalidade infantil é, sem dúvida, o melhor resultado apontado pelo estudo, mesmo se há um alerta que esse dado pode estar distorcido pelo forte sub-registro.

Na outra ponta, um dos piores resultados que apareceram no trabalho do Imazon relaciona-se à saúde materna. Danielle lembra que, na Amazônia, verificam-se 70 mortes para cada 100 mil mulheres durante a gravidez, no parto ou no pós-parto. O mesmo dado para o Brasil é de 50 para 100 mil. Em países desenvolvidos, como o Canadá, é de 5 para 100 mil.

A gravidez na adolescência na região é a mais alta do Brasil.

Saúde é um dos temas mais complicados na Amazônia. Relatórios oficiais apontam que é no Norte onde a aids mais cresce no Brasil. A malária caiu de 1990 para cá, mas continua elevada: em 2009, registraram-se mais de 306 mil casos novos na região. A taxa de incidência de tuberculose caiu 47%, e a de leishmaniose se manteve estável, o que são pontos positivos, mas a dengue disparou.

Um recorde negativo é o de hanseníase.

O Brasil é líder mundial na doença. Em 2007, foram 41 mil casos novos no Brasil, , 40% registrados na Amazônia. Pará e Maranhão são os líderes nesta infeliz estatística.

“Controlar a hanseníase não está entre os objetivos do milênio, mas, como é um dado muito gritante, resolvemos dar destaques”, diz Daniel Santos, engenheiro ambiental do Imazon e também autor do estudo. Em 2007, havia menos de um médico para cada mil habitantes na Amazônia. A média brasileira é de dois médicos para cada mil pessoas.

Os pesquisadores do Imazon adicionaram ao trabalho um capítulo sobre paz. “Na Amazônia, o avanço da fronteira do desmatamento é um processo violento”, diz o texto. Os conflitos pela terra e pelos recursos naturais, os assassinatos rurais e a alta violência urbana, além dos constantes registros de condições de trabalho próximas à da escravidão, fazem da região um caldeirão explosivo. Em 2008, foram 6.815 pessoas assassinadas na Amazônia, o que correspondeu a 14% dos homicídios do país.

O relatório aponta uma estatística sombria: 35% das cidades na região têm taxa de homicídios superior à do Rio de Janeiro. “Tenta nos mostrar o que precisa melhorar aqui, com rapidez. Esperamos que o estudo sirva de base para políticas públicas”, diz Santos.

Apesar de saúde muito precária, população indígena cresce – Valor Econômico – Especial – 20/12/2010

De São Paulo

Depois de grandes períodos de redução ou ameaça de extinção, a população indígena no Brasil tem crescido nas últimas décadas a uma média de 3,5% ao ano. As razões são desconhecidas. Uma das possibilidades, segundo os antropólogos, pode ser a melhoria das condições de vida com o aumento no número de vacinações e maior segurança territorial. Como a Amazônia concentra a maioria das terras indígenas do país, e abriga 173 povos que totalizam cerca de 250 mil pessoas, essa é a boa notícia do relatório do Imazon. A má notícia é que persiste uma grande crise na saúde indígena.

A mortalidade infantil é um indicador crítico entre essas populações, indica o capítulo elaborado pelo antropólogo Leandro Mahalem de Lima, do programa de monitoramento de áreas protegidas do Instituto Socioambiental (ISA), a ONG mais conhecida do país no trabalho com os povos indígenas.

“Os dados de mortalidade infantil mostram índices que praticamente são o dobro da mediana nacional”, diz ele. Enquanto o Brasil registra uma queda expressiva na mortalidade de crianças de menos de um ano, entre os índios a taxa continua alta. Entre 2005 e 2007, morriam 50 a cada mil nascidos vivos ao ano. Crianças indígenas de até cinco anos têm risco de morrer até quatro vezes maior que os outros brasileiros. Desnutrição, pneumonia e desidratação estão entre as principais causas de doenças.

“O acesso dos povos indígenas aos serviços básicos de saúde é precário na Amazônia, devido às distâncias geográficas e ao descaso no atendimento”, escreve Mahalem. Malária, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis têm alta incidência.

Quanto à educação escolar indígena diferenciada, garantida pela Constituição, tem havido avanços. Entre 1999 e 2007, ocorreu uma expansão na rede de escolas indígenas e crescimento de quase 50% na matrícula de estudantes.

O número de escolas indígenas com material próprio também cresceu, o que é um dado importante para avaliar se as escolas têm dado valor às línguas e conhecimentos tradicionais.

Mas só 5% das escolas tinham computador e menos de 1% estava conectada à internet.

“Outro dado que salta aos olhos é o mosaico de novas obras de infraestrutura para a região e que incidem diretamente sobre áreas ocupadas por populações indígenas”, registra o antropólogo. “Sem planejamento específico e participação da sociedade civil, os danos para a região e para esses povos podem ser dramáticos.” (DC)

O desafio da biodiversidade – Alessandro Carlucci – Folha de São Paulo – Opinião
23/12/2010

O Brasil é o país com maior biodiversidade do planeta. Essa é uma das nossas maiores riquezas. Normalmente, associa-se riqueza àquilo que pode ser arrancado do solo ou do subsolo (sem nunca mais voltar), como minerais em geral e petróleo, o grande tema midiático dos últimos anos, ou então a ganhos financeiros ou industriais. Ainda é muito recente e estranha à maioria das pessoas a ideia de que em todos os biomas brasileiros há uma enorme riqueza, que pode gerar milhões em empregos e bilhões em reais. Com uma vantagem incomparável: é renovável, se explorada de forma sustentável.

Nas últimas décadas, houve grande aprendizado sobre a biodiversidade, com a mobilização cada vez maior de recursos da pesquisa acadêmica e/ou empresarial para aprender mais sobre seu potencial valor para os brasileiros e para a humanidade. Porém, estamos longe de mobilizar essa riqueza. Qual seu tamanho potencial? Não há, de fato, um único estudo que consiga apontar minimamente esse potencial. O Tribunal de Contas da União, em 2006, fez uma projeção de receita anual de US\$ 2,4 bilhões (naquele ano), considerando-se apenas as possibilidades no âmbito da indústria farmacêutica.

Há uma enorme riqueza a ser mobilizada. Como o fazer? Qual a base para isso? A Natureza tem procurado ser agente positiva e propositiva nesse debate. Esforçamo-nos para gerar riqueza ao Brasil com o uso sustentável da biodiversidade. Para isso, desenvolvemos nossos negócios com base nos três princípios estabelecidos desde a Eco-92, na Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU: conservação, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa de benefícios. Mas esses princípios são insuficientes para que a biodiversidade brasileira se converta em riqueza do país.

É necessário um marco legal claro e estável. Infelizmente, ainda estamos longe disso. A norma em vigor é a medida provisória 2.186-16. Ela lança por terra os três fundamentos da Convenção e coloca à frente um único: a autorização da burocracia estatal. Imperfeita e contraditória, a medida cerceia a pesquisa e a livre iniciativa, não protege comunidades indígenas e tradicionais, nem promove o desenvolvimento sustentável.

Ela exige que toda pesquisa envolvendo o acesso a exemplares da flora só se inicie depois da autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen), do

Ministério do Meio Ambiente. Portanto, o cientista que faz pesquisa pura ou a empresa que faz pesquisa aplicada são obrigados a solicitar autorização prévia. É possível mudar a lógica legal vigente. Aqui no Brasil há um bom exemplo: o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Quando se compra uma empresa ou quando se faz uma fusão não é necessária autorização prévia. O negócio é feito e depois é submetido às autoridades. Acreditamos que há, no governo e nos legisladores, a intenção de fazer com boa vontade a boa lei. Ela é urgente e indispensável para afirmar o protagonismo nacional no belo desafio que nos lança a riqueza da biodiversidade brasileira.

ALESSANDRO CARLUCCI é diretor-presidente da Natura.

Projeto remunera proprietário que preserva floresta e nascente de água – Andre Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 25/12/2010

Há 38 anos o policial militar Antonio Coradello comprou uma área de 16 hectares no meio da Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia, em Parelheiros, extremo sul da capital paulista. Chegou a plantar “um pouquinho de eucalipto”, mas se arrependeu.

“Eucalipto seca as minas d’ água e não dá mais lucro nenhum.” Mas hoje Coradello, aposentado, recebe em torno de R\$3,5 mil por ano justamente para preservar as nascentes de sua propriedade: ele já contou três, mas acha que tem outras mais, no meio da Mata Atlântica.

Ele é um exemplo de gente que, nos limites da maior metrópole da América Latina, já ganha para preservar remanescentes de floresta e nascentes de água.

O dono do Sítio do Sargento é um dos beneficiados pelo Projeto Oásis, pioneiro no pagamento por serviços ambientais na região metropolitana.

Namodalidade, agricultores e proprietários de terra são remunerados para manter as nascentes de água e, assim, garantir a produção e a qualidade da água dos mananciais – no caso, a abacia da Represa de Guarapiranga, que abastece mais de 4 milhões de pessoas na Grande São Paulo.

Com início em 2006, o projeto cadastrou 13 propriedades na região, que estão ajudando a proteger 82 nascentes. Em cinco anos de projeto, os proprietários devem receber um total de R\$ 790 mil em recursos.

“É dinheiro que vai diretamente para preservação, mostrando que já existe recompensa financeira para quem não desmata e não polui os cursos d’ água”, conta Carlos Kriek, diretor de áreas protegidas da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, responsável pela seleção das propriedades, que são monitoradas.

O **Estado** acompanhou um dia de monitoramento, onde as condições ambientais das áreas são avaliadas. Nas trilhas cerradas de Mata Atlântica, não é difícil encontrar dezenas de pássaros, cobra e palmitais – biodiversidade vibrante, na metrópole.

Cada proprietário pode receber até R\$ 370 por hectare/ano, mas o cálculo leva em conta o controle da erosão, a capacidade de produção e armazenamento de água e sua qualidade. O Sítio do Sargento, de Coradello, é uma das propriedades mais bem avaliadas: hoje o aposentado cultiva gramíneas e arbustos para decoração, mas 80% das terras estão preservadas.

“Não quero derrubar, não vale a pena. Mantenho essas terras para ter ar puro para respirar”, diz o paulistano da Vila Carrão, que passa pelo menos metade da semana no sítio. Ele admite que suas terras ainda são mais despesa do que lucros. Mas faz planos para ganhar ainda mais com mata em pé. “Queria entrar nesse negócio de créditos de carbono”, diz.

Heterogêneo. O perfil do produtor que conserva suas áreas é diversificado. Há desde pequenos sítios, propriedades maiores, destinadas quase que integralmente à conservação e até condomínios de lazer. É o caso da Associação Campestre de São Paulo, em uma área de 140 hectares – metade do território é ocupada com remanescentes de Mata Atlântica. O condomínio, que fica a uma distância de 50 km do centro de São Paulo, restringiu o número de associados se incentiva que os proprietários façam o reflorestamento com espécies nativas.

A associação recebe ao ano em torno de R\$20 mil pela preservação.

Segundo o diretor de gestão da associação, Geraldino Ferreira Moreira, os recursos são investidos na manutenção e melhorias.

“Isso incentiva os associados a manterem suas áreas intactas”, conta. O condomínio até contratou seguranças para fazer a ronda na área: além de evitar assaltos, também inibe a ação de ladrões de palmito e caçadores.

No distrito de Marsilac, também na bacia da Guarapiranga, Angelina Helfstein, dona do Sítio Dourado, também nem pensa em mexer na mata que circunda sua produção agrícola. Ela produz hortaliças e está transformando sua produção em orgânica, para não contaminar as nascentes.

“Eu nasci aqui. Meu pai já comprou a propriedade pensando em preservação”, diz ela. Dentro das duas APAs – Capivari-Monos e Bororé-Colônia – existem pelos menos 300 famílias de agricultores. Leila, que faz parte do conselho gestor da APA Capivari-Monos, acredita que em poucos anos a preservação será ainda mais rentável. A lei estadual de mudanças climáticas, regulamentada neste ano, prevê recursos para projetos de pagamento por serviços ambientais (*leia mais abaixo*). “Temos certeza de que está surgindo um novo mercado, que vai reconhecer o agricultor que preserva.”

Plásticos biodegradáveis não fazem milagres – Leticia Freire – Carta Capital – 28/12/2010

O lixo é um dos maiores problemas ambientais da atualidade. Os moldes de consumo adotados por boa parte das sociedades modernas provocaram o aumento contínuo e exagerado na quantidade de lixo produzido no planeta. Em meio a esse cenário está um dos grandes vilões: o plástico.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), são consumidas no Brasil cerca de 12 bilhões de sacolinhas por ano. Dessas, 80% viram lixo, levando mais de mil anos para se decompor. Mas não são apenas essas embalagens que tem destinação final o estrago da natureza. Segundo um relatório do Programa Ambiental da ONU (Unep, na sigla em inglês), os produtos plásticos, como garrafas, sacos,

embalagens de comida, copos e talheres, formam a maior parte do lixo encontrado no oceano. Em algumas regiões, esse elemento corresponde a 80% do lixo marinho.

Do mito à realidade dos biodegradáveis

Na tentativa de minimizar a pegada, alguns fabricantes adicionam amido ou celulose à mistura de plástico para, assim, acelerar o processo de decomposição de certas embalagens. Mas será que essa biodegradação soluciona mesmo o problema?

A resposta é não! “O título biodegradável não garante nada para absolutamente nada”, avisa Silvia Rolim, engenheira química e assessora técnica da Plastivida Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos, uma organização de referência nacional no que diz respeito a assuntos ligados ao plástico. “Evidentemente, é melhor optar pelos biodegradáveis, mas a presença de amido ou celulose não é uma garantia de decomposição em ambientes sem luz e oxigênio”, explica ela.

De acordo com a engenheira, o plástico biodegradável requer condições específicas para decompor-se adequadamente. Seu descarte de forma inadequada pode torná-lo tão nocivo para o meio ambiente quanto o plástico convencional. “Até mesmo uma casca de banana quando jogada fora em condições erradas necessita de um a três anos para se biodegradar. A natureza não faz mágica”, complementa Silvia.

Eles se biodegradaram, e agora?

Mas mesmo no caso dos plásticos biodegradáveis, resta saber no que o material se transforma depois da decomposição. Essa dúvida fez a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) declarar que não se pode afirmar que o uso de plásticos biodegradáveis é mais aconselhável, porque esse novo material pode ocasionar novas formas de contaminação ao solo.

Para Silvia Rolim, a solução integral depende da eficiência da nova política pública nacional de resíduos sólidos e de uma intensa participação das empresas nesse processo. “Qualquer política de resíduos sólidos, isso inclui a utilização ou não de plásticos biodegradáveis, depende de coleta adequada e destinação correta desses resíduos”, reforça a engenheira.

Agricultura quer ter controle sobre floresta plantada - **Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio – 28/12/2010**

Políticas

De Brasília

A exemplo de vários de seus antecessores, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, resolveu reivindicar internamente o controle sobre as decisões do setor de floresta plantadas. “É um pedido justo e razoável de um setor que contribuiu muito para o agronegócio.

Vou levar isso diante com a presidente Dilma Rousseff”, informou Rossi ao Valor .

As normas e regras para o segmento estão hoje sob o comando do Ministério do Meio Ambiente. A disputa pelas florestas plantadas ganha relevância em razão do volume de investimentos, nacionais e estrangeiros, e das discussões ambientais, sobretudo as questões vinculadas à reforma do Código Florestal Brasileiro.

As empresas do segmento projetam investir R\$ 14 bilhões no plantio de florestas e aquisição de terras até 2014. Estima-se a necessidade de até 2 milhões de hectares.

Em sua gestão (2003-2007), o ex-ministro Roberto Rodrigues tinha apoio do então chefe da Casa Civil, José Dirceu, para a transferência.

Mas a queda de Dirceu com o escândalo do “mensalão” complicou a situação. O Ministério do Meio Ambiente resistia, o que deve ocorrer agora com a nova titular Izabella Teixeira.

Apoiado pela associação das empresas florestais (Abraf), que inclui pesos pesados como Votorantim, Gerdau, Veracel, Ripasa, Suzano, Duratex, Acesita, Stora Enso e Klabin, Rossi avalia que a transferência de ministério reduziria as amarras burocráticas e daria mais visibilidade ao setor.

O ministro argumenta que o planejamento para as florestas plantadas está ligado às metas assumidas pelo governo na convenção do clima em Cancún, no México. A agricultura tem como metas recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, ampliar 4 milhões de hectares a chamada integração lavoura-pecuária-floresta e elevar 3 milhões de hectares a área das florestas plantadas. “O programa ABC contempla as necessidades de apoio ao setor”, defende Rossi, em referência ao programa “Agricultura de Baixo Carbono” anunciado em julho.

As empresas do setor apoiam o deslocamento para o Ministério da Agricultura. Hoje, segundo a Abraf, são necessárias 32 licenças e registros diferentes do plantio e corte das árvores. O setor diz que o Meio Ambiente tem excessivo enfoque na preservação da Amazônia. “Precisamos mais vibração e menos cobranças do governo”, afirma o diretor-executivo da Abraf, Cesar Augusto dos Reis.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

